

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

Bruno Fernandes Steians

**ELAS (RE)EXISTEM: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO JORNALISMO**

**Santa Maria, RS
2018**

Bruno Fernandes Steians

**ELAS (RE)EXISTEM: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO JORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em
Jornalismo.**

Orientadora: Prof. Dr^a. Márcia Franz Amaral

Co-orientadora: Mestranda Daniela Silva Huberty

**Santa Maria, RS, Brasil
2018**

Bruno Fernandes Steians

**ELAS (RE)EXISTEM: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO JORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em
Jornalismo**.

Aprovado em 06 de dezembro de 2018

Prof.^a Dr.^a Márcia Franz Amaral (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Flavi Lisbôa Filho (UFSM)

Mestre e doutorando Alisson Machado (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho em agradecimento:

À minha família, em especial, aos meus pais que muito trabalharam e ainda trabalham para que eu possa ter mais perspectiva de vida e conquistar o que desejo.

À Luciana, Isaque e Guilherme que nunca me deixaram sozinho e que compartilharam comigo noites difíceis de dor e pensamentos sobre nossa vontade de viver e não apenas sobreviver. Se não enlouqueci completamente é porque tive pessoas como vocês por perto.

Aos amigos e amigas que tive a alegria de fazer ao longo desses quatro anos.

Aos professores que acreditam no meu potencial enquanto jornalista.

À professora Márcia que abraçou meu projeto e, humildemente, avisou que mesmo que ela não tivesse propriedade em relação ao tema, me ajudaria por achar este estudo relevante.

À Daniela, por todo, todo o auxílio e paciência que teve comigo para que eu conseguisse concluir este trabalho. Eu senti praticamente o tempo inteiro que você me ajudou muito além do que precisava e sou grato por isso. Nunca vou esquecer.

Por último, mas não menos importante, a todos os funcionários e funcionárias da limpeza e do Restaurante Universitário da UFSM que sempre estão com um sorriso no rosto e fé no coração de que um dia a vida será mais sobre certeza do que incerteza.

Eu quero um punhado de estrelas
maturas. Eu quero a doçura do verbo
viver.

(Caio Fernando Abreu)

RESUMO

ELAS (RE)EXISTEM: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO JORNALISMO

AUTOR: Bruno Fernandes Steians
ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral
Co-orientadora: Daniela Silva Huberty

Este trabalho investiga qual é a representação que o jornalismo faz das mulheres travestis e transexuais através dos portais jornalísticos Tribuna do Paraná, G1 e CartaCapital. Em paralelo a isso, tenta compreender quais são as consequências a curto e longo prazo das representações realizadas e o que elas nos mostram em relação à situação dessas mulheres no Brasil. Para a investigação, um protocolo de análise foi criado e aplicado em vinte e três matérias coletadas para o estudo. Acreditamos que o jornalismo pode, além de noticiar, denunciar a violência diária que pessoas LGBTQs enfrentam por serem quem são e contribuir para que os ciclos de opressão sejam rompidos. Os resultados obtidos mostram que o jornalismo, de forma geral, preocupa-se em representar as mulheres travestis e transexuais em suas narrativas. No entanto, esse processo ainda se encontra em processo embrionário; muitos erros são cometidos em termos de tratamento e abordagem relacionados a essas mulheres.

Palavras-chave: Jornalismo; representação; travestilidade; transexualidade.

ABSTRACT

This paper investigates the representation that journalism makes of transvestite and transsexual women through the Tribuna do Paraná, G1 and CartaCapital portals. In parallel to this, it tries to understand what are the short and long term consequences of the representations made and what they show us in relation to the situation of these women in Brazil. For the investigation, an analysis protocol was created and applied in the twenty-three materials collected for the study. We believe that journalism can, in addition to reporting, denounce the daily violence that LGBT people face for being who they are and contribute to the cycles of oppression being broken. The results show that journalism, in general, is concerned with representing transvestite and transsexual women in their narratives. However, this process is still in the embryonic process; many mistakes are made in terms of treatment and approach related to these women.

Keywords: Journalism; representation; transvestibility; transsexuality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vítima mostra o que restou dos seus bens que foram incendiados.....	58
Figura 2 – Carro do suspeito de cometer o assassinato. O veículo foi apedrejado por populares em revolta ao crime.....	58
Figura 3 – Dois homens LGBTs por trás das grades. Um está com a expressão pensativa e o outro se olhando em um pequeno espelho.....	59
Figura 4 – Leo Moreira de Sá durante uma fala.....	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Matérias analisadas.....	41
-------------------------------------	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Matéria “Briga de travestis termina com uma esfaqueada em Curitiba”.....	91
ANEXO B – Matéria “Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande”.....	91
ANEXO C – Matéria “Travesti observa homem morto e acaba sendo atropelada na sequência”.....	91
ANEXO D – Matéria “Programa entre primos e travesti acaba na delegacia”.....	92
ANEXO E – Matéria “Travesti de Curitiba tem casa invadida e bens incendiados na madrugada”.....	93
ANEXO F – Matéria “Travesti é morta com cerca de 20 tiros na CIC”.....	93
ANEXO G – Matéria “Assassinato de travesti na RMC ocorreu por dívida de R\$ 50”.....	93
ANEXO H – Matéria “Cirurgia para pessoas trans será viabilizada no Paraná”.....	94
ANEXO I – Matéria “Travesti é assassinada a tiros na porta de casa em Fortaleza”.....	96
ANEXO J – Matéria “Travesti é assassinada a tiros por dívida de R\$ 20 em Cuiabá, diz polícia”.....	96
ANEXO K – Matéria “Travesti é achada morta com arame em volta do pescoço em Ituverava, SP”.....	97
ANEXO L – Matéria “‘Estou fazendo história', diz 1ª advogada transexual a subir à tribuna do STF”.....	98
ANEXO M – Matéria “Policial suspeito de matar travesti na PB confessa que 'matou por não gostar de homossexual', diz Polícia Civil”.....	99
ANEXO N – Matéria “Suspeito de matar e ocultar corpo de travesti é preso no Rio”.....	99

ANEXO O – Matéria “Travesti é morta a facadas dentro de casa em Viana, ES, e cliente é preso”	100
ANEXO P – Matéria “Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: 'Fiz meu papel de cidadã”	101
ANEXO Q – Matéria “Musa transexual do Fogo e Paixão passará seu primeiro carnaval após mudança de gênero”	102
ANEXO R – Matéria “Modern Family e a representatividade trans nas séries de TV”	104
ANEXO S – Matéria “Caminhada trans: de que lado você está?”	105
ANEXO T – Matéria “LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere”	107
ANEXO U – Matéria “Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos”	110
ANEXO V – Matéria “Ser trans no Brasil, uma causa que vai além do gênero musical”	114
ANEXO X – Matéria “Eu sou trans e religiosa”	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A COMUNIDADE LGBT NO BRASIL	
1.1 A limitação dos gêneros masculino e feminino.....	17
1.2 Os termos travesti e transexuais e a demarcação entre “mulher” e “travesti”.....	19
1.3 Minorias sociais e estereótipos.....	23
1.4 Representações sociais e midiáticas da população LGBT e das mulheres travestis e transexuais.....	25
CAPÍTULO 2 – A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO JORNALISMO	
2.1 O jornalismo como representação e construção da realidade.....	29
2.2 Desafios do jornalismo na abordagem de temas ligados às mulheres travestis e transexuais.....	33
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS	
3.1 Percurso metodológico.....	38
3.2 Descrição dos veículos analisados.....	41
3.3 O tipo de pauta que estão inseridas as mulheres travestis e transexuais.....	42
3.4 As fontes nas matérias sobre mulheres travestis e transexuais.....	45
3.5 Nomeação das mulheres travestis e transexuais.....	47
3.6 Os estereótipos presentes nas matérias jornalísticas.....	50
3.7 A contextualização feita sobre a situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil.....	53
3.8 As fotografias que compõem (ou não) as narrativas.....	57
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE A – Modelo de Protocolo Aplicado	67
APÊNDICE B – Protocolo por matérias	68
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

Esta monografia parte de um lugar de fala. Durante meu crescimento, nunca me senti representado enquanto homem gay ao acompanhar os conteúdos midiáticos relacionados à homossexualidade. A falta de referências que tive enquanto passava pelo processo de autoaceitação acabou por refletir em meu desejo de observar como o próprio jornalismo representa as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) e todas as demais condições sexuais e identidades de gênero que fogem da heterossexualidade e cisgeneridade. De forma geral, a representação do público LGBT na mídia sempre me chamou atenção de forma negativa. O excesso de estereótipos e a falta de interesse dos meios de comunicação em humanizar esses personagens tornam todos nós, LGBTs, meros coadjuvantes que têm como missão fazer o público rir. Fomos e ainda somos coadjuvantes em narrativas cujo eixo principal é o homem e a mulher heterossexual e cisgênero.

Nos últimos anos, diversos trabalhos surgiram para explicar a relação do jornalismo com a Comunidade LGBT. Ainda que, relativamente, esses estudos continuem sendo poucos se comparados a outras temáticas, são de extrema importância para a discussão sobre a diversidade sexual e as informações que circulam dia a dia na mídia. Inicialmente, pensei em realizar uma pesquisa sobre a sigla “G”, porém, já existem alguns trabalhos referentes a esse assunto. Após acompanhar, nos últimos anos, as notícias e reportagens de diversos jornais, decidi por realizar uma pesquisa inicial que explorasse as representações das mulheres travestis e transexuais. Meu foco tornou-se essas mulheres porque elas talvez façam parte do grupo mais marginalizado da Comunidade LGBT. Além disso, porque há poucas pesquisas que denunciam a violência que elas sofrem simbolicamente em notícias e reportagens.

Embora existam novas identidades de gênero sendo descobertas nos últimos anos como a travestilidade e transexualidade, gênero não binário, gênero fluído¹ e gênero neutro², entre outros, a ciência não explica, precisamente, o motivo pelo qual nos identificamos ou não com

¹ A travestilidade e transexualidade possuem algumas diferenças que serão abordadas mais à frente. No entanto, os dois casos podem ser aplicados às pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Os indivíduos não-binários possuem uma identidade ou expressão de gênero que não se limitam às categorias "masculino" ou "feminino". O gênero fluído é referente aquela/e que se identifica com aspectos sociais de mais de um gênero em diferentes momentos da vida. O gênero neutro define os indivíduos que não se veem nem como homem nem como mulher. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-terminos-cis-trans-binario.htm>>. Acesso em 17 mai. 2018.

² Gênero neutro é reconhecido pela Suprema Corte da Austrália. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/genero-neutro-e-reconhecido-pela-suprema-corte-da-australia.html>>. Acesso em 18 mai. 2018.

determinado gênero e por qual motivo temos diferentes condições sexuais. Os estudos sobre gêneros e sexualidades estão avançando, no entanto, encontram-se em fase embrionária.

Na mídia e nos meios jornalísticos, a pluralidade de condições sexuais e de identidades de gênero também não costuma ser explorada. A mulher aceita socialmente não é a travesti ou transexual – aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi imposto ao nascimento. A cultura brasileira, bem como muitas outras, entende que as identidades de gênero são definidas, exclusivamente, por nossas genitálias: se você nasce com pênis, você é homem; se você nasce com vagina, você é mulher. Tudo que foge desse pressuposto é condenado. Esse fenômeno é bastante perceptível em notícias e reportagens sobre mulheres travestis e transexuais. Elas são vítimas de crimes de ódio diariamente. Embora a Constituição Federal assegure o bem-estar a todos os brasileiros sem discriminação, na prática, o que se pode observar é a indiferença ou a violência em relação à vida dessas mulheres³. Esses crimes de ódio comunicam “mensagens intimidadoras, preconceituosas, desclassificadoras” (MENDONÇA, 2017, p. 166).

A cultura conservadora brasileira torna o cisgênero uma espécie de “meta” a qual as demais devem alcançar. Como consequência, acaba por apagar a existência de qualquer outra identidade de gênero. No entanto, essas concepções são construções sociais e, a partir delas, foram calcados padrões de comportamentos que homens e mulheres devem seguir para fazerem jus à identidade de gênero que, supostamente, pertencem-lhes. É nesse contexto que se inserem as mulheres travestis e transexuais.

A existência dessas mulheres, naturalmente, quebra paradigmas de gênero. Elas transcendem o que já está instituído sobre o que é ser homem e mulher. Esther Newton (1972, p. 103) pontua que “o travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero” (apud BUTLER, 2003, p. 195).

O jornalismo se junta a essa discussão porque pode atuar como meio de problematização referente à cultura heteronormativa. Além disso, pode auxiliar na quebra de estigmas, embora esse não seja seu interesse principal. Talvez seja essa a explicação para a superficialidade de muitas notícias envolvendo mulheres travestis e transexuais atualmente. O público não compreende por qual motivo elas, geralmente, estão ligadas ao mundo das drogas ou da prostituição. É comum, também, a ausência dessas mulheres como fontes em matérias que tratem, de alguma forma, sobre suas vidas.

Segundo Sousa (2002), a notícia é um fragmento da realidade construída a partir de um

³ O que é crime de ódio e como a Constituição Federal se coloca perante a isso.

Disponível em: <<https://e-dou.com.br/2016/04/saiba-o-que-sao-crimes-de-odio/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

processo de ordem pessoal, social, ideológica e histórica. Ela é determinada pelo meio sociocultural. Logo, todos esses fatores são refletidos na construção de notícias (e, também, nas reportagens). A mídia e os veículos jornalísticos, constantemente, fazem uso de muitos estereótipos em suas representações, reforçando a transfobia na esfera social e limitando as diversas formas de existência das mulheres travestis e transexuais. Além disso, acabam por enquadrá-las em posições sociais das quais, supostamente, nunca irão sair.

Em uma notícia publicada no portal Tribuna do Paraná, em 2011, encontra-se a seguinte manchete: “Travesti é jogado de carro e baleado no boqueirão”⁴. Não é exposto, em nenhum momento, que o assassinato ocorreu devido à transfobia. Não é explicado que o Brasil é o país que mais mata mulheres travestis e transexuais no mundo através de crimes de ódio. Não existe apenas um assassinato; existe, sobretudo, a violência contra o corpo das mulheres travestis e transexuais e o desejo de mostrar que ser uma pessoa transexual – ou melhor, não cisgênera – é “proibido”, “nojento”, “doentio”⁵. A agressividade traduzida nos cadáveres das vítimas reflete nossa transfobia cultural. Mendonça escreve que:

Os atos violentos cometidos sobre esses corpos objetivam mais que eliminá-los, eles pretendem transformá-los em textos sociais, em exemplo daquilo que precisa ser coibido, em visualidades do que não deve ser vivido, experimentado (MENDONÇA, 2017, p. 173).

O tratamento oferecido pela publicação também é insensível e desrespeitoso, pois, ao dizer “Travesti é jogado de carro e baleado no boqueirão”, o jornalista não está respeitando a identidade de gênero da vítima. Para esta notícia, enfim, essa mulher não passa de “um travesti”.

No Brasil, há centenas de organizações políticas que tentam combater o preconceito contra as pessoas LGBTs. Essas entidades buscam pluralizar as diversas formas de existir na sociedade brasileira. A maior delas é a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), fundada em 1995. Trata-se de uma rede que tem em torno de duzentas organizações LGBT espalhadas pelo país. Essa organização lançou o Manual de Comunicação LGBT, onde podemos encontrar muitos exemplos de abordagens inadequadas em relação às mulheres travestis e transexuais. A ABGLT trabalha para promover e garantir os direitos de todos aqueles que fogem do padrão heteronormativo. Um dos focos da organização é a mídia e como ela lida com as representações e os tratamentos referentes aos LGBTs no

⁴ Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/travesti-e-jogado-de-carro-e-baleado-no-boqueirao/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

⁵ Em 2017, 445 LGBTs foram mortos em crimes LGBTfóbicos. O levantamento foi realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>>. Acesso em 21 mai. 2018.

jornalismo.

Felizmente, existem portais alternativos que atendem às especificidades de matérias que tratam de mulheres travestis e transexuais. Nexo⁶ e Jornalistas Livres⁷ são exemplos de portais jornalísticos brasileiros que contribuem para a construção de representações múltiplas e positivas sobre essas mulheres. É necessário que os estereótipos sejam quebrados e que passemos a mostrar tudo o que essas mulheres têm conquistado no Brasil e no mundo de maneira respeitosa e digna.

Quando se publica uma notícia dizendo que as mulheres travestis e transexuais são “homens” ou “homens que se vestem de mulher” estamos matando a vida simbólica dessas mulheres. Ou, também, quando usamos o artigo “o” para nos referirmos a elas. A sociedade as julga e não leva em conta a transfobia diária que as mata, tornando-as meros números de estatísticas. Ignora-se que elas têm desejos e sonhos que vão além de sua identidade de gênero. É necessário, portanto, ouvir as vozes dessas mulheres tão estigmatizadas e marginalizadas pela sociedade. Atualmente, existem informações suficientes para que muitos veículos de comunicação revejam suas formas de representar as minorias sociais; informações que podem ser encontradas, por exemplo, no Manual de Comunicação LGBT.

Escolhemos três portais jornalísticos para investigar como ocorre a representação das mulheres travestis e transexuais. Os portais são: Tribuna do Paraná, G1 e CartaCapital. Nossos objetivos específicos são analisar em que tipo de pauta essas mulheres aparecem, como são representadas, nomeadas e se são ouvidas como fontes; averiguar se as narrativas contextualizam a violência que elas sofrem no Brasil e se elas são vítimas de estereótipos. Desejamos mostrar também se há ou não o protagonismo das mulheres travestis e transexuais nas matérias coletadas e se elas são consideradas mulheres legítimas como as mulheres cisgêneras.

CartaCapital foi um dos portais escolhidos por ter uma ideologia política de esquerda e por publicar diversas reportagens referentes à Comunidade LGBT. O G1 por ser um portal *mainstream*⁸ e a Tribuna do Paraná por acreditarmos ser importante inserir na discussão um portal regional.

Nosso trabalho está constituído por três capítulos. Primeiramente abordamos a Comunidade LGBT no Brasil, explicando como os conceitos de homem e mulher são capazes

⁶ Endereço eletrônico disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>.

⁷ Endereço eletrônico disponível em: <<https://jornalistaslivres.org>>.

⁸ De acordo com o Dicionário Online de Português, *mainstream* é “aquilo que se considera habitual ou normal porque é feito ou aceito pela maioria”, “o que está em voga, sendo tido como tendência ou como o principal”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mainstream/>>. Acesso em 21 mai. 2018.

de moldar nossos comportamentos e como isso é nocivo para nossas subjetividades. Explicamos o histórico dos termos travesti e transexual e fazemos um paralelo de como eles são usados para diferenciar, de modo pejorativo, as mulheres cisgêneras das mulheres travestis e transexuais. Em seguida, trabalhamos com o conceito de minorias sociais e estereótipos embasados em autores como Muniz Sodré. Para finalizar o capítulo, discutimos sobre a representação social e midiática da população LGBT e das mulheres travestis e transexuais para que pudéssemos explorar, de forma profunda, posteriormente, como o jornalismo lida com essa questão.

No capítulo dois, fizemos uma abordagem inicial sobre quais são as representações das mulheres travestis e transexuais no jornalismo. Tentamos explicar qual é o poder do ato de representar dentro de uma cultura e por qual motivo é importante que multipliquemos os modos de realizar representações. Apontamos também a partir de quais narrativas e discursos são feitas as representações das mulheres travestis e transexuais. Para terminar o capítulo, defendemos o que chamamos de contextualização profunda em matérias que falam sobre mulheres travestis e transexuais, pois acreditamos que, a partir desse modo de se construir notícias e reportagens, o jornalismo contribui para que rompamos com visões preconceituosas e reducionistas referentes a essas mulheres.

No terceiro e último capítulo, deixamos explícitas as análises realizadas das vinte e três matérias coletadas para este trabalho. Apoiamo-nos em um protocolo metodológico que criamos para nossa análise. Elencamos itens a serem respondidos conforme investigávamos as narrativas, como o tipo de pauta que torna as mulheres travestis e transexuais personagens noticiosos, as denominações feitas referentes a elas, quais são as fontes que compõem essas matérias, se as narrativas possuem contextualização profunda e quais são os estereótipos relacionados às mulheres travestis e transexuais encontrados. Dessa forma, conseguimos descobrir, de fato, como cada portal constrói suas representações sobre essas mulheres.

CAPÍTULO 1: A COMUNIDADE LGBT NO BRASIL

Neste capítulo, discutiremos sobre os conceitos “homem” e “mulher”, sobre a situação das minorias sociais, os estereótipos que rondam a Comunidade LGBT e a representação midiática referente aos sujeitos LGBTs, em especial aquelas relacionadas às mulheres travestis e transexuais.

1.1 A limitação dos gêneros masculino e feminino

Historicamente, existem na sociedade os conceitos de mulher e homem. Para cumprir estes papéis de gênero, os indivíduos precisam seguir não somente uma série de comportamentos, como também uma condição sexual: a heterossexualidade. Eles precisam, obrigatoriamente, identificarem-se com os gêneros que lhes foram designados ao nascerem.

Os comportamentos que devemos seguir para sermos aceitos socialmente são referentes ao nosso modo de pensar, de agir e de nos vestirmos. Se nossa condição sexual for a homossexualidade ou a bissexualidade, por exemplo, vamos sofrer represálias de grande parte da sociedade. O mesmo processo ocorre se não formos cisgêneros. Como explica Nunes,

[...] ao nascer, ou mesmo antes, às pessoas é designado um gênero a partir do que se entende como sendo seu sexo biológico. Se essa pessoa desenvolve uma identidade de gênero correspondente ao gênero que lhe foi designado, tem seu gênero legitimado: é cisgênera. Se essa pessoa desenvolve uma identidade de gênero diferente do que lhe foi designado, terá seu gênero deslegitimado e será transgênera. Enquanto pessoa trans, será considerada patológica e portadora de uma disforia, que precisa ser resolvida - panorama (re)produzido pelos discursos médico e legal (NUNES, 2017, p. 4).

A cisgeneridade, consequentemente, garante privilégios a muitos sujeitos. Ser travesti ou transexual no Brasil – país marcado por expressiva religiosidade conservadora⁹ – é considerado uma afronta aos bons costumes. Ainda que o Estado seja laico, de acordo com a Constituição Federal, a presença de religiões como o catolicismo e o evangelismo na política é bastante forte. Através dessa esfera, pastores políticos transmitem aos seus fiéis valores extremamente conservadores. Dentre eles, que “um homem nunca poderá ser mulher” ou que homem não pode amar outro homem porque se fizer isso estará cometendo um “pecado”.

As mulheres travestis e transexuais, o ponto central dessa pesquisa, sofrem diariamente

⁹ De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 65% dos brasileiros eram católicos e 22% evangélicos. Notícia disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/11/06/A-expans%C3%A3o-evang%C3%A9lica-no-Brasil-em-26-anos>>. Acesso em 03 jul. 2018.

diversas violências, pois representam aquilo que a sociedade não quer: a possibilidade de transcendermos o que já está instituído em relação aos gêneros. Embora seja comum termos no imaginário que as mulheres travestis e transexuais são “homens que se vestem de mulher” ou que “não são mulheres de verdade”, alguns estudos apontam que os conceitos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher são criados socialmente, ou seja, não existe uma fórmula que defina quem somos e como nos sentimos.

Recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da Classificação Internacional de Doenças Mentais (CID)¹⁰. Agora, a transexualidade não está no compartimento das doenças mentais e sim no de comportamentos sexuais – não há o que ser “curado”, como se acreditava. Sem dúvidas, essa foi uma vitória das pessoas transexuais e motivo de comemoração para a Comunidade LGBT. Com esse avanço, espera-se que a sociedade rompa com alguns estigmas já estabelecidos. O principal deles é que a transexualidade é uma “doença”.

Lili Elbe foi, provavelmente, a primeira mulher transexual a realizar a cirurgia genital, de modo que ficasse mais confortável com seu corpo¹¹. Pintora de sucesso, decidiu abandonar sua vocação após o procedimento, pois, para ela, sua vida de pintora a lembrava seu passado enquanto era tratada no masculino, como Einar Wegener. Lili foi casada com Gerda Wegener, configurando, assim, um relacionamento lésbico. É importante ressaltar que Lili optou pela cirurgia genital, porém, não são todas as pessoas transexuais que realizam esse procedimento.

Os limites de gênero e condição sexual afetam de muitas maneiras os indivíduos que não se enquadram nos ideais do que é ser homem e mulher. São praticadas violências verbais e físicas que interditam a vida, os desejos e sonhos desses sujeitos. No Brasil, em 2017, foi criado o termo “ideologia de gênero”, que gerou e ainda gera diversas discussões. Políticos conservadores passaram a tentar impedir que gênero e sexualidade fossem debatidos em escolas de algumas cidades do país.

O termo ideologia é complexo e apresenta diferentes interpretações. Genericamente, pode ser compreendido como uma ideia, uma visão de mundo e até mesmo uma doutrina. Nesse caso, por meio da suposta ideologia de gênero, as instituições trabalhariam para mudar os gêneros e condições sexuais das crianças e dos adolescentes. No entanto, membros de Comunidade LGBT e estudiosos enfatizam que a ideologia de gênero é uma falácia. O que se

¹⁰ Notícia disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html>. Acesso em: 03 jul. 2017.

¹¹ Reportagem sobre a vida e o filme inspirado em sua história disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/02/estilo/1451748884_931165.html>. Acesso em: 02 jul. 2018.

pretende, na realidade – e sem qualquer ideologia – é debater com as crianças e adolescentes a diversidade sexual e de gênero existentes. Assim, os indivíduos aprenderiam a respeitar os demais e saberiam que não estão sozinhos e que não são “estranhos” por não atenderem àquilo que a sociedade exige em relação ao comportamento social.

As mulheres travestis e transexuais, ainda que atendam à definição de mulher e de feminilidade após passarem pela transição de gênero, dificilmente são reconhecidas como as mulheres legítimas que são. Em sua dissertação de mestrado, que se tornou um livro chamado *Toda feita: O corpo e o gênero das travestis*, Marco Benedetti conta sobre os meses em que acompanhou prostitutas travestis em Porto Alegre. Ele deixa explícito os dramas que elas passam para construir o feminino em si e como elas desejam ser reconhecidas pela sociedade. O autor escreve:

Ao mesmo tempo em que [as travestis] produzem meticulosamente traços e formas femininas no corpo, estão construindo e recriando seus valores de gênero, tanto no que concerne ao feminino como ao masculino. A ingestão de hormônios, as aplicações de silicone, as roupas e os acessórios, o *acuendar a neca*, as depilações são momentos de um processo que é maior e que tem por resultado a própria travesti e o universo que ela cria e habita (BENEDETTI, 2005, p. 131, grifo do autor).

O entendimento sobre o que é travestilidade/transexualidade se altera de país em país. Na Índia, por exemplo, ao contrário do que ocorre no Brasil, as pessoas transexuais são consideradas o “terceiro gênero” e não correspondem nem ao masculino e nem ao feminino. Elas são chamadas de *hijras*. Por serem indivíduos bastante discriminados e rejeitados, acabam sobrevivendo da prostituição e da mendicância¹². Realidades como esta são muito comuns aos membros da Comunidade LGBT. Eles frequentemente não possuem acesso a direitos básicos como a vida. Por conta disso, configuram uma minoria social, o que deixa explícito os privilégios que sujeitos heterossexuais e cisgêneros possuem. Além disso, essa minoria denuncia o valor que determinadas existências podem ganhar enquanto outras nem sequer são consideradas. Esse processo de diferenciação ocorre através do endeusamento à heterossexualidade e à cisgeneridade.

1.2 Os termos travesti e transexual e a demarcação entre “mulher” e “travesti”

Os estudos sobre a travestilidade e transexualidade, até então desconhecidas, tiveram início no século XIX com pesquisas de cirurgiões e médicos (LEITE JUNIOR, 2008). O

¹² Notícia disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/15/sociedad/1397557465_686896.html>. Acesso em: 03 jul. 2018.

conceito sobre homossexualidade, inclusive, já existia e também perpassava as pesquisas desenvolvidas. Para a sociedade da época, as pessoas travestis e transexuais representavam uma confusão. Como alguns sujeitos poderiam se dizer homens se haviam nascido com vaginas? Como outros poderiam se dizer mulheres se haviam nascido com pênis? A falta de entendimento sobre esse “fenômeno” acarretou em muitas violências físicas e simbólicas a esses corpos.

[...] um ponto começa a ganhar destaque por questionar, mesmo que indiretamente, a separação entre “vida interna” e “mundo exterior”, “mente” e “corpo”: a apresentação externa de si mesmo como alguém pertencente ao sexo “oposto”, tema já historicamente estigmatizado. Ou seja, quem – ou o quê – são e qual o lugar na nova ordem social das mulheres que se vestem de homens e vice-versa? (LEITE JUNIOR, 2008, p. 100).

O conceito de travestilidade foi criado primeiro em relação à transexualidade e continua, até os dias de hoje, atrelado ao ato de se vestir, de se transformar em. Como consta no Dicionário Aurélio, o termo significa “mudar ou disfarçar alguma coisa”; “transvestir”; “transformar ou transformar-se de maneira a adotar o vestuário, os hábitos sociais e comportamentos usuais do sexo oposto”¹³. De acordo com Jesus, travesti é uma denominação usada “quase sempre em um sentido pejorativo, como sinônimo de ‘imitação’, ‘engano’ ou de ‘fingir ser o que não se é’” (2012, p. 16). Não é difícil compreender, portanto, que termos como “traveco” e suas variações surgiram popularmente para enfatizar a “falha” que essas mulheres representam.

O termo transexual foi criado posteriormente, tendo conexão direta com a medicina, servindo como conceito a ser estudado de modo mais profundo. Conceito este com teor patológico. Jesus conta que “a novidade que o século XX trouxe para as pessoas transexuais foram os avanços médicos, que lhes permitiram adquirir uma fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens cisgênero” (2012, p. 14). Esses procedimentos eram rudimentares, mas tratavam-se de uma conquista das pessoas transexuais.

Mesmo que as definições acima sejam relativamente conhecidas, pelo menos dentro da academia, elas podem mudar dependendo do sujeito que está falando. Benedetti (2005) relata que as mulheres travestis e transexuais que entrevistou em Porto Alegre para sua dissertação tinham a tendência de definir a mulher travesti como aquela que não realizou a cirurgia genital. Já aquela que a realizou é considerada transexual. De qualquer maneira, o termo travesti, em especial, é tido como instrumento político de resistência.

¹³ Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/travesti>>. Acesso em 23 ago. 2018.

É importante pontuar que, ainda que o conservadorismo insista em identificar a mulher travesti ou transexual como uma “falsa mulher”, ela continua sendo uma mulher. Devido aos gêneros serem construções sociais, não existe uma resposta específica que explique, absolutamente, o que é ser homem e o que é ser mulher; quem pertence ao gênero masculino ou feminino. Dentre as diversas definições existentes, aquela que melhor traduz o que acreditamos é que ser homem e ser mulher é, sobretudo, você se ver dessa forma no mundo, você vivenciar sua vida dessa maneira. Lopes observa que

[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOPES, 1997, n.p.).

Entendemos, contudo, que a maior parte da sociedade não pensa dessa forma e que o jornalismo, conseqüentemente, é um reflexo disso. Portanto, não é surpresa a demarcação feita por ele ao se referir aos sujeitos LGBTs. Em meio ao seu processo de produção de notícias e reportagens, o jornalismo usa palavras para nomear seus sujeitos com a finalidade de torná-los identificáveis. Porém, como aponta Alves, Souza e Moreira, “o ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los (2016, p. 29). Por conta disso, é interessante refletir como as manchetes e suas respectivas narrativas são construídas.

Após certo período de observação, é possível perceber que as pessoas LGBT são identificadas através daquilo que os torna “diferentes” dos demais, daquilo que os torna um “desvio” dentro da cultura brasileira. Na grande maioria das notícias e reportagens coletadas, as mulheres travestis e transexuais são identificadas, unicamente, por suas identidades de gênero. Isto é, elas são nomeadas apenas como a “travesti” ou a “transexual”. Essa forma de abordagem acarreta problemas a longo prazo, embora a lógica jornalística exista e seja compreensível porque busca atrair seu público para que ocorra o consumo da informação. O maior problema de se realizar esse tipo de nomeação é que se perpetua socialmente a ideia que existem a “mulher” e a “travesti” como se não houvesse uma conexão entre as duas. Os textos jornalísticos contribuem para que esse fenômeno ganhe força.

O mesmo ocorre com as outras siglas do LGBT. Os homens gays são identificados como “gays”, as mulheres lésbicas como “lésbicas” e os homens e mulheres bissexuais, quando noticiados, são apenas “bissexuais”. São poucos os portais que não reduzem as mulheres travestis e transexuais a suas identidades de gênero. CartaCapital, como será mostrado no terceiro capítulo, traz manchetes como “mulher travesti” constantemente, o que é benéfico, pois

antes de “travesti” ela é uma mulher.

Acreditamos que existem outras formas de identificar as pessoas LGBT nas narrativas jornalísticas, *linkando* o valor-notícia a uma maneira mais sensível de se escrever sobre esses sujeitos. Os valores-notícia fazem parte de toda produção jornalística, pois servem de diretrizes para que os profissionais entendam o que torna ou não um acontecimento em notícia. Traquina explica que “os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, ‘valor-notícia’” (2008, p. 63).

Uma notícia publicada pela Tribuna do Paraná, em 2016, diz: “Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande”¹⁴. Essa manchete poderia ser escrita também da seguinte forma: “Mulher é vítima de transfobia e morre após não resistir a tiro em Fazenda Grande”. Acreditamos que esta abordagem é interessante porque traz o valor-notícia (o crime, a violência) ao mesmo tempo em que não torna a vítima apenas sua identidade de gênero, rompendo a lógica atual que diferencia as “mulheres” das “travestis”. Além disso, tornaria mais comum o uso do termo “transfobia”, indicando que crimes motivados pelo preconceito, de fato, ocorrem.

O mesmo pode ser feito na seguinte matéria publicada pelo G1 em 2017: “Homossexual é assassinado a pauladas e pedradas em Boa Vista”¹⁵. Uma alternativa a essa chamada poderia ser: “Homem é assassinado a pauladas e pedradas em Boa Vista vítima de homofobia” ou, até mesmo, “Homofobia: homem é assassinado a pauladas e pedradas em Boa Vista”. Novamente, o valor-notícia (o crime, a violência) estaria presente na manchete e o sujeito noticiado não seria reduzido à sua condição sexual (a homossexualidade). Esse tipo de abordagem também contribuiria para que, socialmente, compreendamos que um “homossexual” também é homem, assim como o homem heterossexual.

Pensar em outras maneiras de se construir narrativas sobre minorias sociais é necessário porque contribui para o público refletir sobre as violências que perpassam a vida das pessoas LGBTs. Narrativas que possuem contextualizações profundas e que não reduzem esses sujeitos às suas identidades de gênero ou condição sexual podem ser capazes de denunciar as deficiências do Estado referentes àqueles que não se encaixam na lógica heterossexual e cisgênera de ser e existir.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/travesti-nao-resiste-tiro-e-morre-em-rua-de-fazenda-rio-grande/>>. Acesso em 25 ago. 2018.

¹⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/homossexual-e-assassinado-a-pauladas-e-pedradas-em-boa-vista.ghtml>>. Acesso em 25 ago. 2018.

1.3 Minorias sociais e estereótipos

Sodré (2005) explica que as minorias sociais são um dispositivo simbólico da luta contra-hegemônica. Essa luta ocorre em diversos âmbitos da sociedade, inclusive na mídia e no jornalismo, pois estes transmitem, diariamente, valores de gênero e sexualidade a seus telespectadores e leitores. É através dos movimentos sociais que as minorias sociais se organizam para reivindicarem seus direitos. Esses movimentos ocorrem por meio de protestos, passeatas e eventos específicos como a Parada LGBT¹⁶. Estes espaços servem de encontro para milhares de pessoas que, por conta de sua condição sexual ou identidade de gênero, são discriminadas. É dessa forma que, aos poucos, as pessoas LGBT se inserem em setores negados a elas historicamente. De acordo com Sodré (2005), as minorias sociais também são caracterizadas por não terem poder em todas as instâncias da sociedade.

Ora, a noção contemporânea de minoria - isto que aqui se constitui em questão - refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc. (SODRÉ, 2005, p. 1).

Para Angelin e Marco (2014), durante muitos anos, os grupos minoritários foram considerados pela sociedade seres que detinham valor social de menos valia e, por isso, eram constantemente explorados e/ou excluídos socialmente. Essa constatação explica porque os ataques aos LGBT aconteceram e acontecem até os dias atuais.

Em 1969, depois de muitas investidas de policiais em um bar LGBT em Nova Iorque, nos Estados Unidos, duas mulheres transexuais, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, iniciaram um confronto contra os policiais. Com a ajuda de outras pessoas LGBT presentes no local, iniciou-se ali, politicamente, o Movimento LGBT. O evento ficou conhecido como Rebelião de Stonewall e durou quatro dias¹⁷.

Curiosamente, ainda que duas mulheres transexuais, uma delas negra, tenham concebido o Dia Internacional do Orgulho LGBT (comemorado no dia 28 de junho de 1969), são as mulheres travestis e transexuais as mais invisibilizadas do movimento e as mais vulneráveis socialmente. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2017, foram assassinadas 445 pessoas

¹⁶ No Brasil, a Parada do Orgulho LGBT ocorre em diferentes cidades. Em São Paulo, acontece na Avenida Paulista desde 1997 e, em 2006, foi nomeada a maior parada do orgulho LGBT do mundo pelo Guinness World Records.

¹⁷ Reportagem disponível em: <<http://www.nlucon.com/2014/06/conheca-sylvia-rivera-trans-que-esteve.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

LGBT no Brasil: 191 eram travestis ou transexuais, 194 eram gays, 43 eram lésbicas e 12 eram heterossexuais¹⁸. Como não há lei que proteja essas pessoas, estima-se que os números sejam maiores. O GGB coleta há quase 40 anos dados sobre crimes LGBTfóbicos.

Comumente, os homens gays são os únicos reconhecidos dentro e fora da Comunidade LGBT. Isso ocorre em função do próprio homem gay branco ter se apropriado de seus privilégios de cor e gênero para “comandar” o movimento ao longo da história. Naturalmente, muitos meios jornalísticos se confundem ou não compreendem que a comunidade é plural, logo, cada sigla deve receber um tratamento diferenciado. Por exemplo, em uma notícia publicada pela Agência Brasil, em 2018, a manchete é a seguinte: “Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017”¹⁹. No entanto, é incorreto usar apenas o termo homofobia nessa publicação, pois não foram apenas homens gays que morreram: lésbicas, bissexuais e travestis ou transexuais também. O termo que melhor se encaixaria seria LGBTfobia, pois, dessa forma, ficaria evidente que crimes lesbofóbicos, bifóbicos e transfóbicos ocorreram.

Sodré reitera que as minorias sociais são “uma recusa de consentimento, uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias” (2005, p. 2). Por não existirem dispositivos legais que assegurem às pessoas LGBT o acesso total a seus direitos, algumas organizações foram criadas com esse fim. Por exemplo, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o próprio GGB, o Liberdade de Amor entre Mulheres no Ceará (LAMCE), o já extinto (e considerado o primeiro grupo criado em defesa dos direitos LGBT) Somos: Grupo de Afirmação Sexual, dentre outros. Estas organizações, que representam uma minoria social, possuem algo em comum: o combate à hegemonia referente à condição sexual e comportamental vigente na sociedade.

Santoro define estereótipo como “cada representação generalizante utilizada de modo a conferir a uma pessoa o status de inferioridade ou de impedi-la de ser tratada com base na própria individualidade e de ser julgada com base nas próprias ações” (2014, p. 17). Essa definição dialoga com a discussão aqui proposta, pois quando não tratamos de modo legítimo uma mulher travesti ou transexual, deixamos de lado toda a sua individualidade.

Os estereótipos ajudam na reprodução das relações de poder na sociedade e como estão

¹⁸ Reportagem disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-LGBT-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹⁹ Notícia disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

historicamente instituídas, é comum que os sujeitos não as contestem. Os indivíduos que são estigmatizados através de estereótipos não são considerados pessoas com desejos, sonhos e subjetividades. A vida deles é bastante simplificada e invalidade. Santoro explica que

Qualquer representação estereotípica é uma operação “reducionista”, na qual a complexidade dos indivíduos é reduzida a poucas características e, com frequência, nem ao menos especificamente pessoais ou próprias deles (SANTORO, 2014, p. 17).

Alguns estudos discutem o quão forte é a influência que a mídia possui na vida dos indivíduos e como ela tenta homogeneizar seus comportamentos e ideologias. Faz parte desse processo a circulação de estereótipos. Azevedo (2006) observa que a mídia, historicamente, possui algumas características imutáveis, como

monopólio familiar e propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, pequena diversidade externa do ponto de vista político e viés conservador, baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável a influência dos públicos fortes (AZEVEDO, 2006, p. 44).

A quebra de estereótipos ou a não perpetuação deles contribui para que não limitemos como cada um deve ser ou agir. Romper com essa lógica reducionista ajuda na construção de representações múltiplas da Comunidade LGBT em todas as instâncias da mídia.

1.4 Representação social e midiática da população LGBT e das mulheres travestis e transexuais

As telenovelas são, no Brasil, um dos principais meios de representação das pessoas LGBT. Infelizmente, os estereótipos são muito constantes e acabam limitando os personagens desenvolvidos a determinados comportamentos. A emissora que, até o momento, mais “representou” as pessoas LGBTs foi a Rede Globo. Na novela *A Lei do Amor* (2016/2017), por exemplo, o público acompanhou a história de Wesley (Gil Coelho), um frentista, e Zelito (Danilo Ferreira), um barman. Wesley até certo momento é um homem heterossexual convicto, até que tem que se aceitar para viver um romance com Wesley. No entanto, uma mudança no roteiro determinou que Zelito seria assassinado por Tião (José Mayer). Com a repercussão de mais um LGBT morto em novelas, a solução encontrada foi, posteriormente, Wesley ficar com Gledson (Raphael Ganhem), um *personal stylist*.

Houve também um casal formado por uma mulher bissexual, a Flávia (Maria Flor) e uma mulher lésbica, a Gabi (Fernanda Nobre). Ambos os casais não têm seu romance

explorado. São apenas uniões superficiais e sem profundidade. Pessoas que consumiram essa novela se encontraram representadas apenas em partes, o que é muito comum na teledramaturgia brasileira no que tange às representações LGBT.

Personagens LGBT ainda são muito rejeitados pelos brasileiros. É uma pequena parcela da população que compreende a condição desses personagens e torce por eles. Isso ocorre porque eles são construídos de forma estereotipada: o cômico muitas vezes tem ligação com a representação desses sujeitos. Um exemplo disso ocorreu em *Amor à Vida* (2014). Félix (Matheus Solano), mesmo sendo o vilão da trama, era engraçado (característica não recorrente em vilões e vilãs). Além disso, atendia perfeitamente ao estereótipo que se espera de homens gays: era bastante afeminado, delicado e engraçado. Mais uma vez, a representação feita de um homem gay o colocava em conexão com a feminilidade, delicadeza e graça. Cria-se no imaginário do público que todos os homens gays são assim, o que não é verdade.

A novela *Liberdade, Liberdade* (2016) avançou um pouco no que tange às representações LGBT. Transmitiu a primeira cena de sexo gay da história na televisão brasileira. Coronel Tolentino (Ricardo Pereira) e André (Caio Blat) se entregam um ao outro em uma cena terna, bonita e eficaz. Contudo, André é enforcado por sodomia e Tolentino morre em batalha. Como forma de censura à cena, entidades religiosas pediram a seus fiéis que não consumissem a novela e boicotassem-na.

Esses são apenas alguns exemplos da suposta representatividade que os telespectadores LGBT possuem na maior emissora do Brasil²⁰. Hall pontua que a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (2016, p. 31, grifo do autor). Se não existe a devida preocupação em representar esses indivíduos de maneiras diferentes, geramos alguns problemas a curto e longo prazo. O primeiro deles é que as próprias pessoas LGBT não se veem na tela, pois suas vidas não se resumem apenas a homicídios, rejeição da família ou relacionamentos conturbados. O segundo é que a audiência acaba por entender que é somente dentro daquelas representações que os LGBT se encaixam.

Como podemos ver, o destino para a maioria dos personagens LGBTs é de dificuldades familiares ou tragédia. Dificilmente casais terminam juntos e, quando terminam, raramente despertam a empatia dos telespectadores. A mídia contribui para isso à medida que trata esses

²⁰ Segundo uma pesquisa das ONGs Repórteres Sem Fronteiras e Intervozes, o Grupo Globo possui, sozinho, 36,9% da audiência na TV aberta. Reportagem disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

romances sem naturalidade, como se fôssemos puramente instrumentos de audiência por sermos quem somos. Hartley (2001) pontua que nos diferentes meios de representações, formas plurais do ato de se representar algo ou alguém são possíveis.

A representação é o processo social de fazer sentido em todos os sistemas significantes: a fala, a escritura, a imprensa, o vídeo, o filme, a gravação etc. Assim, se você procura, por exemplo, a representação de sexualidade, logo descobre que sua representação organiza-se e regula-se por intermédio de mídias diferentes, e em discursos diferentes (HARTLEY, 2001, n.p).

A representação das mulheres travestis e transexuais na televisão brasileira também sofre com equívocos narrativos. As personagens costumam ser extravagantes e engraçadas e usam da travestilidade não porque se identificam como mulheres, mas sim porque necessitam escapar de problemas. É o que acontece, por exemplo, na novela *Bang Bang* (2005). Evandro Mesquisa interpreta Billy The Kid, que se transforma em uma mulher chamada Henaide para fugir da cadeia. Em *Caras & Bocas* (2009/2010), Fabiano (Fábio Lago) desconfia da infidelidade de sua esposa, Ivonete (Suzana Pires). Ele passa a se disfarçar de mulher para segui-la. Em *Morde e Assopra* (2011), Otaviano Costa dá vida a Élcio, um malandro que incorpora Elaine para escapar da polícia. É um erro acreditar que mulheres travestis e transexuais são “homens que se vestem de mulher”. Essas mulheres sempre foram mulheres e não devem ser tratadas no masculino ou como se fossem homens.

Personagens realmente travestis ou transexuais nas novelas brasileiras quase não existem. Na novela *Aquele Beijo* (2011), uma das personagens do núcleo cômico é Ana Girafa (Luis Salém). Ela é uma cabeleireira engraçada e serve de alívio cômico no folhetim. Cortar cabelos, inclusive, é uma profissão que mulheres travestis e transexuais costumam seguir por não terem oportunidades em outras áreas. Diferentemente de outras personagens femininas, Ana Girafa teve seu casamento vetado pelo roteiro da novela. Isto é, o fato da personagem ser travesti conferiu a ela o não acesso ao casamento como ocorre constantemente com mulheres cisgêneras.

De fato, o casamento não é necessariamente um desejo de todas as mulheres, mas por que mulheres travestis e transexuais têm o possível desejo de se casar interdito? É nesse sentido que os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p.17). Mulheres travestis e transexuais só são consideradas na comédia.

Uma representação mais efetiva sobre a transexualidade foi feita em 2017 na novela *A Força do Querer*. Acompanhamos Ivana (Carol Duarte), uma mulher que nunca se sentiu bem

sendo tratada no feminino. No decorrer da trama, ela se constrói para se sentir mais confortável com o gênero que sempre foi seu, mas que a sociedade sempre negou: o masculino. Ivana, inclusive, tem um relacionamento com Cláudio (Gabriel Stauffer) e, após a primeira vez do casal, termina o relacionamento porque precisa entender o que está sentindo.

Após se assumir homem transexual para a família, começa a transição de gênero e adota um nome masculino, Ivan. Ele corta o cabelo, passa a tomar hormônios e sua voz fica mais grossa. Até esse momento, tudo está sendo positivo na vida do personagem: ele se reconhece como homem e constrói-se como homem. Porém, na reta final da novela, ao engravidar, sofre um aborto após ser espancado na rua. Mais uma vez, temos um elemento no roteiro que quebra a ascensão completa de um personagem LGBT.

As representações sociais (muitas vezes idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do “senso comum”) sempre refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, ou seja, suas condições socioeconômicas e culturais (FRANCO, 2003, p. 170-171).

A transfobia não é algo novo. É importante lembrar que no Brasil, dois anos após o declínio da Ditadura Civil-Militar, surgiu a Operação Tarântula, que tinha como função caçar e prender as mulheres travestis e transexuais. A operação começou no dia 27 de fevereiro de 1987 e foi suspensa dia 10 do mês seguinte após grupos de defesa dos direitos LGBT encaminharem uma nota de repúdio à Secretaria Estadual da Segurança Pública²¹. Embora as prisões arbitrárias tenham durado pouco tempo, cerca de 300 mulheres travestis e transexuais foram perseguidas. Essa ação policial exemplifica a vulnerabilidade da sigla “T” perante as demais.

²¹ Notícia disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1951067-sobrevivi-diz-vitima-de-operacao-da-policia-de-caca-a-travestis-ha-31-anos.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CAPÍTULO 2: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO JORNALISMO

Neste capítulo, abordaremos o jornalismo enquanto construtor social da realidade, a falta de contextualização profunda referente à situação social das mulheres travestis e transexuais no Brasil e a importância de não as reduzirmos às suas identidades de gênero quando as tornamos personagens noticiosos.

2.1 O jornalismo como representação e construção

Existe no imaginário social a ideia de que o jornalismo reflete exatamente aquilo que acontece. Entretanto, partimos do pressuposto que no movimento de representar a realidade, o jornalismo acaba reconstruindo esta realidade simbolicamente. E ao fazê-lo, gera formas de conhecimento sobre esta realidade. Entre o fato e o relato há um amplo espectro de condições que impedem que o jornalismo seja apenas o retrato do que descreve. Em primeiro lugar, existe o jornalista, suas subjetividades, suas condições de trabalho e as políticas editoriais de seus veículos. Em segundo lugar, a notícia que ele produz é uma representação da realidade, nomeada por vários autores como discurso ou narrativa jornalística. Em terceiro lugar, quem consome as informações o faz a partir de múltiplos lugares e mediações.

Amparado pela teoria construtivista, Hall (2016) explica que as coisas e os indivíduos não têm poder de estabelecer significados na linguagem. Somos nós, sujeitos inseridos em uma sociedade, que construímos sentidos através dos sistemas de representação. Portanto, a representação permeia e molda nossa visão referente a outros sujeitos, contribuindo ou não para que tenhamos um olhar preconceituoso ou reducionista em relação aos demais. O autor acrescenta ainda que:

São os atores sociais que usam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo, inteligivelmente, para outros. (HALL, 2016, p. 49).

A partir de manchetes publicadas sobre mulheres travestis e transexuais já podemos ter uma ideia de como elas são representadas no campo jornalístico. As representações dessas mulheres constantemente estão ligadas à prostituição e às drogas. Não se encontra, com tanta facilidade, notícias ou reportagens que diversifiquem as diversas formas de ser mulher travesti

ou transexual. Aproveitamos a presente pesquisa para apontar três motivos que podem explicar esse fenômeno.

O primeiro é o público leitor não achar interessante as conquistas e vitórias das mulheres travestis e transexuais na sociedade. Guerra (2014), embora não trate especificamente deste tema, nos ajuda a refletir sobre ele. Ele nos apresenta duas categorias de valor-notícia: o referencial e os potenciais. Na primeira, as produções jornalísticas devem levar em conta aspectos culturais, institucionais, organizacionais, entre outros. De acordo com a segunda categoria, existem fatos que poderiam ser potencialmente explorados pelo jornalismo. No entanto, seria necessária uma “negociação” entre o meio e o público leitor.

Sob essa ótica, os meios jornalísticos não trabalhariam apenas com tragédias relacionadas às mulheres travestis e transexuais como acontece atualmente. Outras notícias seriam exploradas, de modo que mostrassem o que essas mulheres estão conquistando na sociedade, embora tenham de enfrentar muitas barreiras para isso. Esse procedimento exigiria, contudo, trabalho tanto das organizações quanto de pesquisadores para identificar as melhores alternativas para o jornalismo conseguir atingi-las (GUERRA, 2014, p.48).

O segundo fator que pode explicar a ausência de representações plurais de mulheres travestis e transexuais no jornalismo se dá pela própria ausência dessas mulheres nas redações jornalísticas. Segundo uma pesquisa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% das pessoas transexuais ou travestis acabam na prostituição em, pelo menos, um momento da vida²². Provavelmente, se essas mulheres estivessem nas organizações jornalísticas, as narrativas sobre suas realidades – ou a realidade de outros indivíduos como elas – seriam diferentes. O mesmo ocorreria com as demais siglas do LGBT.

O terceiro e último motivo é o fato de, nas redações, existirem jornalistas heterossexuais e cisgêneros que são construídos a partir de ideias dominantes na sociedade. Não se pode ignorar o fato de que um profissional do jornalismo, antes de tudo, é um ser humano. Por conta disso, tem uma bagagem de conhecimentos e vivências única. Isso se reflete no que ele pode saber ou não acerca dos movimentos sociais, como o Movimento LGBT. Esse conhecimento também se expressa na maneira como esse profissional constrói uma notícia que envolve o público LGBT. Franco (2003) chama a atenção para o senso-comum recorrente em certas representações e como os sujeitos estão propensos a reproduzi-los. Nesse caso, os próprios jornalistas heterossexuais e cisgêneros.

Quem produz as representações no jornalismo são pessoas comuns com diferentes

²² Reportagem disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

valores. São sujeitos que não necessariamente acompanham de perto tudo o que precisam noticiar e, ao terem que fazer isso, naturalmente trazem um pouco sobre sua percepção de mundo, seus conhecimentos e vivências. Logo, jornalistas não constroem realidades exatas, eles tentam se aproximar delas através de representações. Como aponta Correia:

A realidade oferecida pelas notícias é envolta pelos modos de conhecer típicos dos jornalistas e pelos modos específicos que estes possuem de estruturar o conhecimento através da linguagem. Jornais, rádio, televisão e portais web não se limitam a monitorizar os acontecimentos do mundo real. Constroem representações e relatos da realidade que são configurados pelos constrangimentos que emanam das convenções, ideologias e formas de organização típicas das empresas jornalísticas (CORREIA, 2012, p. 83).

As representações de realidades produzidas no jornalismo acontecem através de narrativas que se alteram também conforme a instituição jornalística. De acordo com Sato, “as variações de jornal para jornal refletem a angulação de cada veículo, a edição, a relação repórter-realidade e variantes do universo de narração” (2002, p. 32). Algumas narrativas, inclusive, podem correr o risco de parecerem rasas para os sujeitos que as consomem, como se o profissional que as produziu não tivesse “se esforçado” para coletar o maior número de informações em relação ao que está noticiando. No entanto, não é uma missão fácil construir realidades que contemplem uma variedade significativa de desdobramentos. Por estar inserido em um ciclo vicioso de produção, muitas vezes sem as condições necessárias para realizar seu trabalho, o/a jornalista é forçado a deixar de lado detalhes importantes que poderiam enriquecer suas narrativas.

Barthes lembra que “inumeráveis são as narrativas no mundo” (2011, p. 19) e que “a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades” (2011, p. 19). É interessante destacar que, ao contrário das demais narrativas, espera-se da narrativa jornalística o comprometimento com a verdade e a imparcialidade. Estes valores inspiram muitas discussões, pois, apesar de serem importantes às organizações jornalísticas, não obrigatoriamente são praticados.

As realidades construídas jornalisticamente ajudam o público a conhecer sua própria cultura. As realidades construídas para as mulheres travestis e transexuais, por exemplo, são limitadas (relacionadas à prostituição e às drogas) e atravessadas por discursos conservadores, que não aparecem por acaso. É o/a jornalista, em consonância com a linha editorial da empresa, que escolhe o que será narrado sobre elas e como será. Muitas vezes, escolhe-se se essas mulheres serão pautas somente quando são assassinadas brutalmente. Como reitera pontua:

O discurso jornalístico não reflete a realidade. Traduz e a constrói via recursos discursivos, simulando realidades mediante todo um sistema próprio de cada veículo, em que os jornalistas captam um certo número de informações e que são transformadas em notícias por meio do discurso perpassado pelas rotinas produtivas, pela experiência do jornalista, pela ideologia e cultura do veículo (ROSA, 2003, p. 58).

Soares explica que “por meio de seus enunciados, o discurso prepara a cena da realidade, estabelecendo uma lei, uma hierarquia, ordenando o que pode ser visível, audível, factível” (2002, p. 55). Assim, as informações que aparecem em conteúdos referentes às mulheres travestis e transexuais acabam passando por uma espécie de filtro. Escolhe-se o que fica aparente e o que fica subentendido, o que deve aparecer e o que não deve. Isso é bastante perceptível quando observamos como essas mulheres são identificadas: é frequente o uso do nome de nascimento em vez do nome social, o que configura uma violência simbólica ao sujeito noticiado. Os discursos também podem refletir qual é o conhecimento que os/as jornalistas possuem em relação à Comunidade LGBT e qual é o posicionamento deles quanto a isso, ainda que implicitamente. Será possível perceber, ao decorrer desse estudo, que os discursos se alteram nos portais analisados, bem como as narrativas produzidas.

O profissional que transforma um acontecimento em notícia ou reportagem espera que, de alguma forma, a mensagem presente no texto redigido seja captada pelo leitor. Ele usa do discurso para isso. De acordo com Cardoso:

Como produto da enunciação, o enunciado é um ato individual que pressupõe um sujeito. Alguém enuncia. Alguém produz um ato de fala. Alguém produz um discurso. Mas esse alguém não está sozinho. O enunciado constitui uma relação verbal entre dois sujeitos. Enunciar pressupõe dizer alguma coisa a alguém, dentro de uma competência linguística e discursiva. O discurso é uma relação verbal entre locutor/enunciador e alocutário/enunciatário (CARDOSO, 2001. p. 2).

Foucault (1996) atesta que através de uma série de procedimentos, ocorre o disfarce da nociva materialidade que os discursos podem ter. Através deste estudo, podemos observar que discursos jornalísticos sobre a Comunidade LGBT são majoritariamente conservadores e representam um sintoma da cultura heteronormativa vigente. Os discursos podem despertar sentimentos variados nos leitores: empatia, indiferença, indignação ou até mesmo felicidade.

É satisfatório a quem está recebendo um conteúdo jornalístico ler um texto com o qual se identifica. Se esse indivíduo perceber que está sendo amparado de alguma forma pelos meios midiáticos, dificilmente contestará tudo aquilo que acredita ser verdade. Por conta disso, é importante diversificar o quadro de jornalistas nas redações e remodelar o modo como são construídos discursos que moldam as narrativas LGBT. Para Gonçalves “como narrativa

cultural, o jornalismo, em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, teria que dar conta das disputas e dos conflitos, bem como ser parte do processo que impede a formação de posições centrais e marginais” (2017, p. 106). Isto é, todas as pautas devem ser consideradas e exploradas. Nessa condição, heterossexualidade e cisgeneridade não configurariam posições de poder, havendo, assim, uma equidade entre os diversos gêneros e sexualidades no campo jornalístico.

Por fim, a realidade sobre as mulheres travestis e transexuais são construídas a partir de narrativas e discursos, em sua maioria conservadores, que perpetuam a transfobia na esfera social. De um modo ou de outro, os conteúdos jornalísticos reforçam os comportamentos que, em teoria, homens e mulheres devem seguir. Embora tenha potencial para quebrar estigmas, não só da Comunidade LGBT como os de outras minorias sociais, o jornalismo frequentemente perde essa oportunidade. Contudo, entendemos que este meio é atravessado por determinadas ideologias e valores.

A reflexão sobre o modo de se fazer jornalismo é necessária, pois, através de mudanças efetivas na forma de se construir narrativas LGBT, podemos dar dignidade a todos os sujeitos. No caso específico das mulheres travestis e transexuais, o tratamento correto em relação à identidade de gênero é um bom começo (algo que ainda não é comum). Para além disso, seria extremamente importante a produção de narrativas que contextualizassem a situação dessas mulheres, explicando por que muitas delas vivem na prostituição. Dessa forma, o jornalismo não só informaria, como também denunciaria o descaso do Estado em relação a essas mulheres.

2.2 Desafios do jornalismo na abordagem de temas ligados às mulheres travestis e transexuais

Em meio ao processo de representar mulheres travestis e transexuais, o jornalismo reforça o estereótipo de que elas não são mulheres legítimas como as mulheres cisgêneras. Ocorre, também no jornalismo, o fenômeno que Hartley (2001, p. 215) chama de “reprodução cultural”. É através dele que a autoridade social tenta naturalizar ou legitimar os interesses dominantes. Esse fenômeno está atrelado às representações estereotipadas de minorias sociais e é através dele que os grupos dominantes mantêm suas posições de privilégio. Gonçalves destaca que

os profissionais de Comunicação – em especial, os jornalistas – exercem um papel fundamental de promoção de certas compreensões de mundo. Entre as quais, põem em evidência elaborações sexuais e de gênero a partir de esquemas binários e heterocentros (GONÇALVES, 2017, p. 107).

As organizações jornalísticas podem servir de fontes para a quebra de estereótipos que, muitas vezes, generalizam as maneiras de existir das minorias sociais. Se a generalização acontece, não existe, como consequência, um aprofundamento sobre outras potencialidades e vivências desses indivíduos. As informações, enfim, seriam praticamente iguais se não fosse a alteração de alguns detalhes como o nome das vítimas ou o modo que elas foram assassinadas. Essa constatação é perceptível nas matérias que analisamos, por exemplo, como mostraremos no próximo capítulo.

A mídia e o jornalismo têm impacto direto na vida de seus telespectadores e leitores. São, há bastante tempo, referências que os cidadãos possuem. É a partir dessas referências que esses sujeitos formam sua opinião e enxergam representações de situações que não costumam ver em seu cotidiano. Por conta disso, é importante que ao representarem algo ou alguém, tomem cuidado com os estereótipos construídos nas narrativas midiáticas ou jornalísticas.

Como lembra o Manual de Comunicação LGBT, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros existem algumas recomendações que também se aplicam às pessoas LGBT, de modo que garantam sua integridade em notícias e reportagens²³. Os artigos do Código de Ética que tratam dessas questões são os seguintes:

Art 3º. A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 9º. É dever do jornalista respeitar o direito à privacidade do cidadão.

Art. 10º. O jornalista não pode concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.

Art. 16º. O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Essas recomendações muitas vezes não são seguidas, mas são de extrema importância porque atuam como orientação aos jornalistas interessados em combater a LGBTfobia a partir dos seus lugares de atuação.

O contexto se mostra necessário ao jornalismo porque é dessa maneira que o público terá, em teoria, um entendimento maior sobre o que está sendo noticiado. No entanto, nem todas as narrativas jornalísticas recebem um nível profundo de contextualização – que pode ser

²³ Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros na íntegra no site da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Disponível em: <<http://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-19852007/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

definida como o ato de trazer elementos que acrescentam informações a determinados assuntos, de modo que estes não pareçam “soltos”, mal explorados ou ambíguos. Entendemos, de fato, que toda produção jornalística recebe algum nível de contextualização se levarmos em conta que o *lead* responde às questões essenciais das narrativas jornalísticas. Contudo, a contextualização da qual tratamos neste subcapítulo é aquela em que podemos encontrar, para além das informações básicas, fatos e dados que façam o/a leitor/a se perguntar por qual motivo mulheres travestis e transexuais são vítimas de homicídios diariamente e como esse cenário dramático pode mudar.

Ao nos depararmos com notícias e reportagens referentes à Comunidade LGBT, é comum observarmos que esse nicho informacional não recebe devida contextualização. As narrativas parecem enunciar acontecimentos aleatórios, isolados. Ou seja, ainda que centenas de pessoas LGBT morram anualmente no Brasil por conta da LGBTfobia, é como se o jornalismo não enxergasse a problemática social por trás desses homicídios. Como resultado disso, os conteúdos produzidos não contextualizam de modo profundo o motivo pelo qual pessoas LGBT, em especial as mulheres travestis e transexuais, são mortas. Não se mostra no decorrer das narrativas em que contexto os homicídios ocorrem. Para Canavilhas “o contexto permite uma maior aproximação à realidade porque junta informações a uma determinada situação e constrói assim um cenário integrativo para o acontecimento que foi objeto da notícia” (2013, p. 6). Acrescentamos que a contextualização também faz o público refletir, perguntar-se sobre o que a notícia ou reportagem está tratando.

O conceito de corpo abjeto, de Butler (2000), contribui para a discussão, pois nos ajuda a entender o motivo pelo qual as mulheres travestis e transexuais não costumam ser pautas no jornalismo, assim como nos demais âmbitos sociais. Os corpos abjetos são aqueles cuja a materialidade não é considerada importante e nem digna de viver. Esse conceito é perfeitamente aplicável às minorias sociais e, dentro da Comunidade LGBT, principalmente às mulheres travestis e transexuais. Ao mesmo tempo em que elas não são reconhecidas enquanto sujeitos legítimos por não se enquadrarem na heteronormatividade, servem como “recipiente natural” do preconceito, visto que se tratam de “desvios”, de “pessoas doentes”, de “aberrações”. A autora escreve que

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são *sujeitos*, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas *inóspitas* e *inabitáveis* da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do *inabitável* é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2000, p. 155, grifos da autora)

Como dito acima, narrativas LGBT não costumam ter contextualizações efetivas, que incitem a reflexão sobre a LGBTfobia/transfobia. No entanto, é bastante válido analisarmos o caso Dandara, que ganhou bastante repercussão – e profunda contextualização – em diversas mídias. Dandara dos Santos foi uma mulher transexual cearense que foi espancada e assassinada por oito adultos e quatro menores em 2017. Todo seu sofrimento foi gravado e viralizou nas redes sociais. Após causar comoção em parte da população brasileira, Dandara se tornou pauta de muitos jornais. Alguns deles, finalmente, aproveitaram o infeliz episódio para trazerem dados que denunciavam quantos LGBT perdem a vida anualmente no Brasil e como as mulheres travestis e transexuais estão em vulnerabilidade social. Diferentemente de muitos outros casos transfóbicos, o crime só ganhou profunda contextualização porque primeiro esteve nas redes sociais para depois se tornar um texto jornalístico, fenômeno difícil de ocorrer.

Em 2009, ocorreu a primeira defesa de doutorado realizada por uma mulher transexual na história no Brasil. Luma Andrade desenvolveu um estudo que explica por que as mulheres travestis e transexuais representam resistência desde o momento em que começam a estudar na escola e quais são as violências sofridas. Essa discussão escancara que, desde cedo, o corpo transexual é tratado como abjeto. É interessante trazer um dos relatos que ela dá ao longo de sua extensa e significativa pesquisa:

“Primeira travesti na história do Brasil a chegar ao doutorado”, é assim que começa a reportagem do Jornal Folha de São Paulo do dia 4 de janeiro de 2009 (p.C5). A história de vida da travesti Luma, que conquistou certo status social, acadêmico e profissional, ganhava destaque nacional, em contraste com as inúmeras reportagens que, ao longo do tempo, destacaram a prostituição e a violência de rua, o trânsito do asfalto, a travestilidade da rua, a transformação de quem está na esquina, o assalto, o crime, as drogas e a morte (ANDRADE, 2012, p. 72-73).

A própria autora observa o contraste entre sua conquista e os dramas vividos por outras mulheres como ela. Na escola, existe a reprodução de uma cultura heteronormativa realizada por professores, funcionários e demais sujeitos que circulam nesse espaço. Estes que aprenderam que sexo define gênero. Resta, então, às mulheres travestis e transexuais adequar seus comportamentos aos gêneros já instituídos, pois somente assim elas poderão permanecer na escola (ANDRADE, 2012). Essa lógica se aplica ao jornalismo. Por se tratarem de corpos abjetos e não merecerem a vida, as mulheres travestis e transexuais raramente trabalham nas organizações jornalísticas e, ao mesmo tempo, dificilmente são temas das matérias publicadas por essas empresas.

Para exemplificarmos o que entendemos como uma contextualização profunda,

trazemos uma reportagem publicada pelo Estadão, em 2017, denominada “Transgênero, transexual, travesti: os desafios para a inclusão do grupo no mercado de trabalho”. Encontramos aqui uma narrativa que contextualiza de modo efetivo a situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil²⁴. Logo no início da reportagem, sabemos que, de 2008 a 2015, 802 pessoas trans perderam a vida por conta da transfobia. Depois disso, há uma fala de uma mulher transexual chamada Angela Lopes, ex-diretora da Divisão de Políticas para a Diversidade Sexual de São Carlos. Ao decorrer da reportagem, o leitor é levado a refletir sobre as dificuldades que as pessoas trans têm de acessarem o mercado de trabalho. No fim da matéria, há, também, conceitos que explicam qual é a diferença entre gênero, identidade de gênero, transexual/transgênero, cisgênero e orientação sexual.

O propósito de citar e explicar genericamente a reportagem acima é pontuar que ela representa, enfim, aquilo que acreditamos ser o ideal em relação ao ato de contextualizar a situação das mulheres travestis e transexuais e, sobretudo, a importância disso. Para Ijuim, Suijkerbuijk e De Queiroz Schimidt “construir narrativas deve envolver uma contextualização precisa e profunda, fruto de uma observação/percepção cuidadosa dos fenômenos sociais” (2008, p. 140).

Castilho (2005) atenta para o fato de que a forma como as organizações jornalísticas operam pode ser um dos motivos que impedem os próprios jornalistas de contextualizarem suas notícias. Como aponta o autor, “o problema é que a contextualização exige muito mais trabalho e qualificação do profissional, contrariando a tendência das empresas de cortar custos e enxugar redações” (CASTILHO, 2005, p. 248). Esta constatação mostra que, apesar de todas as barreiras existentes ao ato de contextualizar os textos jornalísticos, há jornalistas que possuem esse desejo por conta de serem LGBT ou por terem empatia às minorias sociais e entenderem o impacto que as informações possuem na vida dos leitores.

Através de profundas contextualizações, é possível denunciar o preconceito vivido pelas mulheres travestis e transexuais e como seus corpos são tratados como abjetos perante a sociedade. Dessa forma, gera-se uma reflexão sobre uma problemática maior: a transfobia. É exatamente isso que este subcapítulo desejou mostrar: como o jornalismo tem potencial para informar e desconstruir valores que, aparentemente, são fixos e inalteráveis na sociedade; como podemos aprender, através de conteúdos jornalísticos, que a diversidade sexual e de gênero existe e é legítima.

²⁴ Reportagem disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS

Neste capítulo, vamos mostrar os resultados das análises realizadas e como os portais dialogam (ou não) com o que discutimos sobre a representação das mulheres travestis e transexuais em suas notícias e reportagens.

3.1 Percurso metodológico

Para analisar as notícias e reportagens presentes nesse estudo, criamos um protocolo metodológico para que pudéssemos sistematizar como os portais CartaCapital, G1 e Tribuna do Paraná constroem suas notícias e reportagens referentes às mulheres travestis e transexuais com os seguintes tópicos²⁵:

- Título da matéria;
- Data da publicação;
- Veículo;
- Tipo de pauta;
- Denominações dos envolvidos;
- Fontes presentes;
- Contextualização da matéria;
- Presença de estereótipos;
- Fotografias que compõem (ou não) as narrativas;
- Link da matéria.

Para a escolha dos portais analisados, começamos a pesquisar matérias de 2016 para um estudo exploratório. Naquele ano, pesquisamos inicialmente os termos “mulher travesti” e “mulher transexual” no site de busca *Google*. Infelizmente, os resultados foram poucos. Tentamos, então, pelos termos “travesti” e transexual” e algumas notícias e reportagens apareceram. Repetimos o procedimento para matérias de 2017. Os portais que mais haviam publicado conteúdos relacionados a essas mulheres nesse período foram o Tribuna do Paraná, o G1 e a CartaCapital. Não satisfeito com o número de conteúdos encontrados, pesquisamos por esses termos no próprio site desses portais através do campo de busca. Ao total, foram

²⁵ A análise completa de cada uma das notícias e reportagens analisadas de acordo com o protocolo metodológico proposto está presente no fim deste trabalho como apêndice.

coletadas, entre notícias e reportagens, 8 publicações do Tribuna do Paraná, 9 do G1 e 6 da CartaCapital durante esses dois anos para análise.

Matéria	Veículo	Data	Link
Briga de travestis termina com uma esfaqueada em Curitiba	Tribuna do Paraná	27/04/2016	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/briga-de-travestis-termina-com-uma-esfaqueada-em-curitiba/
Programa entre primos e travesti acaba na delegacia	Tribuna do Paraná	03/06/2016	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/programa-entre-primos-e-travesti-acaba-na-delegacia/
Travesti observa homem morto e acaba sendo atropelada na sequência	Tribuna do Paraná	26/08/2016	https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/travesti-observa-homem-morto-e-acaba-sendo-atropelada-na-sequencia/
Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande	Tribuna do Paraná	14/12/2016	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/travesti-nao-resiste-tiro-e-morre-em-rua-de-fazenda-rio-grande/
Assassinato de travesti na RMC ocorreu por dívida de R\$ 50	Tribuna do Paraná	16/02/2017	https://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/assassinato-de-travesti-na-rmc-ocorreu-por-divida-de-r-50/
Travesti é morta com cerca de 20 tiros na CIC	Tribuna do Paraná	23/04/2017	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/travesti-e-morta-com-cerca-de-20-tiros-na-cic/
Cirurgia para pessoas trans será viabilizada no Paraná	Tribuna do Paraná	24/10/2017	https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/cirurgia-para-pessoas-trans-sera-viabilizada-no-parana/
Travesti de Curitiba tem casa invadida e bens incendiados na madrugada	Tribuna do Paraná	09/12/2017	https://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/travesti-de-curitiba-tem-casa-invadida-e-bens-incendiados-na-madrugada/
Travesti é achada morta com arame em volta do pescoço em Ituverava, SP	G1	27/06/2016	http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/06/travesti-

			e-assassinado-e-encontrado-morto-em-canavial-de-ituverava-sp.html
Travesti é assassinada a tiros por dívida de R\$ 20 em Cuiabá, diz polícia	G1	26/08/2016	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/08/travesti-e-assassinada-tiros-por-divida-de-r-20-em-cuiaba-diz-policia.html
Travesti é assassinada a tiros na porta de casa em Fortaleza	G1	24/12/2016	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/12/travesti-e-assassinada-tiros-na-porta-de-casa-em-fortaleza.html
Musa transexual do Fogo e Paixão passará seu primeiro carnaval após mudança de gênero	G1	09/02/2017	https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2017/noticia/musa-transexual-do-fogo-e-paixao-passara-seu-primeiro-carnaval-apos-mudanca-de-genero.ghtml
Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: 'Fiz meu papel de cidadã'	G1	19/04/2017	https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/transexual-que-teve-ficha-do-exercito-postada-na-internet-comemora-decisao-da-justica-fiz-meu-papel-de-cidada.ghtml
'Estou fazendo história', diz 1ª advogada transexual a subir à tribuna do STF	G1	07/06/2017	https://g1.globo.com/politica/noticia/estou-fazendo-historia-diz-1-advogada-transexual-a-subir-a-tribuna-do-stf.ghtml
Policial suspeito de matar travesti na PB confessa que 'matou por não gostar de homossexual', diz Polícia Civil	G1	11/07/2017	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/policial-suspeito-de-matar-travesti-na-pb-confessou-que-matou-por-nao-gostar-de-homossexual-diz-policia-civil.ghtml
Suspeito de matar e ocultar corpo de travesti é preso no Rio	G1	06/12/2017	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/suspeito-de-matar-e-ocultar-corpo-de-travesti-e-preso-no-rio.ghtml

Travesti é morta a facadas dentro de casa em Viana, ES, e cliente é preso	G1	11/12/2017	https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/travesti-e-morta-a-facadas-dentro-de-casa-em-viana-es-e-cliente-e-presos.ghtml
Caminhada trans: de que lado você está?	CartaCapital	03/02/2016	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-e-homens-trans-na-luta-por-seus-direitos
Modern Family e a representatividade trans nas séries de TV	CartaCapital	21/10/2016	https://www.cartacapital.com.br/cultura/modern-family-e-representatividade-trans-nas-series-de-tv
Eu sou trans e religiosa	CartaCapital	20/02/2017	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eu-sou-trans-e-religiosa
LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere	CartaCapital	22/07/2017	https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lgbt2019s-privados-de-liberdade-um-olhar-sobre-o-carcere
Ser trans no Brasil, uma causa que vai além do gênero musical	CartaCapital	11/10/2017	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ser-trans-no-brasil-uma-causa-que-vai-alem-do-genero-musical
Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos	CartaCapital	30/11/2017	https://www.cartacapital.com.br/diversidade/Fila-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual-pode-passar-de-dez-anos

Quadro 1 – Matérias analisadas

3.2 Descrição dos veículos analisados

O jornal Tribuna do Paraná está disponível em versão impressa e digital e seu formato é o *berliner*²⁶. Fundado em 17 de outubro de 1956 por João Féder, em 1960 foi adquirido pelo Grupo Paulo Pimentel e, desde dezembro de 2011, integra o Grupo Paranaense de Comunicação

²⁶ O *berliner* também pode ser identificado como Berlinense, Berlinês ou midi. É um formato de jornal com páginas que medem, em geral, 470 × 315 milímetros. Atualmente, jornais como o La Repubblica na Itália e o The Guardian, do Reino Unido, utilizam esse formato.

(GRPCOM). O jornal trabalha com temas relacionados ao futebol, variedades e violência urbana no Paraná, com ênfase na cidade de Curitiba. O motivo para a escolha desse meio foi a necessidade de trazer um portal regional para ser estudado.

O G1 é um portal de notícias mantido pelo Grupo Globo e é orientado pela Central Globo de Jornalismo. Existe desde setembro de 2006 e disponibiliza conteúdos jornalísticos de diversas empresas do Grupo Globo como Rede Globo, Globo News; rádios como Globo e CBN; e revistas como *Época* e *Globo Rural*, entre outras. Por se tratar de um portal *mainstream*, aborda notícias do Brasil e do mundo e, por conta disso, foi escolhido para ser um dos portais estudados.

A CartaCapital é uma revista semanal brasileira de informações gerais publicada pela Editora Confiança. Está disponível em versão impressa e digital. Foi fundada em agosto de 1994 pelo jornalista Mino Carta. A partir de agosto de 2001, tornou-se semanal. A revista conta um pouco mais de dez jornalistas e trabalha com a publicação de notícias e reportagens diferentes daquelas publicadas pelas revistas *mainstream*. É considerada uma alternativa a revistas como *Veja* e *IstoÉ*. Sua orientação política é de esquerda e, por isso, esse portal foi um dos escolhidos para análise.

3.3 O tipo de pauta que estão inseridas as mulheres travestis e transexuais

Na maioria das notícias e reportagens do portal Tribuna do Paraná, o tipo de pauta que aborda a Comunidade LGBT é a policial. As mulheres travestis e transexuais aparecem constantemente em notícias que configuram alguma forma de violência. Violência esta que ocorre, inclusive, nos lugares onde muitas delas trabalham como garotas de programa. Machado e Barnart (2007) sinalizam as diversas dificuldades que essas mulheres enfrentam diariamente, estando ou não na prostituição.

O acesso aos sistemas de educação, saúde e demais serviços públicos é bastante restrito, o que traz complicações para o exercício da cidadania. Desde questões que derivam do reconhecimento institucional, tal como a troca de nomes, o uso de fotos em documentos, até questões cotidianas, como o uso de banheiros públicos, são exemplos das complexidades sociais que provocam violência, humilhação e comprometem a cidadania (MACHADO; BARNART, 2017, p. 4).

Em 2017, ocorreram 179 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Os dados levantados pela Antra mostram que 70% dos homicídios foram cometidos contra garotas de programa e

55% ocorreram nas ruas²⁷. Algumas notícias analisadas corroboram o fato dessas mulheres estarem na prostituição. Como exemplo, podemos citar duas matérias do Tribuna do Paraná. A primeira tem como manchete “Programa entre primos e travesti acaba na delegacia” (03 de junho de 2016) e, por meio dos seguintes trechos, mostra que a vítima era prostituta: “Um programa entre dois primos e uma travesti acabou na delegacia [...]”; “[...] foram até uma rua do bairro Vila Hauer para escolher uma travesti para o programa”; “Os dois contrataram o programa e foram para um motel fazer um ménage”.

A segunda notícia tem como chamada “Travesti é morta a facadas dentro de casa em Viana, ES, e cliente é preso” (11 de dezembro de 2017) e podemos apontar a profissão da vítima através das frases: “Ela trabalhava fazendo programas na casa onde foi morta”; “Luna Shine atendeu um cliente na casa onde morava por volta das 6h”.

Dos oito conteúdos coletados do Tribuna do Paraná, sete envolvem a pauta policial. Dos nove coletados do G1, seis têm relação com essa mesma pauta. Ambos os portais parecem ter bastante interesse nas mulheres travestis e transexuais quando elas são vítimas de violências físicas. Nesse aspecto, os dois meios parecem priorizar matérias sensacionalistas, pois expressiva parcela do público parece gostar de consumir notícias sobre criminalidade/assassinato. Embora não possamos confirmar esta tese, supostamente o que atrai os leitores não são as *vidas* trans perdidas e sim *como* elas foram tiradas. Barbosa (2004) atenta que, para os meios de comunicação, a forma como os crimes acontecem pode ser mais importante do que a existência deles.

A proliferação da morte violenta, fruto da guerra urbana e da desigualdade social, faz com que para os meios de comunicação neste caso seja importante não a morte em si mesmo, mas o espetáculo da brutalidade cotidiana (BARBOSA, 2004, p. 2).

Os requintes de crueldade que configuram esses crimes são dispositivos que podem ser atraentes ao público, como vemos na matéria intitulada “Travesti é achada morta com arame em volta do pescoço em Ituverava, SP” (27 junho de 2016) do G1. Os trechos “Por meio de uma denúncia anônima, os policiais chegaram a um canalial próximo à Vicinal Jerônimo Nunes Macedo, onde encontraram a vítima nua e com marcas de violência” e “A vítima, de 28 anos, foi achada em um canalial parcialmente carbonizada e com arames em volta do pescoço [...]” comprovam a violência com a qual o assassinato foi cometido.

Outra matéria, agora do portal Tribuna do Paraná, “Travesti é morta com cerca de 20 tiros

²⁷ Reportagem disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-assassinatos-de-pessoas-trans-no-brasil-e-o-maior-em-dez-anos,70002167595>>. Acesso em: 10 out. 2018.

na CIC”, também denuncia requintes de crueldade, como podemos observar na frase “Os assassinos usaram dois tipos de pistolas e dispararam mais de 20 vezes”.

Assassinos de mulheres travestis e transexuais costumam usar armas de fogo para seus crimes, seguido de armas brancas, espancamento, asfixia e/ou estrangulamento e, em alguns casos, até apedrejamento²⁸. Apenas a morte não basta: é necessário que se deixe uma marca no corpo das vítimas como aviso do que ocorre se formos considerados “desviantes”, “aberrações”. Lendo a página inicial de jornais em nosso cotidiano, podemos observar que a violência é um recurso muito utilizado pelo jornalismo em suas produções, bem como os escândalos e o futebol. Entendemos também que, por vezes, o/a jornalista fica sem saída e é praticamente “obrigado/a” a falar sobre mulheres travestis e transexuais apenas quando elas estão relacionadas com a violência. Essa discussão respinga na própria linha editorial da empresa na qual o profissional trabalha.

CartaCapital faz um movimento inverso em relação aos meios anteriores, procurando explorar de modo variado a Comunidade LGBT em suas narrativas. É o que se pode averiguar em: “LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere” (22 de julho de 2017), “Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos” (30 de novembro de 2017), “Ser trans no Brasil, uma causa que vai além do gênero musical” (11 de outubro de 2017). Esse portal humaniza os personagens utilizados na produção das narrativas citadas. Esses personagens não são meros objetos noticiosos, são pessoas. Essas mulheres não são apresentadas ao público unicamente quando sofrem violências. Suas potencialidades e alegrias também são enaltecidas. Ijuim (2012) acredita que:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo (IJUIM, 2012, p. 133).

CartaCapital mostra como são relevantes as vidas e vivências de mulheres travestis e transexuais. Há ganhos para o jornalismo e também para as pessoas que podem denunciar as violências que sofrem e o orgulho de serem quem são.

²⁸ Notícia disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em: 11 out. 2018.

3.4 As fontes nas matérias sobre mulheres travestis e transexuais

Observamos que no portal Tribuna do Paraná, com exceção de uma única matéria, as demais não possuem mulheres travestis ou transexuais como fonte. O “protagonismo” é da polícia. Quando não encontramos pessoas transexuais em narrativas que tratam da vida delas de alguma maneira, podemos apontar algumas explicações para esse fenômeno. A primeira é que o próprio meio jornalístico pode optar por tornar os LGBTs pauta apenas quando os assuntos têm relação com a violência. A segunda, esta que julgamos importante explorar neste subcapítulo, é que a ausência dessas pessoas é um sintoma social, referente a não sobrevivência desses sujeitos na sociedade, como apontamos anteriormente. De acordo com Schmitz:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fotos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p. 9).

As fontes não servem apenas para acrescentarem informações às narrativas, como também para legitimar o que está sendo proposto pelo/a jornalista. Schmitz pontua que “a fonte tem a informação que o jornalista pode transformar em notícia” (2011, p. 76). Mulheres travestis e transexuais podem contar muitas histórias e ajudar positivamente a sociedade a romper o ciclo transfóbico se forem *cases* de variadas notícias e reportagens. Schmitz ainda afirma que as fontes “tratam de informar a sociedade sobre as suas ações ou impedir que se espalhe uma versão inconveniente” (2011, p. 14). Essa contribuição se aplica à situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil, uma vez que o público que consome as notícias acredita, comumente, em ideias equivocadas sobre gênero e sexualidade.

Referente à busca de mulheres travestis e transexuais para a produção de seus conteúdos, o portal Tribuna do Paraná faz muito pouco, quase nada. De todas as matérias e reportagens coletadas, a polícia é a principal fonte consultada. Como exemplos podemos citar as notícias “Briga de travestis termina com uma esfaqueada em Curitiba” (27 de abril de 2016) e “Programa entre primos e travesti acaba na delegacia” (03 de março de 2016). É importante sinalizar que mesmo com as mulheres travestis sendo o ponto central dessas notícias, elas são apenas citadas e não possuem fala alguma, como podemos observar em alguns trechos. São eles: “As duas recusaram ir até à delegacia com os policiais e foram liberadas” e “A travesti fez o rapaz entrar no carro dele e foi dirigindo com ele até a delegacia”. Como Sousa enfatiza, “as fontes de informação são um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas” (2011, p.

63). Por conta disso, chama a atenção a ausência de citações diretas das mulheres envolvidas nas narrativas analisadas, narrativas estas que falam sobre elas.

Na reportagem “Cirurgia para pessoas trans será viabilizada no Paraná” (24 de outubro de 2017), encontramos, finalmente, uma fonte transexual. Ela se chama Natália Rivellini e seus argumentos ao decorrer do texto ajudam a legitimá-la. No entanto, essa é a única reportagem feita pelo Tribuna do Paraná entre 2016 e 2017 que traz a fala de uma mulher transexual. Se, por um lado, é preocupante realizar essa constatação, ao menos podemos considerar o esforço do meio em ter uma reportagem que traz o protagonismo trans.

No G1, o número de fontes trans aumenta um pouco, mas ainda não é expressivo. Ao total, configuram duas e podemos encontrá-las nas reportagens: “Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: ‘Fiz meu papel de cidadã’” (19 de abril de 2017) e “Musa transexual do Fogo e Paixão passará seu primeiro carnaval após mudança de gênero” (09 de setembro de 2017). Os trechos em que aparecem falas diretas das protagonistas são, respectivamente: “Para mim foi algo gratificante receber essa notícia, me deixou feliz, que consegui impor respeito, coloquei meu papel de cidadã na sociedade” (Marianna) e “Eu decidi passar por essa transição de gênero no carnaval. Vai completar um ano exatamente no dia do desfile do Fogo e Paixão” (Alice Pereira).

É interessante analisar que, possivelmente, mulheres travestis e transexuais são fontes ativas nas matérias citadas acima porque, a partir delas, algo diferente, algo não relacionado à violência física, ocorreu. Isto é, sem as falas dessas fontes, estes conteúdos talvez nem existissem, já que as narrativas são criadas com base em conquistas delas.

Enquanto o portal G1 apresenta falas diretas de mulheres travestis e transexuais somente quando elas conquistam algo, CartaCapital não precisa desse “impulso” para fazer isso, variando as temáticas que envolvem a travestilidade e transexualidade. CartaCapital explora de modo respeitoso e humano a condição dessas mulheres e tudo aquilo que elas podem fazer. Com exceção de uma reportagem, as demais publicadas pelo portal se preocupam em trazer falas e citações diretas de fontes transexuais para a construção dos textos desenvolvidos. É o que pudemos averiguar a partir de reportagens como “Caminhada trans: de que lado você está?” (03 de março de 2016), “LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere” (22 de julho de 2017) e “Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos” (30 de novembro de 2017), que possuem, ao total, 10 fontes transexuais.

Os trechos comprobatórios são muitos. Alguns exemplos são: “quando alguém me tratava no masculino, os outros corrigiam. Não precisei me desgastar negociando a minha identidade com cada um que eu encontrava” (Amara Moreira); “Se aqui fora existe preconceito,

lá dentro é a treva de preconceito. Vi meninas se prostituírem por causa de um sabonete, para escovar os dentes” (Verônica Bolina) e “Nessa época eu já me hormonizava por conta própria, o que é uma realidade de 11 em cada 10 pessoas trans no Brasil” (Daniela Andrade).

Provavelmente, sem essas mulheres travestis e transexuais participando das narrativas de modo efetivo, estas não teriam o mesmo impacto sobre o público. Teríamos, novamente, a impressão de que “se fala sobre mulheres travestis e transexuais”, mas não é permitido que elas falem por si mesmas. A ausência delas nesse tipo de narrativa gera uma espécie de “vazio” ao decorrer dos textos jornalísticos. Essas mulheres raramente assumem a posição de protagonismo em matérias e reportagens.

3.5 Nomeação das mulheres travestis e transexuais

De acordo com a análise feita, observamos que os portais Tribuna do Paraná e G1 usam, frequentemente, o nome civil das mulheres travestis e transexuais citadas nas matérias. No Brasil, as pessoas transexuais passam por muitos constrangimentos para que possam ter o direito ao nome com o qual se identificam. A burocracia respinga, inclusive, na esfera jurídica²⁹. Como explica Junior “o nome social é aquele pelo qual sujeitos autodenominados travestis ou transexuais optam por ser chamados cotidianamente, refletindo sua expressão de gênero, em detrimento ao seu nome de registro civil” (2016, p. 179-180). A principal barreira para que essas pessoas consigam ter acesso aos seus verdadeiros nomes é o processo transexualizador, ou seja, uma série de procedimentos cirúrgicos que resultam em alterações corporais. Como sinaliza Jesus e Alves:

Travestis ou transexuais brasileiros que buscam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam são demandadas pelo judiciário a se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital para que somente após elas lhes seja possibilitada a concessão do direito fundamental à identidade. Além de configurar uma violência institucional, essa é uma prática eugenista de esterilização forçada contra um grupo populacional, em pleno século XXI, considerando que há pessoas transexuais e travestis que por diversas razões não desejam ou não podem se submeter a essas cirurgias, e nem por isso deixam de vivenciar suas identidades de gênero (JESUS; ALVES, 2012, p.11).

²⁹ É importante pontuar que algumas entidades adotam o uso do nome social dos cidadãos mesmo sem autorização jurídica, como a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ)²⁹. No entanto, infelizmente, sem essa autorização o uso do nome social em todas as esferas da cidadania não é possível. Notícia disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/oab-entrega-carteiras-com-nome-social-para-advogados-transexuais-21124095>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

A resignação sexual, um dos procedimentos mais desejados, pode chegar até R\$45,000³⁰. Outra possibilidade de realizá-la é através do Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2008. Porém, a espera tende a ser longa e não existe a garantia de que o procedimento realmente será realizado. No Brasil, o paciente precisa ter, no mínimo, 21 anos para se submeter a essa cirurgia. Além disso, é necessário que passe por acompanhamento de profissionais da área da saúde. Apenas cinco hospitais em todo o país oferecem o processo transexualizador por completo.

Todos os fatores apontados acima acabam reprimindo a demanda que aumenta a cada ano. De 2008 a 2014, quase dez mil procedimentos referentes à transgenitalização foram feitos. Dentre eles, estão a resignação sexual (“mudança de sexo”), mastectomia (remoção da mama) e a histerectomia (remoção do útero)³¹. Todo esse extenso caminho que as pessoas transexuais percorrem é desconhecido por grande parte da população. Como resultado disso, há, nas redações, profissionais que não compreendem que o nome social não significa apenas um nome “alternativo”. Representa a luta diária e a liberdade de se sentir bem com o próprio gênero que a pessoa transexual sente.

Outro ponto que chama a atenção na análise realizada é que, em boa parte das matérias publicadas pelo Tribuna do Paraná e algumas publicadas pelo G1, as mulheres travestis não têm seu nome revelado. Elas não parecem “significar” o suficiente para terem, pelo menos, seus nomes sociais apresentados. Novamente na notícia “Travesti não resiste a tiro e morre em Fazenda Rio Grande (14 de dezembro de 2016)”, por exemplo, observamos esse tratamento. Ao decorrer do texto, acompanhamos uma mulher travesti que não tem seu nome social revelado e sim o nome civil Gabriel Aquino de Godoy. Em “Travesti é morta com cerca de 20 tiros na CIC” (23 de abril de 2017), apesar de termos a vítima sendo tratada no feminino, não temos informações sobre seu nome social. Ela é denominada apenas “travesti”.

No G1, a maior parte das matérias trazem o nome social das mulheres travestis e transexuais, no entanto, trazem também o nome de nascimento das mulheres citadas. É o que ocorre na notícia “Travesti é achada morta com arame em volta do pescoço em Ituverava, SP” (27 de junho de 2016). A vítima, Julia Almeida, tem o nome civil revelado e é tratada ora no masculino, ora no feminino. Isso contribui para que o público não compreenda, enfim, a qual gênero ela pertence. Na notícia “Travesti é assassinada a tiros por dívida de R\$20 em Cuiabá,

³⁰ Reportagem disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-e-uma-cirurgia-de-readequacao-sexual/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

³¹ Notícia disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apenas-cinco-hospitais-fazem-cirurgia-transgenital-pelo-sus-no-brasil/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

diz polícia” (26 de agosto de 2016), não encontramos sequer o nome social da vítima.

Em CartaCapital, observamos um modo de abordagem totalmente inverso em relação aos meios anteriores. Destacamos o respeito às identidades de gênero das pessoas travestis e transexuais e, em nenhum momento, a exposição do nome civil delas nas narrativas. Alguns exemplos de reportagens que seguiram esse caminho são: “Eu sou trans e religiosa” (20 de fevereiro de 2017) e “Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos” (30 de novembro de 2017). A primeira reportagem traz três mulheres transgênero como fonte e a segunda, duas.

É comum que conheçamos mulheres travestis e transexuais através de nomes femininos. Muitas vezes, sequer sabemos o nome de nascimento delas porque não cabe a nós, sujeitos cisgêneros, tratarmos essas mulheres por um nome com o qual elas não se identificam, um nome que ficou para trás e que não as representam. Por conta disso, é inadequado perguntar o nome “verdadeiro” ou “de homem” da mulher travesti ou transexual. Essa mesma lógica, aos poucos, está sendo incorporada na produção jornalística.

A partir do momento em que as pessoas transexuais atribuem a si mesmas um nome com os quais se sentem confortáveis, inserem-se em setores da sociedade (ainda que sejam poucos) que antes não faziam parte porque as chances de passarem por constrangimentos era maior. Elas ganham confiança ao aderirem seus nomes “alternativos” e, com eles, apresentam-se à vida social. Como pontua Junior:

O emprego do nome adequado às subjetividades emocionais e psicológicas da pessoa pode ser feito de forma independente – a partir de como ela se identifica e é reconhecida socialmente – ou com base em dispositivos jurídicos que garantem e autorizam tal adaptação, como o uso do nome social e a retificação de registro civil (ou mudança de prenome) (JUNIOR, 2016, p. 179).

O nome é um dos dispositivos mais eficientes, poderosos e íntimos que usamos para expressarmos quem somos e como desejamos ser reconhecidos. Alves e Moreira explicam que “o efeito provocado pelo uso do nome social no outro aponta para um duplo processo: de aceitação/reconhecimento ou de rejeição/negação” (2015, p. 61). Na produção de conteúdos jornalísticos, com raras exceções, o uso do nome civil da mulher travesti ou transexual envolvida mostra-se necessário. É insensível optar por fazer isso se o/a jornalista pode não fazer. Contudo, entendemos que as informações deste estudo costumam estar distantes das redações, embora isso soe irônico se pensarmos que o jornalismo tem como matéria-prima a informação.

É importante repensarmos quais são as nomeações presentes nas narrativas para que

haja, pelo menos, respeito simbólico à vítima; para que mostremos ao público que a mulher travesti ou transexual citada na matéria é, sobretudo, uma mulher. Dessa forma, deixamos nítida também a nossa preocupação em reconhecer a luta que as mulheres travestis e transexuais enfrentam em um país burocrático em busca de seus verdadeiros e legítimos nomes, bem como os homens transexuais.

3.6 Os estereótipos presentes nas matérias jornalísticas

Como apontamos ao longo deste estudo, existem alguns estereótipos frequentes em relação às mulheres travestis e transexuais. No entanto, no que diz respeito às matérias analisadas, vamos falar sobre dois deles. O primeiro é que as mulheres travestis e transexuais não são consideradas “mulheres” como as mulheres cisgêneras. O segundo é que, quando são “reconhecidas”, são reduzidas às suas identidades de gênero. No jornalismo, esses dois estereótipos são incorporados nas notícias e reportagens constantemente. É importante que pontuemos o porquê de analisarmos, com ênfase, as nomeações que as mulheres travestis e transexuais recebem nos conteúdos que analisamos, pois determinadas formas de denominação reforçam os estereótipos. É o que mostraremos agora.

A Tribuna do Paraná, na maioria de suas narrativas, reduz as mulheres travestis e transexuais às identidades de gênero delas, além de tratá-las no masculino de alguma maneira. Nesta matéria, por exemplo, os estereótipos se iniciam na própria manchete: “Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande” (14 de dezembro de 2016). Logo no início do texto, a vítima é tratada no masculino: “Um garoto de 17 anos foi morto a tiros na noite desta terça-feira (13) em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba”. Em seguida, tem o nome de nascimento revelado: “A vítima, Gabriel Aquino de Godoy, era travesti”.

Como abordamos anteriormente, são raros os momentos em que é necessário deixar explícito o nome civil da vítima, uma vez que mulheres travestis e transexuais costumam adotar nomes femininos. Além disso, o substantivo “garoto” indica que a vítima era um homem e não uma mulher, o que é considerado transfóbico em termos de tratamento à mulher travesti ou transexual. Andrade explica que “a feminilidade é historicamente localizada e não podemos acreditar em uma essência feminina ou em uma natureza a-histórica” (2012, p. 104). A autora ainda acrescenta que as mulheres travestis e transexuais são mulheres porque também carregam uma série de subjetividades e desejos que entendemos, enquanto sociedade, pertencerem ao universo feminino. Por consequência disso, não nos parece coerente apenas as palavras

“travesti” e “transexual” para a identificação dessas mulheres em textos jornalísticos. Tanto as mulheres cisgêneras quanto as mulheres travestis e transexuais são, sobretudo, mulheres.

A identificação acontece através dos olhos, que vê a cenografia do corpo, mas acontece também através do olfato, que sente o cheiro da maquiagem, dos perfumes, dos hormônios. A identificação acontece através do tato, do contato, da convivência, dos conflitos, da resolução dos conflitos, da necessidade humana de classificar e dividir as pessoas em categorias abstratas, que aparentemente são concretas e objetivas (ANDRADE, 2012, p. 104).

Uma narrativa parecida ocorre em outra notícia desse portal. Em “Travesti observa homem morto e acaba sendo atropelada na sequência” (26 de agosto de 2016), novamente temos o nome civil apresentado: “A travesti, que se chamava Jackson, foi atropelada por um Corsa ao tentar atravessar a via”. Constatamos também a redução dessa mulher à identidade de gênero por meio dos trechos “Com o impacto, a travesti bateu a cabeça no para-brisa e depois, antes de cair ao chão, na coluna do carro”; “A travesti morreu na hora” e “Antes de sair do local do crime, impressionada, a travesti teria comentado que não gostava de ver aquilo e que se sentia mal com a cena”.

Para Tribuna do Paraná, a travestilidade é um dos valores-notícia da matéria e, por conta disso, este aspecto deve ser enfatizado ao decorrer do texto: o assassinato ocorreu contra uma “travesti” e não contra uma “mulher” – como seria dito caso a vítima fosse uma mulher cisgênera. Em comparação à matéria anterior, existe uma diferença sutil, mas importante nesta: ocorre o uso do pronome feminino, o que mostra certa sensibilidade do redator.

O G1 também apresenta estereótipos em suas narrativas, embora se diferencie do Tribuna do Paraná por apresentar mais frequentemente o nome social das mulheres travestis e transexuais. Em “Travesti é assassinada a tiros na porta de casa em Fortaleza” (24 de dezembro de 2016), sabemos o nome social da vítima, Paula Raio Laser, como descreve o seguinte trecho: “De acordo com informações da Polícia Militar, a travesti identificada como “Paula Raio Laser”, de 50 anos [...]”. Ao decorrer do texto, no entanto, acompanhamos a redução da mulher à sua identidade gênero nas frases: “A travesti não resistiu aos ferimentos e morreu no local” e “A polícia informou que a travesti não tinha passagens pela polícia”. O uso do nome social na notícia, Paula Raio Laser, é importante porque esta mulher adotou esse nome para si e através dele gostaria de ser reconhecida. Como sinalizam Machado e Barnart (2017), o nome social é uma das maiores reivindicações de pessoas transexuais.

[...] está a questão do respeito ao “nome social”, que impacta diretamente o cotidiano destas pessoas, seja nas listas de chamada nas escolas, nas filas de aeroportos, nas delegacias e prisões, nos serviços de saúde, na vida institucional como um todo (MACHADO; BARNART, 2017, p. 7).

Em “Suspeito de matar e ocultar corpo de travesti é preso no Rio” (06 de dezembro de 2017), também temos o nome social da vítima exposto, Letícia Campos. O ponto positivo neste texto é que Letícia é identificada pelo nome e não por sua identidade de gênero, com exceção da manchete. Isso pode ser observado pelos trechos: “Letícia foi vista pela última vez em novembro do ano passado”; “Prova disso foi a mensagem de áudio que Letícia enviou da casa de Igor para uma amiga” e “Um amigo dele confessou ter ajudado a esconder o corpo de Letícia, e contou o que aconteceu”.

Nas seis reportagens produzidas pela CartaCapital, não foram encontrados os estereótipos aos quais propomos reflexão. Este meio entende com sensibilidade três aspectos em suas narrativas. O primeiro é que não precisamos reduzir uma mulher travesti ou transexual à identidade de gênero dela. O segundo é que o nome civil em raros casos necessita ser exposto. O terceiro e último aspecto é que a mulher travesti ou transexual é mulher assim como a mulher cisgênera e, por conta disso, não há necessidade, por exemplo, do uso de pronomes masculinos ou quaisquer palavras masculinas no momento em que se fala sobre essas mulheres. Não existe aqui demarcação entre “mulher” e “travesti”.

Em “Eu sou trans e religiosa” (20 de fevereiro de 2017), temos como fontes duas mulheres transexuais e uma mulher travesti: Brunna Valin, Thaïs de Azevedo e Giu Nonato, respectivamente. Nenhuma delas têm o nome civil exposto e, em nenhum instante, são tratadas no masculino. Elas também não são reduzidas às identidades de gênero. São mulheres travestis e transexuais e não somente travestis e transexuais. Além disso, são identificadas através dos nomes que se sentem confortáveis e que representam sua essência. Essas alterações podem soar insignificantes ao público leigo, mas possuem forte impacto nas mulheres travestis e transexuais. Elas se veem respeitadas e inseridas de forma humana nas discussões sociais. É o que podemos constatar com os seguintes trechos: “[...] diz Brunna Valin, 42, que cresceu em família evangélica”; “Thaïs de Azevedo, 67 anos, conheceu o kardecismo por meio dos pais [...]” e “[...] Giu Nonato, travesti de 23 anos, encontrou seu espaço”.

Em “Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos” (30 de novembro de 2017) é seguido o mesmo protocolo de produção da reportagem anterior. No próprio entretítulo são citadas duas das fontes que participam do texto e nem sequer temos suas identidades de gênero explícitas, o que garante um tratamento diferenciado (e empático) a essas mulheres. Podemos observar isso através de frases como: “A espera de Daniela Andrade já dura seis anos” e “Luiza Valentim contou com as economias da família para a cirurgia que se tornou uma emergência”.

Mesmo em uma foto onde aparece Daniela Andrade, sua identidade de gênero não é

citada. A legenda é a seguinte: “Há seis anos na fila do SUS, Daniela Andrade entrou com uma ação na Justiça para que o plano de saúde cubra sua cirurgia”. Conforme acompanhamos a narrativa, sabemos sobre a história de Daniela em relação ao processo transexualizador. É interessante destacar que não é necessário dizermos que Daniela é uma mulher transexual para, efetivamente, mostrar isso ao público, como aponta o trecho “Em 2009, Daniela iniciou seu atendimento por meio da Secretaria estadual de Saúde de São Paulo [...]”.

Luiza Valentim é outra fonte que tem sua história descrita ao decorrer da reportagem. Não é dito em nenhum momento que ela é transexual, pois essa informação fica nas entrelinhas nas frases: “Ela teve um lance de sorte, no começo de 2013, quando buscou ajuda”; “Sem contar com o atendimento multidisciplinar do processo transexualizador em sua região, era difícil até mesmo saber em que portas bater” e “Segundo Luiza, o papo era sempre esse”. A narrativa sutil e respeitosa que encontramos nesta reportagem exemplifica como um/a redator/a pode contar histórias de mulheres travestis e transexuais sem precisar indicar, constantemente, suas identidades de gênero e como a existências delas é legítima na sociedade.

3.7 A contextualização feita sobre a situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil

Como explicamos no capítulo dois, acreditamos que contextualizações profundas podem, além de trazer mais informações adicionais às narrativas jornalísticas, trazer também denúncias sobre a situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil. Neste subcapítulo, vamos mostrar *qual* é a contextualização que os três portais estudados constroem para suas notícias e reportagens.

O portal Tribuna do Paraná não se preocupa em fazer qualquer tipo de conexão entre as notícias publicadas. Embora todas elas se relacionem à pauta policial, apresentando as vítimas ou na prostituição ou nas drogas, o jornal não parece entender que esses casos não são isolados. Ou seja, mulheres travestis ou transexuais na condição de garotas de programa ou usuárias de drogas não escolhem, simplesmente, por isso. Elas são empurradas a essas situações porque não encontram alternativas na esfera social para viverem e trabalharem com dignidade.

Os leitores atualmente não desejam apenas a informação com exatidão. Eles precisam também ter a certeza que estão situados dentro dos acontecimentos (SEQUEIRA, 2005). Por isso, dar mais corpo a uma contextualização contribui para que o consumidor da notícia compreenda os acontecimentos em uma escala maior, de modo crítico. Tribuna do Paraná não apresenta em suas notícias contextualização para além do *lead*. Não há, nas matérias, dados que explicitem o número de mulheres travestis na prostituição ou quantas delas são mortas ano a

ano no Brasil.

É o que podemos observar em “Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande” (14 de dezembro de 2016). O *lead* responde às perguntas básicas: *O quê?* O assassinato de uma mulher travesti. *Quem?* Gabriel Aquino de Godoy. *Quando?* Dia 13 de dezembro de 2016. *Onde?* Fazenda Rio Grande. *Como?* Disparo de tiros. O motivo do crime não foi divulgado, mas sabemos que a vítima era, possivelmente, garota de programa, como mostra o trecho “Algumas pessoas disseram que Gabriel estava fazendo programa no local, informação que será apurada, mas não foi confirmada pela polícia”. A notícia acaba com a informação de que a delegacia de Fazenda Rio Grande investiga o caso. Entretanto, poderia trazer alguma nota indicando que é expressivo o número de mulheres travestis e transexuais na prostituição e que a transfobia as obrigada a exercer essa profissão.

O *lead* é a única forma de contextualização presente em todas as matérias desse portal. No entanto, na reportagem intitulada “Cirurgia para pessoas trans será viabilizada no Paraná” (24 de outubro de 2017), única que se diferencia nessa questão, a forma de contextualização transcende as perguntas básicas do *lead*. Embora o texto não aborde as mulheres travestis e transexuais na prostituição, explora outro aspecto importante para elas: o processo transexualizador.

Ao decorrer da matéria, temos a apresentação de alguns dados referentes à demanda do processo de transgenitalização no Paraná. Os trechos comprobatórios são os seguintes: “Estima-se que 200 pessoas busquem o procedimento no Estado atualmente”; “Desde 2013, por meio do Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais, o Governo do Estado já oferece acompanhamento médico e psicológico, além de hormonioterapia para travestis e transexuais”; “Apenas no primeiro semestre de 2017 houve cerca de 400 consultas médicas e 780 atendimentos psicológicos. No mesmo período foram dispensados em torno de 43 mil comprimidos e 700 ampolas de hormônio”. Essas informações são muito úteis porque situam o leitor junto da narrativa, aproximando-o mais do assunto abordado.

No portal G1, em todas as notícias o *lead* também é a forma mais utilizada de contextualização. Nenhuma das notícias ou reportagens falam, especificamente, sobre a violência que essas mulheres vivem. Porém, em uma das duas reportagens analisadas, encontramos a história de uma mulher transexual e sua ligação com o Carnaval, o que é positivo, pois demonstra o interesse do portal em trazer histórias de conquistas que essas mulheres têm. Alice Pereira – o *case* – pontua em uma de suas falas que é uma responsabilidade representar outras mulheres travestis e transexuais: “Acho que é muita responsabilidade. Foi uma surpresa muito grande, não esperava que eles iam me escolher para representar o Fogo e Paixão. É muito orgulho”.

Vale a pena destacar que, nessa narrativa, nenhum dos estereótipos problematizados em nosso estudo é encontrado e o protagonismo é da própria Alice e existem imagens delas para que possamos ter mais conhecimento da personagem que dá vida à reportagem.

O mesmo ocorre na reportagem “Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: 'Fiz meu papel de cidadã” (19 de abril de 2017). Acompanhamos o drama de Marianna, que teve sua ficha do Exército postada na internet. Por conta disso, ela passou a receber ameaças e ataques por ser transexual. Logo no início do texto, temos uma fala direta dela: "Para mim foi algo gratificante receber essa notícia, me deixou feliz, que consegui impor respeito, coloquei meu papel de cidadã na sociedade. Eu tenho ido atrás dos meus direitos, não tenho deixado passar batido. Acho que isso foi um marco e que sirva de lição, que não repitam isso, espero que eu seja a última pessoa que tenha passado por isso".

Sabemos que Marianna vive em Londres e que pretendia, na época, voltar ao Brasil. Após isso, outra fala de Marianna: “O serviço militar não deu nota sobre o que vai fazer com base de transexuais e travestis no alistamento obrigatório. Espero que eles tomem providências, que possam dispensar as meninas logo quando entrarem com o pedido de reservista e que esse caso não tenha de ocorrer novamente”. Prosseguindo, sabemos também das ameaças que ela sofreu por causa da exposição que passou na internet.

Contribuem para o caso a juíza federal Letícia Dea Banks e, de certo modo, o Exército ao dar seu parecer (ainda que evasivo) em relação ao crime. Conforme a leitura, observamos que Marianna é identificada por seu nome e não através de palavras reducionistas como “travesti” ou “transexual”: “A magistrada ressaltou a violação à dignidade de Marianna [...]”; “Marianna contou ao G1”; “Logo que as ligações ofensivas começaram a se repetir, Marianna buscou o apoio de sua mãe”. Novamente, não encontramos os estereótipos aos quais propomos reflexão.

Além do mais, a reportagem conta com falas diretas de Marianna, fotos e uma contextualização aprofundada sobre o que aconteceu com ela. O portal, inclusive, tentou contato com o Exército na época, como podemos constatar no trecho: “O G1 procurou o Exército e aguardava retorno até a publicação desta reportagem”. Houve, enfim, uma preocupação do meio para trazer um bom número de informações ao público sobre o acontecimento. A contextualização bem trabalhada responde a muitas perguntas que poderiam surgir se a reportagem se resumisse apenas ao lead.

É curioso observar que, em ambos os portais, quando reportagens³² são produzidas, todo o processo de narrativa muda. Ou seja, existe contextualização profunda, um número relativamente expressivo de fontes, protagonismo trans, fotos, falas diretas e o mais importante: as mulheres que participam não são reduzidas às suas identidades de gênero, elas são chamadas pelos nomes com os quais se sentem bem. Mas por que o simples fato de não reduzir essas mulheres à travestilidade ou transexualidade não se repete na construção de notícias? É como se houvesse uma lacuna em meio à produção das narrativas jornalísticas. Parece que o protocolo de produção de notícias não é o mesmo para a produção de reportagens. É como se nas notícias uma abordagem sensível e adequada referente às mulheres travestis e transexuais não fosse considerada, ao contrário do que acontece nas reportagens.

Podemos retomar, como dito no capítulo dois, o fato de que talvez nem mesmo os/as jornalistas se deem conta de que maneira devemos tratar pessoas transexuais, visto que eles reproduzem a cultura transfóbica na qual estão inseridos. No entanto, é necessário partir desses mesmos profissionais questionamentos que resultem em um tratamento humanizado às pessoas trans. Zamith pontua que “o ato de contextualizar está muito próximo dos atos de confrontar, contradizer e credibilizar, todos eles recomendados pelo bom jornalismo” (2011, p. 60). Na reportagem analisada acima, existe o confronto do qual o autor se refere e, também, elementos que ajudam a credibilizar o drama de Marianna.

Em CartaCapital não há “oscilações” em termos de contextualização. Todas as reportagens analisadas exploram de modos diferentes as vidas trans, além de atenderem a todos os “requisitos” para o que acreditamos ser uma contextualização profunda. Podemos fazer essa constatação através da reportagem “Caminhada trans: de que lado você está?” (03 de fevereiro de 2016).

De início, acompanhamos Amara Moira, mulher transexual e uma das fontes da reportagem. Ela conta sobre a época que começou sua transição de gênero: “quando alguém me tratava no masculino, os outros corrigiam. Não precisei me desgastar negociando a minha identidade com cada um que eu encontrava”. Em seguida, alguns dados sobre pessoas travestis e transexuais são apresentados: “De acordo com pesquisa do IBGE de 2013, a expectativa de vida desse grupo social não passa dos 35 anos, menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral”; “Só nos primeiros 31 dias de 2016, segundo o grupo Quem a

³² Entendemos a diferença entre notícia e reportagem através de conceitos expostos por autores como Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré (1986). Os autores defendem que cabe à notícia, essencialmente, tornar público um fato. No entanto, em relação à reportagem, exige-se contextualização e detalhamento sobre aquilo que foi enunciado.

homofobia matou hoje?, pelo menos 30 pessoas da Comunidade LGBT foram assassinadas, sendo nove delas trans”.

Após isso, lemos sobre uma manifestação realizada pelo Centro de Apoio e Inclusão de Travestis e Transexuais em São Paulo. Nessa passeata, através de cartazes, mulheres travestis e transexuais pediram por direitos iguais, por trabalho e dignidade. Algumas dos dizeres eram: “Pessoas não-binárias existem”; “Você contrataria uma pessoa trans?” e “Sou ser humano e exijo respeito”. A reportagem aproveita o gancho sobre a passeata e atesta que “De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil, muito mais por necessidade do que por escolha”. Para contribuir com a contextualização do assunto abordado, são apresentadas também três imagens da manifestação. Zamith considera que “a contextualização é, pois, um elemento fundamental no jornalismo de qualidade, pelo que não deve, de modo nenhum, ser desprezada ou esquecida” (2011, p. 60).

Somente o fato de CartaCapital publicar, majoritariamente, reportagens e não notícias, como nos veículos anteriores, não explica por si só a contextualização profunda que encontramos nas narrativas, pois esse aspecto se repete nas reportagens dos três portais analisados. Os/as jornalistas de CartaCapital parecem entender a importância de identificarmos pessoas trans com dignidade e, sobretudo, preocupam-se em aplicar esses conhecimentos a suas produções jornalísticas. Parece que, nesse portal, os profissionais envolvidos na produção das reportagens rompem suas relações com a cultura transfóbica e heteronormativa vigente na sociedade brasileira: eles buscam alternativas para incluir todos os tipos de cidadãos em suas narrativas sem discriminá-los.

3.8 As fotografias compõem (ou não) as narrativas

Consideramos o uso de fotografias nos conteúdos analisados bastante importante, pois elas contribuem para que o público tenha uma ideia maior sobre o que está lendo. As imagens direcionam com mais detalhes o que ocorreu e o que está sendo narrado, cristalizando na mente dos leitores determinados lugares, pessoas e objetos. Quando poderosas, as imagens fotográficas conseguem evocar o acontecimento representado (ou as pessoas) e a sua atmosfera. Uma imagem fotojornalística, para ter sucesso, geralmente precisa juntar a força noticiosa à força visual (SOUSA, 2001, p. 442). Neste aspecto, os três portais demonstram preocupação em trazer imagens que ilustrem as matérias publicadas. Em Tribuna do Paraná, quase metade dos conteúdos possuem imagens.

Na notícia “Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande” (14 de dezembro de 2016), há uma fotografia que mostra a parte de uma viatura e mais à frente o corpo da vítima desfocado. Em “Travesti de Curitiba tem casa invadida e bens incendiados na madrugada” (09 de dezembro de 2017), há uma imagem da vítima apontando para seus bens que foram incendiados.



Crédito: Felipe Rosa

Figura 1 – Vítima mostra o que restou dos seus bens que foram incendiados

Em G1 acontece o mesmo que no portal anterior: quase metade dos conteúdos trazem algum tipo de imagem. Na notícia “Travesti é morta a facadas dentro de casa em Viana, ES, e cliente é preso” (11 de dezembro de 2017), encontramos duas fotografias. A primeira é da casa da vítima e a segunda é referente ao carro do cliente que foi quebrado por populares que se indignaram com o assassinato.



Fonte: TV Gazeta

Figura 2 – Carro do suspeito de cometer o assassinato. O veículo foi apedrejado por populares em revolta ao crime

Na reportagem “Musa transexual do Fogo e Paixão passará seu primeiro carnaval após mudança de gênero” (09 de fevereiro de 2017), temos seis imagens. A primeira é de Alice sorrindo para a câmera, a segunda é de Alice fazendo pose em frente a um arbusto, a terceira é de Alice em frente a um muro grafitado, a quarta é de Alice segurando um estandarte do Fogo e Paixão, a quinta é de Alice sorrindo com um close em seu rosto e a última é de Alice no ar com uma guitarra nas mãos. As imagens apresentadas nas matérias contribuem para legitimar o que o texto está dizendo (TAVARES; VAZ, 2005).

CartaCapital traz em todas suas reportagens, no mínimo, uma fotografia. Na reportagem “Caminhada trans: de que lado você está?” (03 de fevereiro 2016), três imagens ajudam na composição do texto. Na primeira vemos uma mulher com um apito na boca segurando um cartaz que diz: “Você contrataria uma pessoa trans????”. Na segunda, pessoas trans e cis estão em uma caminhada pelos direitos das pessoas transexuais. Na terceira, observamos mulheres transexuais em frente à Câmara Municipal de São Paulo realizando uma homenagem às vítimas de transfobia. Em “LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere” (22 de julho de 2017), o número de fotografias cresce consideravelmente: há seis. Na primeira encontramos duas pessoas LGBTs atrás de grades. Na segunda, Verônica Bolina durante um evento. Na terceira, Leo Moreira de Sá falando no mesmo evento que Verônica. Na quarta, vários braços “saindo” de três celas. Na quinta, uma mulher transexual e, na última, dois homens gays.



Fonte: Autor desconhecido

Figura 3 - Dois homens LGBTs por trás das grades. Um está com a expressão pensativa e o outro se olhando em um pequeno espelho

CartaCapital parece fazer uma boa e apurada análise do que deseja ou não mostrar nas imagens que compõem suas narrativas. Podemos constatar isso a partir de dois aspectos: o número de imagens e a variedade delas. Como atenta Tavares e Vaz:

O jornal, ao veicular imagens, possui objetivos e sabe o que pretende mostrar. As fotografias jornalísticas não são inocentes: elas traduzem um acontecimento, construindo-o. Recortam uma realidade, são notícia e transmitem informação. Além disso, funcionam, assim como o jornal e seus textos, como mediadoras e peças importantes para a construção de uma imagem (no sentido de um imaginário) sobre algo específico; sobre uma realidade específica (TAVARES; VAZ, 2005, p. 132).

Na última reportagem analisada do portal, através das fotografias, não apenas temos conhecimento de como são as fontes que ajudaram na construção da narrativa, como também de outros personagens que existem e representam pessoas LGBTQs de alguma forma. As mãos saindo pelas grades, por exemplo, merecem destaque porque expressam ao público um pouco sobre o que é estar preso e sobre como a dignidade humana pode se perder se agirmos com indiferença.



Fonte: Beatriz Drague Ramos

Figura 4 - Leo Moreira de Sá durante uma fala

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste estudo mostram que a representação feita das mulheres travestis e transexuais no jornalismo ainda está intimamente relacionada à violência de alguma forma. Essas mulheres são representadas, majoritariamente, como prostitutas ou usuárias de drogas e, se ganham importância nos portais analisados, é porque, muito provavelmente, foram assassinadas. Como apontamos nesta pesquisa, os corpos trans somente ganham relevância quando são violados, expostos e demarcados como exemplo do que não devemos ser enquanto homens ou mulheres. Trata-se da maneira hegemônica do discurso jornalístico construir essas mulheres, a partir do uso de alguns termos em detrimento de outros, da opção por alguns valores notícia e do uso de determinadas fontes prioritárias que acabam por silenciar qualquer outro papel destas mulheres que não esteja ligado à violência.

Tribuna do Paraná e G1 operam seguindo esse raciocínio na maioria das notícias analisadas, com exceção das poucas (para não dizer raras) reportagens apresentadas durante os anos de 2016 e 2017 que colocam mulheres travestis e transexuais como protagonistas de assuntos que não dialogam com qualquer tipo de violência. CartaCapital se destaca porque entende que as representações dessas mulheres devem ser múltiplas, afinal, elas não vivem apenas dramas, mas também conquistas; elas representam o que há de mais forte na Comunidade LGBT. Como mostra o portal, as vidas trans também estão na religião, na música e nas séries.

Defendemos ao longo do trabalho o que nomeamos de contextualização profunda para que o jornalismo consiga ajudar no combate à transfobia por meio de diferentes representações, embora essa visão de produção jornalística possa parecer utópica. Entendemos que é difícil colocar em todas as notícias dados ou fatos que expliquem a situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil de maneira aprofundada. No entanto, naquelas que abordam violências sofridas por essas mulheres, seria eficiente uma frase ou nota explicando que os casos não são isolados. CartaCapital tem um olhar apurado em relação a isso, ao contrário da Tribuna do Paraná.

A contextualização profunda não se resume apenas aos dados e fatos já mencionados; inicia-se com a preocupação dos portais jornalísticos em trazerem para suas produções mulheres travestis e transexuais ou fotografias que ilustrem o que está sendo proposto. Esse movimento começa quando os/as jornalistas compreendem que representar uma mulher travesti e transexual vai além de apenas noticiá-la em matérias com teor violento.

Quando a contextualização para além do *lead* não se realiza, acreditamos que, ao menos,

o tratamento respeitoso a essas mulheres é necessário. Esse tratamento ocorre através da humanização dos personagens noticiosos como explicamos nos capítulos anteriores. Usar o nome social de mulheres travestis e transexuais e não o civil, por exemplo, é uma maneira de identificá-las dignamente, visto que seus nomes representam uma luta pela cidadania. Não as reduzir a suas identidades, ouvi-las e torná-las protagonistas de suas narrativas também são meios que podemos utilizar para as representarmos como mulheres que lutam e que resistem na esperança de que um dia possamos viver como desejamos.

Em termos de tratamento às mulheres travestis e transexuais em suas narrativas, Tribuna do Paraná está “engatinhando”. Existem falhas gritantes em parte de suas notícias. O portal não respeita algumas dessas mulheres e as trata no masculino, além de reduzi-las a suas identidades de gênero. G1 é um pouco melhor nesse aspecto, apresentando o nome social das personagens e pronomes femininos ao se referir a elas. Contudo, ainda há o que ser melhorado. CartaCapital surge como um bom exemplo do que os outros portais podem fazer para representar de modo humanizado seus personagens LGBTs. Este portal não deslegitima a existência das mulheres travestis e transexuais e como suas histórias são relevantes e importantes para a sociedade.

Temos certeza de que existem profissionais preocupados genuinamente com as minorias sociais e como elas são representadas. Porém, dependendo da linha editorial da empresa na qual trabalham, são interditados quando desejam explorar os dramas e conquistas LGBTs. O jornalismo, de fato, não pode erradicar qualquer preconceito sozinho, mas pode ser um dispositivo de luta, ainda que, historicamente, não seja sua intenção. Através de uma visão humana naquilo que se propõe a fazer, pode contribuir para que rompamos com a LGBTfobia aos poucos, até entendermos que qualquer violência não vale a pena.

As notícias analisadas sobre crimes transfóbicos analisados neste estudo, por exemplo, podem servir como reflexão ao público por meio de problematizações. As reportagens analisadas também são ganchos perfeitos para que compreendamos que todos/as merecemos a vida e a integridade humana. Contudo, não é somente nesses contextos que as mulheres travestis e transexuais se inserem. Representando-as de maneiras diferentes, o jornalismo pode contribuir para mostrar que o lugar delas não se limita à prostituição e às drogas e que elas são o que existe de mais forte quando lembramos da palavra resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Cláudio Eduardo Resende; SOUZA, Magner Miranda de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. A arte de nomear: leituras (trans) gressoras de gênero a partir de uma obra dadaísta de Marcel Duchamp. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 6, p. 27-44, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/20552/13173>>. Acesso em: 02. nov. 2018.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10. out. 2018.
- ANGELIN, Rosângela; MARCO, Thaís Kerber De. Viabilização de direitos de cidadania para minorias em uma sociedade multicultural. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11805/1648>>. Acesso em: 13. set. 2018.
- BARBOSA, Marialva. A morte imaginada. **GT Comunicação e Sociabilidade na XIII Compós**. UESP: São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_573.pdf>. Acesso em: 01. nov. 2018.
- BARTHES, Roland (et al.) **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANAVILHAS, João. Jornalismo móvel e Realidade Aumentada: o contexto na palma da mão. **Revista Verso e Reverso**, v. 27, n. 64, p. 2-8, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinus.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2013.27.64.01/1394>>. Acesso em: 17. ago. 2018.
- CARDOSO, Darlete. O jornalismo como (re) produtor de enunciados. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 1, n. 2, 2001.
- CASTILHO, Carlos. **Webjornalismo: o que é notícia no mundo on-line**. In: RODRIGUES, Ernesto (org.). No próximo bloco: o jornalismo brasileiro na TV e na internet. São Paulo: Ed. PUC-Rio, Loyola, 2005.

- CORREIA, João Carlos. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em media e jornalismo**: homenagem a Nelson Traquina. Portugal: LabCom, 2012. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf>. Acesso em: 12. jul. 2018.
- DE JESUS, J.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acesso em: 20. jul. 2018.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2 ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso: 11. jul. 2018.
- FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 169-186, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf>>. Acesso em: 28. set. 2018.
- GONÇALVES, Gean Oliveira. Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07112017-152204/pt-br.php>>. Acesso em: 16. out. 2018.
- GOULART, Jefferson O. (Org.). **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2004.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HARTLEY, John. **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**. Piracicaba: UNIMEP, 2001.
- IJUIIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 117-137, 2012. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/196/132>>. Acesso em: 30. out. 2018.
- IJUIIM, Jorge Kanehide; SUIJKERBUIJK, Herma Aafke; Queiroz Schimidt de Laureane. Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 1, p. 137-

148, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n1p137/10229>>. Acesso em: 14. nov. 2018.

LEITE JUNIOR, Jorge. "**Nossos corpos também mudam**": sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MACHADO, Frederico Viana; BARNART, Fabiano. Travestilidades e transexualidades no Brasil: violência e politização. In: **Brasilicum**, 245, julho de 2017, p. 32-38. Disponível em: https://www.academia.edu/33687743/Travestilidades_e_Transexualidades_no_Brasil_Violencia_e_Politizacao>. Acesso em: 12. jul. 2018.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Corpos na pista: textualização do assassinato de pessoas homossexuais, trans e travestis. In: MARTINS, Moises et al (Orgs.). **Sentidos da morte na vida da mídia**. Curitiba: Appris, 2017.

NUNES, Raul. A identidade transfeminista através da rede. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498259865_ARQUIVO_raulnunes.pdf>. Acesso em: 24. nov. 2018.

ROSA, Rosane. A natureza e os limites dos discursos jornalísticos. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n. 1 (2003). Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/1904/1482>>. Acesso em: 23. ago. 2018.

SANTORO, Emilio. Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 6, n. 1, p. 15-30, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2014.61.02/4130>>. Acesso em: 8. jul. 2018.

SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Editora Escrituras, 2002.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA JUNIOR, J. A. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 173-189, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2293/1599>>. Acesso em: 5. nov. 2018.

SOARES, Rosana de Lima. **Margens da comunicação: discurso e mídias**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. 2001. 542 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001.

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

TAVARES, Frederico de M. Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. **Revista Famecos**, v. 12, n. 27, p. 125-138, 2005.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3329>>. Acesso em: 15. nov. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa internacional**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2008.

ZAMITH, Fernando. **A contextualização no ciberjornalismo**. 2011. 293 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

APÊNDICE A – Modelo de Protocolo Aplicado

Título da matéria	
Data da publicação	
Veículo	
Tipo de pauta	
Denominações dos envolvidos	
Fontes presentes	
Contextualização da matéria	
Presença de estereótipos	
Uso de imagens	
Link da matéria	

APÊNDICE B – Protocolo por matérias

Título da matéria	Briga de travestis termina com uma esfaqueada em Curitiba
Data da publicação	27/04/2016
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima e a agressora não possuem identificação ao longo da matéria. Seus nomes não são apresentados. Além disso, são tratadas no masculino.
Fontes presentes	Polícia
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Presença de estereótipos	As mulheres não são tratadas como mulheres e sim como homens. Além disso, são reduzidas às suas identidades de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/briga-de-travestis-termina-com-uma-esfaqueada-em-curitiba/

Título da matéria	Programa entre primos e travesti acaba na delegacia
Data da publicação	03/06/2016
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima não tem o nome revelado e é tratada no feminino
Fontes presentes	Polícia
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/programa-entre-primos-e-travesti-acaba-na-delegacia/

Título da matéria	Travesti observa homem morto e acaba sendo atropelada na sequência
Data da publicação	26/08/2016
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima é identificada como Jackson
Fontes presentes	Polícia Rodoviária Federal (PRF)
Contextualização da matéria	Por se tratar de um atropelamento inesperado, a notícia não se preocupa em contextualizar outras realidades de mulheres travestis e transexuais
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/travesti-observa-homem-morto-e-acaba-sendo-atropelada-na-sequencia/

Título da matéria	Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande
Data da publicação	14/12/2016
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima e a agressora não possuem identificação ao longo da matéria. Seus nomes não são apresentados. Além disso, são tratadas no masculino
Fontes presentes	Polícia
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Presença de estereótipos	A vítima é tratada totalmente no masculino e reduzida à sua identidade de gênero.
Uso de imagens	Há uma imagem que mostra a parte de uma viatura e mais à frente o corpo da vítima desfocado para não causar exposições desnecessárias
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/travesti-nao-resiste-tiro-e-morre-em-rua-de-fazenda-rio-grande/

Título da matéria	Assassinato de travesti na RMC ocorreu por dívida de R\$50
Data da publicação	16/02/2017
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem seu nome de nascimento revelado, Gabriel Aquino de Godoy, e também o nome social, Gabi. É identificada pelo nome social em grande parte da matéria e tratada no feminino
Fontes presentes	Polícia
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há uma foto da vítima e uma do suspeito do homicídio
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/assassinato-de-travesti-na-rmc-ocorreu-por-divida-de-r-50/

Título da matéria	Travesti é morta com cerca de 20 tiros na CIC
Data da publicação	23/04/2017
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima não é identificada ao longo da matéria. Seu nome social não é apresentado. Contudo, a notícia trata de modo correto a identidade de gênero da vítima, escrevendo “a” travesti com o pronome feminino
Fontes presentes	Polícia e familiares
Contextualização da matéria	Para além do <i>lead</i> , não há nessa matéria uma efetiva contextualização que explique que a vítima não é apenas mais um caso isolado que, aparentemente, consumia drogas e que morreu de maneira extremamente violenta
Presença de estereótipos	Para o jornalista, amparado pela linha editorial da empresa, a mulher travesti se reduz apenas à sua identidade de gênero. A vítima chama a atenção, antes de tudo, por ser uma “travesti” inserida em uma situação violenta
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Existe somente uma imagem que, aparentemente, é da Rua Lourdes Betezek, local onde o crime ocorreu. Na imagem encontramos a traseira de uma viatura, uma ambulância um pouco próxima e alguns poucos policiais investigando o local
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/travesti-e-morta-com-cerca-de-20-tiros-na-cic/

Título da matéria	Cirurgia para pessoas trans será viabilizada no Paraná
Data da publicação	24/10/2017
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Comunidade LGBT
Denominações dos envolvidos	A vítima é identificada como Jackson
Fontes presentes	O secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto; a superintendente do Hospital de Clínicas, Claudete Reggiani; Secretária municipal de Saúde, Márcia Huçulak; A coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública, Camille Vieira da Costa; Natália Rivelini, mulher transexual
Contextualização da matéria	A reportagem faz uma boa contextualização sobre pessoas transexuais à espera da cirurgia genital e demais procedimentos corporais. Além disso, traz como protagonista em determinado trecho uma mulher transexual para falar sobre seu processo de transgenitalização
Presença de estereótipos	Os estereótipos não foram encontrados
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/cirurgia-para-pessoas-trans-sera-viabilizada-no-parana/

Título da matéria	Travesti de Curitiba tem casa invadida e bens incendiados na madrugada
Data da publicação	09/12/2017
Veículo	Tribuna do Paraná
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem seu nome de nascimento revelado, José Adriano Elias, e também o nome social, Andriely Vogue. É identificada pelo nome social em grande parte da matéria e tratada no feminino
Fontes presentes	A vizinha da vítima, Izabel Cristina Elias
Contextualização da matéria	Não há contextualização sobre a violência sofrida por conta da transfobia
Presença de estereótipos	A matéria não usa dos estereótipos abordados pelo estudo, com exceção da manchete que a reduz à “travesti”
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há uma imagem da vítima apontado para seus bens que foram incendiados
Link da matéria	https://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/travesti-de-curitiba-tem-casa-invadida-e-bens-incendiados-na-madrugada/

Título da matéria	Travesti é achada morta com arame em volta do pescoço em Ituverava, SP
Data da publicação	27/06/2016
Veículo	G1
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem o nome revelado (Julia Almeida) e é tratado ora no masculino, ora no feminino. Além disso, tem seu nome de nascimento exposto
Fontes presentes	Polícia Civil
Contextualização da matéria	Não há contextualização
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero.
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/06/travesti-e-assassinado-e-encontrado-morto-em-canavial-de-ituverava-sp.html

Título da matéria	Travesti é assassinada a tiros por dívida de 20 reais em Cuiabá, diz polícia
Data da publicação	26/08/2016
Veículo	G1
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem somente o nome de nascimento revelado
Fontes presentes	Delegado da DHPP, André Renato Gonçalves e a mãe da vítima, Devanil Pinto de Arruda
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero e tratada com seu nome civil
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há uma imagem da vítima sorrindo com um emoji chorando no canto superior esquerdo
Link da matéria	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/08/travesti-e-assassinada-tiros-por-divida-de-r-20-em-cuiaba-diz-policia.html

Título da matéria	Travesti é assassinada a tiros na porta de casa em Fortaleza
Data da publicação	24/12/2016
Veículo	G1
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem o nome revelado, Paula Raio Laser e é tratada no feminino
Fontes presentes	Polícia Militar
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/12/travesti-e-assassinada-tiros-na-porta-de-casa-em-fortaleza.html

Título da matéria	Musa transexual do Fogo e Paixão passará seu primeiro carnaval após mudança de gênero
Data da publicação	09/02/2017
Veículo	G1
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
Denominações dos envolvidos	A musa transexual do Fogo e Paixão, Alice Pereira, é o <i>case</i> da reportagem e é tratada no feminino
Fontes presentes	Alice Pereira
Contextualização da matéria	Alice é a protagonista da reportagem e relata sua experiência enquanto mulher transexual apaixonada pelo carnaval. Conta também sobre sua paixão por música, pois é baixista no bloco Fogo e Paixão. Em uma das falas, explica que tem muita responsabilidade por representar outras mulheres transexuais que não conseguiram chegar onde ela está. “Acho que é muita responsabilidade. Foi uma surpresa muito grande, não esperava que eles iam me escolher para representar o Fogo e Paixão. É muito orgulho”.
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há cinco imagens. A primeira é de Alice sorrindo para a câmera; a segunda é de Alice fazendo pose em frente a um arbusto; a terceira é de Alice em frente a um muro grafitado; a quarta é de Alice segurando um estandarte do Fogo e Paixão; a quinta é de Alice sorrindo com um close em seu rosto; e a última é de Alice no ar com uma guitarra nas mãos
Link da matéria	https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2017/noticia/musa-transexual-do-fogo-e-paixao-passara-seu-primeiro-carnaval-apos-mudanca-de-genero.ghtml

Título da matéria	Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: 'Fiz meu papel de cidadã
Data da publicação	19/04/2017
Veículo	G1
Tipo de pauta	Cidadania
Denominações dos envolvidos	A vítima tem o nome revelado (Marianna Lively) e é tratada no feminino
Fontes presentes	Marianna, a juíza federal Letícia Dea Banks e o Exército
Contextualização da matéria	A reportagem faz uma boa contextualização do caso e traz Marianna como protagonista
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados por este estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há uma imagem do Facebook de Marianna onde ela desabafa sobre o ocorrido
Link da matéria	https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/transexual-que-teve-ficha-do-exercito-postada-na-internet-comemora-decisao-da-justica-fiz-meu-papel-de-cidada.ghtml

Título da matéria	'Estou fazendo história', diz 1ª advogada transexual a subir à tribuna do STF
Data da publicação	07/06/2017
Veículo	G1
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ+
Denominações dos envolvidos	A advogada e mulher transexual, Gisele Alessandra Schmidt e Silva, é o <i>case</i> da reportagem e é tratada no feminino
Fontes presentes	Gisele Alessandra Schmidt e Silva; o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, através da transcrição de falas do mesmo em outra ocasião
Contextualização da matéria	Graças à Gisele, a reportagem possui contextualização. A advogada relata as violências que sofreu e reconhece que a maioria das pessoas transexuais ou travestis não conseguem sobreviver para alterarem seus nomes e sexo no registro civil sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização. Esta é uma das raras reportagens onde a mulher transexual é a protagonista
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://g1.globo.com/politica/noticia/est-ou-fazendo-historia-diz-1-advogada-transexual-a-subir-a-tribuna-do-stf.ghtml

Título da matéria	Policial suspeito de matar travesti na PB confessa que 'matou por não gostar de homossexual', diz Polícia Civil
Data da publicação	11/07/2017
Veículo	G1
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima não tem nome revelado
Fontes presentes	Polícia Civil
Contextualização da matéria	Não há contextualização
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://g1.globo.com/politica/noticia/est-ou-fazendo-historia-diz-1-advogada-transexual-a-subir-a-tribuna-do-stf.ghtml

Título da matéria	Suspeito de matar e ocultar corpo de travesti é preso no Rio
Data da publicação	06/12/2017
Veículo	G1
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem o nome revelado, Letícia Campos
Fontes presentes	Uma amiga de Letícia que preferiu não se identificar; a polícia e o amigo de Igor, que o ajudou a esconder o corpo da vítima
Contextualização da matéria	Não há contextualização
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Não há imagens
Link da matéria	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/suspeito-de-matar-e-ocultar-corpo-de-travesti-e-preso-no-rio.ghtml

Título da matéria	Travesti é morta a facadas dentro de casa em Viana, ES, e cliente é preso
Data da publicação	11/12/2017
Veículo	G1
Tipo de pauta	Polícia
Denominações dos envolvidos	A vítima tem o nome revelado (Luna Shine) e é tratada no feminino
Fontes presentes	Polícia Militar e uma amiga de Luna que preferiu não se identificar
Contextualização da matéria	Não há contextualização para além do <i>lead</i>
Presença de estereótipos	A vítima é reduzida à sua identidade de gênero
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há duas imagens que ajudam a contextualização visualmente do local onde o crime ocorreu. A primeira é da casa da vítima e a segunda é o carro do cliente que foi quebrado por populares que se indignaram com o assassinato.
Link da matéria	https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/travesti-e-morta-a-facadas-dentro-de-casa-em-viana-es-e-cliente-e-preso.ghtml

Título da matéria	Caminhada trans: de que lado você está?
Data da publicação	03/02/2016
Veículo	CartaCapital
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
Denominações dos envolvidos	As pessoas transexuais citadas têm suas identidades de gênero respeitadas
Fontes presentes	Amara Moira, mulher transexual; Renata Peron, organizadora de uma das passeatas pelos direitos das mulheres travestis e transexuais; Viviany Beledoni, mulher transexual; Thammy Gretchen, homem transexual; Luciano Palhano (não tem sua identidade de gênero revelada); a professora Luiza Copieters, mulher transexual
Contextualização da matéria	A reportagem contextualiza de modo profundo a situação das pessoas transexuais no Brasil através de imagens e dados
Estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há três imagens. Na primeira encontramos uma mulher com um apito na boca segurando um cartaz que diz: “Você contrataria uma pessoa trans????”. Na segunda, temos pessoas trans e cis em uma caminhada pelos direitos das pessoas transexuais. Na terceira encontramos mulheres transexuais em frente à Câmara Municipal de São Paulo realizando uma homenagem às vítimas de transfobia
Link da matéria	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-e-homens-trans-na-luta-por-seus-direitos

Título da matéria	Modern Family e a representatividade trans nas séries de TV
Data da publicação	21/10/2016
Veículo	CartaCapital
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
Denominações dos envolvidos	As pessoas transexuais citadas têm suas identidades de gênero respeitadas
Fontes presentes	O colunista de cultura pop na revista <i>The Atlantic</i> , Spencer Kornharber; a atriz Laverne Cox e a atriz Jamie Clayton
Contextualização da matéria	A reportagem discute a importância de representatividade trans nas séries e traz falas de pessoas transexuais em diferentes ocasiões para dar embasamento ao texto
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há três imagens. Na primeira temos uma cena do seriado Modern Family, onde aparecem dois atores cisgêneros e um trans. Na segunda, encontramos a diretora da série em uma selfie com um menino transgênero. Na terceira, temos a imagem da atriz trans Laverne Cox, na série Orange is the new Black
Link da matéria	https://www.cartacapital.com.br/cultura/modern-family-e-representatividade-trans-nas-series-de-tv

Título da matéria	Eu sou trans e religiosa
Data da publicação	20/02/2017
Veículo	CartaCapital
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
Denominações dos envolvidos	As pessoas transexuais citadas têm suas identidades de gênero respeitadas
Fontes presentes	Brunna Valin, mulher transexual; Thaís de Azevedo, mulher transexual; Giu Nonato, mulher travesti
Contextualização da matéria	A reportagem constrói sua contextualização com a utilização de um bom número de fontes, todas elas transexuais. Conta também com imagens
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) narrativa	Há duas imagens. Na primeira, encontramos três mulheres religiosas e uma delas é Giu. Na segunda, Brunna Valin
Link da matéria	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eu-sou-trans-e-religiosa

Título da matéria	LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere
Data da publicação	22/07/2017
Veículo	CartaCapital
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
Denominações dos envolvidos	As pessoas transexuais citadas têm suas identidades de gênero respeitadas
Fontes presentes	Verônica Bolina, mulher transexual que passou dois anos na prisão; Leo Moreira de Sá, homem transexual que foi preso algumas vezes; Marcio Zamboni, mestre em Antropologia Social pela USP; Samanta, mulher transexual que já foi presa; Andrey Lemos, presidente da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (UNALGBT); Luis Gustavo dos Santos, homem transexual que já foi preso
Contextualização da matéria	A reportagem contextualiza de modo profundo a situação das pessoas transexuais nos presídios do Brasil através de imagens e dados
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há seis imagens. Na primeira encontramos duas pessoas LGBTQs atrás de grades. Na segunda, Verônica Bolina durante um evento. Na terceira, Leo Moreira de Sá falando no mesmo evento que Verônica. Na terceira, vários braços “saindo” de três celas. Na quarta, encontramos uma mulher transexual. Na última, dois homens gays
Link da matéria	https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lgbt2019s-privados-de-liberdade-um-olhar-sobre-o-carcere

Título da matéria	Ser trans no Brasil, uma causa que vai além do gênero musical
Data da publicação	11/10/2017
Veículo	CartaCapital
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
As denominações dos envolvidos	As pessoas transexuais citadas têm suas identidades de gênero respeitadas
Fontes presentes	MC Trans (Camila Monforte); Linn da Quebrada, cantora transexual; Raquel Virgínia, Assucena Assucena e Rafael Acerbi (integrantes da banda As Bahias e a Cozinha Mineira); Mulher Pepita (Priscila Nogueira), cantora transexual
Contextualização da matéria	A reportagem contextualiza de modo profundo a situação das pessoas transexuais no Brasil e traz um bom número de fontes, sendo a maioria delas transexuais. Conta também com uma imagem
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há uma imagem onde encontramos parte de uma bandeira LGBTQ+
Link da matéria	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ser-trans-no-brasil-uma-causa-que-vai-alem-do-genero-musical

Título da matéria	Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos
Data da publicação	30/11/2017
Veículo	CartaCapital
Tipo de pauta	Comunidade LGBTQ
As denominações dos envolvidos	As pessoas transexuais citadas têm suas identidades de gênero respeitadas
Fontes presentes	Nicolle Mahier, presidenta da Amapo; Daniela Andrade, mulher transexual e programadora; Luiza Valentim, mulher transexual; Inês Gadelha, médica e chefe de gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
Contextualização da matéria	A reportagem contextualiza de modo profundo a situação das pessoas transexuais em relação ao processo transgenitalizador no Brasil através de imagens e dados
Presença de estereótipos	Não foram encontrados os estereótipos abordados neste estudo
Fotografias que compõem (ou não) a narrativa	Há duas imagens. Na primeira encontramos Daniela Andrade sorrindo. Na segunda, Luiza Valentim olhando para algo distante com uma expressão de satisfação
Link da matéria	https://www.cartacapital.com.br/diversidade/Fila-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual-pode-passar-de-dez-anos

ANEXO A – Matéria “Briga de travestis termina com uma esfaqueada em Curitiba” (Tribuna do Paraná, 27/04/2016)

Socorristas do Siate chegaram a tempo de evitar que uma travesti ferisse gravemente outro com facadas, na tarde desta quarta-feira (27), no bairro Rebouças. Ainda assim, a vítima foi esfaqueada no braço. A agressora alegou ter se defendido de uma tentativa de assalto.

A ambulância do Siate passava pela Rua Conselheiro Laurindo, por volta das 16h30, quando uma das travestis pediu socorro. De acordo com o cabo Cordeiro, os socorristas pararam o veículo para ajudar, mas a travesti já tinha desferido três golpes de faca contra o outro. Acertou apenas uma delas, atingindo o braço.

Foram os socorristas que tiraram a faca do agressor e evitaram que a situação não piorasse. A vítima foi atendida na ambulância e recusou encaminhamento ao hospital. As duas recusaram ir até à delegacia com os policiais e foram liberadas.

ANEXO B – Matéria “Travesti não resiste a tiro e morre em rua de Fazenda Rio Grande” (Tribuna do Paraná, 14/12/2016)

Um garoto de 17 anos foi morto a tiros na noite desta terça-feira (13) em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba.

A vítima, Gabriel Aquino de Godoy, era travesti. Testemunhas acionaram a Polícia Militar depois de terem ouvido vários disparos e também depois que uma pessoa que passava pela Rua Gâmbia, que fica no Bairro Nações, ter visto um homem caído no chão com ferimentos.

Nenhuma outra informação foi repassada aos policiais no local. A região onde o crime aconteceu tem pouca iluminação e ninguém viu os assassinos. A vítima foi atingida na cabeça e morreu antes mesmo de receber atendimento médico. Algumas pessoas disseram que Gabriel estava fazendo programa no local, informação que será apurada, mas não foi confirmada pela polícia.

A Delegacia de Fazenda Rio Grande investiga o caso.

ANEXO C – Matéria “Travesti observa homem morto e acaba sendo atropelada na sequência” (Tribuna do Paraná, 26/08/2016)

Tem gente que não acredita em destino, mas para quem acredita, o que aconteceu com uma travesti na madrugada desta sexta-feira (26) mostra que algo estava tentando avisá-la. Minutos após passar por uma rua da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde viu um homem morto, a travesti, de 40 anos, foi atropelada e não resistiu.

O acidente aconteceu por volta de 1h, na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, marginal do Contorno Sul, a BR-376, próximo ao quilômetro 593. A travesti, que se chamava Jackson, foi atropelada por um Corsa ao tentar atravessar a via.

Com o impacto, a travesti bateu a cabeça no para-brisa e depois, antes de cair ao chão, na coluna do carro. O Siate foi acionado e pelo motorista, que parou para tentar socorrer a vítima, mas não deu tempo. A travesti morreu na hora.

Bafômetro

Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o motorista do Corsa passou pelo teste do bafômetro e o equipamento apontou que ele não estava alcoolizado. O homem, que estava no carro com a esposa, estava desesperado com o acidente. A mulher também teria ficado bastante nervosa, mas nenhum dos dois se feriu.

Destino?

Se foi o destino ou não, ninguém sabe, mas que pelo menos aconteceu uma triste coincidência, aconteceu. Menos de uma hora antes do acidente, a travesti teria passado pela na Rua Cornélio Procópio, onde Alessandro de Jesus Batista foi assassinado com cerca de 10 tiros.

No local do crime, assustada, a travesti perguntou o que aconteceu com o homem e depois de ser informada começou a caminhar para ir embora. Antes de sair do local do crime, impressionada, a travesti teria comentado que não gostava de ver aquilo e que se sentia mal com a cena. Ela foi atropelada a cerca de quatro quadras do local do assassinato.

ANEXO D – Matéria “Programa entre primos e travesti acaba na delegacia” (Tribuna do Paraná, 03/06/2016)

Um programa entre dois primos e uma travesti acabou na delegacia na tarde desta sexta-feira (3), no bairro Sitio Cercado, em Curitiba. O motivo? Segundo a travesti, depois de todo o ato consumado, um dos primos abandonou o outro e o rapaz que deveria pagar não quis dar o dinheiro.

Conforme apurou a Tribuna do Paraná, os dois primos, que são de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram até uma rua do bairro Vila Hauer para escolher uma travesti para o programa. Os dois contrataram o programa e foram para um motel fazer um ménage.

“A travesti fez sexo oral em um dos rapazes e depois transou com o outro. Tudo o que tinha que acontecer aconteceu, mas depois do programa, que custava R\$ 150, o primo que transou com a travesti foi embora e pediu para o outro pagar”, disse o investigador Henrique Lima, do 10º Distrito Policial. Afirmando que pagaria pelo programa, o rapaz levou a travesti até o Sitio Cercado, onde ele até tentou sacar o dinheiro num caixa eletrônico, mas não conseguiu. “Ele disse que não pagaria pelo programa e a travesti se revoltou”.

A travesti fez o rapaz entrar no carro dele e foi dirigindo com ele até a delegacia. Mesmo no 10ºDP, o rapaz não pagou a travesti e os pais dele, que são evangélicos, tiveram que buscá-lo na delegacia, pois estava embriagado.

De acordo com os policiais, a travesti estava bem revoltada com a situação e chegou até a chorar na delegacia. Apesar de tudo, o boletim de ocorrência acabou não sendo registrado, pois a travesti ficou com vergonha.

ANEXO E – Matéria “Travesti de Curitiba tem casa invadida e bens incendiados na madrugada” (Tribuna do Paraná, 09/12/2017)

A travesti José Adriano Elias, que prefere ser chamada de Andriely Vogue, afirma que foi vítima de “nazismo” e intolerância religiosa, na madrugada deste sábado (9). Ela diz que sua casa foi invadida, o invasor levou suas coisas pessoais para a calçada e ateou fogo.

A vizinhança de Andriely, que mora na Rua Miguel Caluf, no bairro Cajuru, em Curitiba, diz que ela tem alguns transtornos que têm aumentado nos últimos anos. Um vizinho até chegou a dar queixa dela à polícia, por conta da gritaria que ela promoveu na casa e em frente ao imóvel, no início deste mês.

“Tinha dias que ela ficava gritando, batendo as coisas dentro de casa. Não sabemos por que invadiram a casa essa madrugada, se era dívida de droga, de aluguel, se foi intolerância por ser travesti, não sabemos. Mas não justifica fazerem o que fizeram com ela, de tirar as coisas para fora e atear fogo. É um ser humano e precisa de ajuda, de uma internação, para tratar o psicológico, pois ela é uma pessoa muito inteligente”, diz a vizinha Izabel Cristina Elias.

Já Andriely nega estar devendo aluguel, diz que pagou tudo e estava para deixar o imóvel, a pedido do proprietário. Na visão dela, o que ela sofreu foi “nazismo” (termo que ela usou para definir preconceito com sua opção sexual) e intolerância religiosa pois, desde que se converteu a uma religião oriental, disse estar sofrendo represálias.

A travesti não informou se irá formalizar queixa na polícia sobre o que lhe ocorreu.

ANEXO F – Matéria “Travesti é morta com cerca de 20 tiros na CIC” (Tribuna do Paraná, 23/04/2017)

Uma travesti de 27 anos foi morta no começo da madrugada deste domingo (23), na Rua Lourdes Betezek, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Os assassinos usaram dois tipos de pistolas e dispararam mais de 20 vezes.

Segundo a polícia, os atiradores estariam num carro prata e em uma moto. Próximo ao corpo da vítima foi encontrado um cachimbo usado para o consumo de crack, o que reforça a informação passada para a polícia de que a vítima era usuária de drogas.

Familiares estiveram no local do crime e disseram que imaginavam que uma hora ou outra a travesti seria morta. As investigações seguem pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e denúncias podem ser feitas através do 0800-643-1121.

ANEXO G - Matéria “Assassinato de travesti na RMC ocorreu por dívida de R\$ 50” (Tribuna do Paraná, 16/02/2017)

Marlon Braz Vieira, 19 anos, foi preso na tarde desta quinta-feira (16) suspeito de ter assassinado a travesti Gabriel Aquino de Godoy, conhecida como Gabi, no dia 13 de dezembro de 2016 por uma desavença no valor de R\$ 50,00. O crime aconteceu em Fazenda Rio Grande,

na Região Metropolitana de Curitiba, onde a vítima de 17 anos sofreu cinco disparos de arma de fogo.

Segundo o delegado Fábio Machado, o suspeito não confessou o crime, alegando que estava com o pai da jovem no momento em que o homem recebeu a notícia a respeito da morte da travesti. No entanto, toda a investigação aponta para o rapaz. “Já foi feita a linha do tempo com todos os fatos do crime e é perfeitamente possível que o assassino já estivesse com o pai no referido momento em que ele fica sabendo do que aconteceu. Também mandamos para a balística a arma que foi apreendida com ele e que apresenta o mesmo calibre utilizado contra a vítima. Agora, estamos aguardando o resultado”, disse.

Além disso, o delegado informa que as testemunhas reconheceram o Marlon como autor do crime da travesti. “Até mesmo o cordão que ele usa é semelhante ao cordão que o bandido está usando em várias páginas do Facebook e nas imagens de segurança”.

Por isso, o rapaz permanece preso à disposição da Justiça aumentando sua ficha criminal, que já apresenta os crimes de receptação, porte ilegal e arma de fogo, associação criminosa e corrupção de menores.

Tráfico de Drogas

Enquanto isso, a polícia também investiga o envolvimento do suspeito com o tráfico de drogas na região. “Acreditamos que ele estivesse envolvido com o tráfico, chegando a comandar um ponto de drogas. Então, continuaremos o nosso trabalho trazendo as respostas que a família e a sociedade exigem, têm direito e merecem”, finaliza.

ANEXO H – Matéria “Cirurgia para pessoas trans será viabilizada no Paraná” (Tribuna do Paraná, 24/10/2017)

O Governo do Estado vai viabilizar cirurgias relacionadas ao processo transexualizador no Paraná. Atualmente, apenas cinco estados brasileiros contam com centros hospitalares credenciados para cirurgias de redesignação sexual (mudança de sexo). A intenção é habilitar o Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná junto ao Ministério da Saúde. Enquanto o credenciamento não ocorre os procedimentos serão pagos com recursos do tesouro estadual.

Os anúncios foram feitos em reunião na Secretaria de Estado da Saúde nesta segunda-feira (23). “Nós abrimos nossas portas com o objetivo de melhorar as questões relacionadas à transexualidade, pois tudo que tem algum impacto na vida dos cidadãos paranaenses nós temos que resolver. Vamos aproveitar a disponibilidade de HC e não permitir que o conservadorismo atrapalhe o que diz respeito à saúde pública”, salienta o secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto.

O Estado, em parceria com a Prefeitura de Curitiba, também vai agilizar o processo de habilitação do serviço de redesignação sexual, além de procedimentos como a mastectomia (retirada de mamas), plástica mamária (incluindo a colocação de próteses) e a histerectomia

(retirada do útero). O pagamento administrativo será repassado pelo Estado à prefeitura, que fará o repasse ao Hospital.

“O HC existe para atender às necessidades da população, além de também ter um importante papel formador. As cirurgias do processo transexualizador são uma lacuna que ainda temos no Paraná, mas com esta parceria vamos avançar na habilitação dos serviços e preencher esse espaço”, garante a superintendente do Hospital de Clínicas, Claudete Reggiani.

Demanda

De acordo a secretária municipal de Saúde, Márcia Huçulak, essa é uma demanda antiga da população transexual. Estima-se que 200 pessoas busquem o procedimento no Estado atualmente. “Há mais de uma década os transexuais clamam pela possibilidade de fazer a cirurgia aqui no Estado e a gente não tinha condições de oferecer esse serviço. Agora estamos em um momento muito propício para avançar nesta política pública e conquistar mais este progresso do SUS no Paraná”, ressalta.

Segundo a coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública, Camille Vieira da Costa, a impossibilidade de fazer a cirurgia no Estado foi sempre uma questão acolhida pela Defensoria Pública. Entretanto, foi priorizada a retificação de nome e gênero, que estava mais próxima da concretização. Agora que a questão foi superada, mesmo ainda sendo desafiadora, foi dado início às discussões com o poder público sobre os procedimentos cirúrgicos.

“Ficamos muito surpresos com a abertura dada pela Secretaria da Saúde, pois sabemos que esta é uma pauta que ainda enfrenta muitos preconceitos. Também contamos com o apoio da secretaria municipal, do Conselho Regional de Medicina (CRM/PR), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR), e de outras instituições predispostas a concretizar essa política no Estado. Estamos muito otimistas”, comemora Camille.

Desde 2013, por meio do Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais, o Governo do Estado já oferece acompanhamento médico e psicológico, além de hormonioterapia para travestis e transexuais. Apenas no primeiro semestre de 2017 houve cerca de 400 consultas médicas e 780 atendimentos psicológicos. No mesmo período foram dispensados em torno de 43 mil comprimidos e 700 ampolas de hormônio.

Saga

A transexual Natália Rivelini teve acompanhamento no Hospital de Clínicas por um ano e meio, mas um dia foi informada que o processo não poderia continuar ocorrendo lá. Ela solicitou, então, um tratamento fora de Curitiba. Oito meses depois foi encaminhada a Porto Alegre e durante quatro anos foi quinzenalmente até a cidade para o acompanhamento.

“Eu fui a cada 15 dias, de ônibus, em um trajeto de 12 horas, por quatro anos. Foi muito difícil e muito trabalhoso, mas valeu a pena. Durante esse período vi muitas pessoas desistirem do processo. A implantação desse serviço em nosso Estado vai facilitar para que outras pessoas transgênero não precisem fazer esse mesmo roteiro que um dia precisei fazer para atingir o meu objetivo”, diz Natália.

Capacitação

Durante a reunião também foi abordada a necessidade de capacitação aos profissionais que participarão dos procedimentos no HC. “Vamos analisar as necessidades e os custos e estamos dispostos a viabilizar também a capacitação desses profissionais na Universidade de São Paulo para que o serviço oferecido em nosso Estado seja de muita qualidade”, complementa Caputo Neto.

Presenças

A reunião contou com as presenças dos representantes do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Luiz Ernesto Pujol; do Transgrupo, Marcela Prado; da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PR; da Universidade Federal do Paraná; do Conselho Regional de Psicologia do Paraná e da sociedade civil.

ANEXO I - Matéria “Travesti é assassinada a tiros na porta de casa em Fortaleza” (G1, 24/12/2016)

Uma travesti foi assassinada a tiros no Bairro Couto Fernandes, em Fortaleza. O caso foi registrado na noite de quinta-feira (22). De acordo com informações da Polícia Militar, a travesti identificada como “Paula Raio Laser”, de 50 anos, estava conversando com amigas na porta de casa quando foi abordada por dois homens em uma motocicleta.

Um dos suspeitos desceu da moto e efetuou cinco tiros. A travesti não resistiu aos ferimentos e morreu no local. A dupla fugiu em seguida.

A polícia informou que a travesti não tinha passagens pela polícia, mas a vítima era usuária de drogas, o que pode fazer a polícia acreditar que ela tinha alguma relação com traficantes da região. Até a manhã deste sábado (24), ninguém foi preso.

ANEXO J - Matéria “Travesti é assassinada a tiros por dívida de R\$ 20 em Cuiabá, diz polícia” (G1, 26/08/2016)

Uma travesti, de 30 anos, foi assassinada a tiros na noite desta quinta-feira (25), no Bairro Pedra 90, em Cuiabá. Segundo a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Werik Rafik Pinto de Arruda foi atingido por seis disparos e morreu no sofá da casa onde morava. Nenhum suspeito foi preso até a manhã desta sexta-feira (26).

De acordo com o delegado da DHPP, André Renato Gonçalves, a travesti teria sido morta porque não pagou uma dívida de R\$ 20 a traficantes. O assassinato ocorreu na Rua 28 do Bairro Pedra 90.

A mãe de Werik, Devanil Pinto de Arruda, afirmou que ele tinha envolvimento com drogas. “Deve ser dívida de droga, ou alguma coisa que ele comprou de alguém, [ou] briga de alguém”, disse à TV Centro América. Uma testemunha que estava no local prestou depoimento na DHPP em Cuiabá.

“O sujeito [que atirou] foi lá para receber o dinheiro em razão de uma dívida de droga. Como a vítima não tinha o dinheiro naquela hora, o suspeito passou a efetuar os disparos. Foram, pelo menos, cinco a seis disparos”, declarou o delegado André Renato.

Conforme a DHPP, uma pessoa que teria cometido o crime já foi identificada, no entanto, ainda não foi presa pelos policiais. “Já temos o nome do mandante desse crime e também já tivemos a informação de quem seria o executor, junto com a testemunha e outras pessoas que estavam no local”, afirmou o delegado.

ANEXO K - Matéria “Travesti é achada morta com arame em volta do pescoço em Ituverava, SP” (G1, 27/06/2016)

A Polícia Civil investiga as circunstâncias da morte uma travesti, encontrada na zona rural de Ituverava (SP) no último sábado (25). A vítima, de 28 anos, foi achada em um canal parcialmentemente carbonizada e com arames em volta do pescoço, dias depois de ser dada como desaparecida por familiares.

Os primeiros depoimentos sobre o caso serão obtidos ainda nesta segunda-feira (27), segundo o delegado titular em Ituverava, João Paulo de Oliveira Marques.

A polícia informou ter identificado um suspeito pelo homicídio, mas ninguém foi detido.

Desaparecimento e morte

De acordo com a Polícia Militar, Luis Paulo Ferreira de Almeida, de 28 anos, conhecido como Julia Almeida, foi dado como desaparecido pela família na terça-feira, 21 de junho. “A informação é que o viram saindo com uma pessoa de um carro branco, mas não tinham detalhes de placa, de nada”, afirma o cabo Edson Cunha.

Segundo a Polícia Civil, a família também estranhou o fato de o telefone celular de Almeida estar desligado. “Ele sempre falava aonde ia e nesse dia não avisou. O telefone tocou várias vezes, estava desligado”, diz Marques.

Por meio de uma denúncia anônima, os policiais chegaram a um canal próximo à Vicinal Jerônimo Nunes Macedo, onde encontraram a vítima nua e com marcas de violência. Pelas condições em que o corpo foi encontrado, o delegado acredita que a travesti foi asfixiada com o arame e posteriormente queimada.

“O corpo foi carbonizado talvez para se desfazer dos vestígios. A gente não sabe a motivação ainda, se foi em razão de uma questão amorosa ou entrevero no passado”, diz. Marques aguarda imagens de câmeras de segurança de locais pelos quais Almeida foi visto antes de morrer, bem como o laudo do exame necrológico para apurar mais informações sobre o caso.

Ele espera ouvir familiares da vítima ainda nesta segunda-feira. "Já temos um suposto autor, mas ainda não vamos divulgar por causa das investigações."

ANEXO L – Matéria “‘Estou fazendo história’, diz 1ª advogada transexual a subir à tribuna do STF” (G1 07/06/2017)

“Sinto que estou fazendo história, mas se estou aqui perante Vossas Excelências é porque sou sobrevivente”, disse nesta quarta-feira (7) Gisele Alessandra Schmidt e Silva, ao iniciar a sustentação oral da primeira advogada transexual brasileira a falar perante os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Há dois anos na profissão, a advogada do Paraná subiu à tribuna para defender o direito de transexuais mudarem o nome e o sexo no registro civil sem a necessidade de realizar uma cirurgia de “transgenitalização”.

Dizendo-se “sobrevivente”, Gisele relatou os sofrimentos que passou na vida social, incluindo o “apedrejamento moral e físico, à proibição de estar na rua nos espaços públicos mesmo que à luz do dia”, além de bullying na escola, exclusão do ambiente familiar e do mercado de trabalho.

A advogada contou ter conseguido mudar seus documentos sem precisar fazer a cirurgia, mas falou em nome de outros transexuais que não conseguem realizar o processo por entraves burocráticos e judiciais.

“Também sei que falo de um lugar de privilégio, seja porque sou advogada, seja porque minha documentação civil reflete meu nome verdadeiro e minha identidade de gênero. A imensa maioria de travestis, transexuais e homens trans não teve a oportunidade que eu tive, estão à margem de qualquer tutela. Reitero: morrendo apedrejadas e a pauladas em total violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana”, afirmou no julgamento.

Em abril, o STF começou a analisar duas ações que questionam a necessidade de cirurgia para a mudança no registro civil. Num dos casos, um transexual recorreu contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) que permitiu a troca de feminino para masculino em sua identidade, mesmo sem a cirurgia, mas sob a condição de que no documento constasse que se tratava de uma pessoa transexual.

Nesta quarta, o julgamento foi retomado com a discussão de outra ação, protocolada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que também defende a desnecessidade de cirurgia para a troca dos documentos, dificultada em vários tribunais.

Em sua fala, Janot disse que não é cirurgia que dá à pessoa a condição de transexual. “Condicionar a realização de tal procedimento médico à alteração do registro civil, ainda que de modo indireto, vai de encontro, dentre outros, ao direito à vida, à saúde, à dignidade da pessoa humana, ao reconhecimento, à liberdade, à privacidade, à não discriminação, valores constitucionais de primeira envergadura”, afirmou.

“Não se pode exigir do indivíduo verdadeira mutilação física para assegurar direito constitucional básico assegurado a todo cidadão. Certamente não será ela, a transgenitalização, pressuposto para o exercício dos direitos da personalidade”, completou em seguida.

A decisão do STF sobre essas ações deverá ser obrigatoriamente seguida pelas demais instâncias. Os relatores são os ministros Marco Aurélio Mello e Dias Toffoli, mas a decisão final depende da maioria dos votos dos 11 integrantes da Corte. O julgamento foi interrompido nesta quarta e ainda não há data certa para a tomada de votos.

ANEXO M - Matéria “Policial suspeito de matar travesti na PB confessa que 'matou por não gostar de homossexual', diz Polícia Civil” (G1, 11/07/2017)

Vítima foi ferida a tiros quando se aproximou de sargento reformado da PM, enquanto ele bebia.

Um sargento reformado da Polícia Militar da Paraíba foi preso suspeito de matar uma adolescente travesti de 16 anos. O crime ocorreu na cidade de João Pessoa, no último sábado (8), e o policial foi preso nesta terça-feira (11), na cidade de Teixeira, no Sertão paraibano. O policial teria confessado o crime, na delegacia, e dito que “matou por não gostar de homossexual”, segundo informou a Polícia Civil.

O assassinato aconteceu em uma praça do bairro Funcionários II, em João Pessoa. De acordo com informações da Polícia Civil, o sargento reformado da PM estava bebendo, quando a adolescente travesti se aproximou dele. O sargento teria levantado da mesa, sacado a arma e atirado várias vezes contra a vítima, que morreu ainda no local, conforme informou a polícia.

Ainda de acordo com a Polícia Civil, depois de cometer o crime, o suspeito teria fugido da cidade. O sargento foi preso na casa de um parente na cidade de Teixeira, após o órgão receber uma denúncia anônima.

Depois de ser preso no Sertão pelo delegado Reinaldo Nóbrega, o policial foi levado até a Central de Polícia de João Pessoa, no Geisel, para prestar depoimento. Na delegacia, segundo a Polícia Civil, ele confessou o crime e alegou que foi motivado “por não gostar de homossexual”.

Por ser policial militar, o sargento foi encaminhado para o 1º Batalhão da Polícia Militar, no Centro de João Pessoa, e, nesta quarta-feira (12), será apresentado ao juiz na audiência de custódia.

ANEXO N - Matéria “Suspeito de matar e ocultar corpo de travesti é preso no Rio” (G1, 06/12/2017)

A polícia prendeu nesta quarta-feira (6) um homem suspeito de ter matado e ocultado o corpo da travesti Letícia Campos, de 26 anos, em 2015. Igor Cassiano de Oliveira, de 26 anos, foi preso em Marechal Hermes e, segundo a polícia, preferiu se manter em silêncio.

Igor foi bombeiro e depois dono de um quiosque numa galeria. Letícia foi vista pela última vez em novembro do ano passado. Os dois se conheceram num pagode na Zona Oeste do Rio e saíram juntos de uma festa.

"A Letícia tinha o nome social de Letícia Campos, mas na verdade o nome dela era Marcos Aparecido. Ela tinha o hábito de sair com os homens e não comunicá-los que seria travesti. Nesse caso em especial, ela sentiu que algum mal poderia ocorrer", diz uma amiga, sem se identificar. Prova disso foi a mensagem de áudio que Letícia enviou da casa de Igor para uma amiga.

"Amiga, eu tô no Valqueire, num sítio do coronel da Aeronáutica. Eu faço é b... na minha vida, entendeu? Pelo amor de Deus, se acontecer alguma coisa comigo eu tô aqui. Ele não sabe que eu sou travesti."

O ex-bombeiro tinha se apresentado como coronel da Aeronáutica, mas na verdade ele é filho de um sargento reformado. A polícia diz que Igor Cassiano já tinha histórico de agressão a mulheres.

Um amigo dele confessou ter ajudado a esconder o corpo de Letícia, e contou o que aconteceu.

"A Letícia parecia uma mulher, se apresentava como mulher e tinha o péssimo hábito de não dizer para os homens com quem se relacionava que seria homem. Então, certamente, isso foi provado na investigação, a partir das oitivas dessa pessoa que ajudou o Igor a ocultar, que ele disse que na verdade matou uma mulher que era um homem. Que ele jamais sairia com um homem. Razão pela qual eles entraram em luta corporal, que gerou a morte da Letícia", explica.

ANEXO O - Matéria "Travesti é morta a facadas dentro de casa em Viana, ES, e cliente é preso" (G1, 11/12/2017)

Segundo uma amiga da vítima, o cliente tentou fugir após uma briga por dinheiro, mas foi contido por populares e preso pela polícia militar.

Uma travesti de 27 anos foi assassinada nesta segunda-feira (11), no bairro Soteco, em Viana, na Grande Vitória. Ela trabalhava fazendo programas na casa onde foi morta. Segundo uma amiga da vítima, o cliente tentou fugir após uma briga por dinheiro, mas foi contido por populares e preso pela polícia militar.

Luna Shine atendeu um cliente na casa onde morava por volta das 6h. Segundo uma testemunha, o homem não tinha dinheiro pra pagar o programa, por isso eles começaram uma briga e ela acabou sendo morta com várias facadas.

"Escutei um bate-boca e ela falou se ele irira furar. Desci e vi o homem esfaqueando ela. O cliente me viu e disse que irira me matar. Aí eu comecei a gritar socorro. A dona da casa chegou com um pedaço de pau e eu pedi para ela não entrar. Ele fugiu e os moradores conseguiram segurar ele", disse.

Depois do crime, o carro onde o suspeito estava foi destruído por amigas da travesti. "A gente quebrou o carro dele, quando percebemos que ele iria sair. Os moradores ficaram revoltados e pegaram ele. Esse rapaz sempre aparecia bêbado, querendo fazer programa com as meninas", comentou.

A mãe de Luna estava abalada e foi amparada por familiares. Ela não quis gravar entrevista.

A Polícia Civil foi procurada pelo **G1** e disse que a ocorrência é atendida na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

ANEXO P – Matéria “Transexual que teve ficha do Exército postada na internet comemora decisão da Justiça: 'Fiz meu papel de cidadã'” (G1, 19/04/2017)

União foi condenada a pagar indenização de R\$ 60 mil por danos morais. Ela foi fotografada por militares em Junta de alistamento em Osasco, em 2015. As imagens foram divulgadas e ela passou a receber ligações ofensivas.

A estudante transexual Marianna Lively, 19 anos, comemora a decisão da Justiça Federal de São Paulo, que condenou a União a lhe pagar indenização de R\$ 60 mil por danos morais. Mas a alegria maior, segundo ela, é a de ter conseguido fazer seu papel de cidadã e garantir seus direitos na sociedade. Em 2015, ela teve suas fotos e todos os dados pessoais divulgados na internet instantes depois de fazer o alistamento militar em Quitaúna, em Osasco, na Grande São Paulo.

"Para mim foi algo gratificante receber essa notícia, me deixou feliz, que consegui impor respeito, coloquei meu papel de cidadã na sociedade. Eu tenho ido atrás dos meus direitos, não tenho deixado passar batido. Acho que isso foi um marco e que sirva de lição, que não repitam isso, espero que eu seja a última pessoa que tenha passado por isso", disse Marianna ao G1.

Por conta da divulgação das imagens e do endereço e telefones, Marianna disse na ocasião que começou a receber inúmeras ligações, sendo parte delas ofensivas. Atualmente ela mora em Londres e espera retornar ao Brasil em breve. "O serviço militar não deu nota sobre o que vai fazer com base de transexuais e travestis no alistamento obrigatório. Espero que eles tomem providências, que possam dispensar as meninas logo quando entrarem com o pedido de reservista e que esse caso não tenha de ocorrer novamente", afirmou a jovem transexual.

Ela relatou que foi tudo rápido, que se alistou por volta das 7h e quando chegou perto das 14h começou a receber ligações de pessoas a procurando pelo meu nome de registro. "Só eu e minha família sabemos o que a gente passou, muitas ligações, muitas pessoas me humilhando pelo telefone, foi uma situação horrível para mim e minha família. Fora as pessoas desconhecidas que apareceram no portão da minha casa, porque as fotos que divulgaram tinha o endereço da minha residência."

Na decisão, a juíza federal Leticia Dea Banks concluiu que o autor das fotos e foi alguém do Exército, devido ao ângulo em que as fotografias foram tiradas e porque os civis presentes não podiam usar o telefone no local nem ter acesso ao certificado de alistamento. Segundo a Justiça Federal, o fato foi confirmado pelo Exército, que atribuiu a prática a dois militares. As condutas já estariam sendo investigadas em um inquérito.

A magistrada ressaltou a violação à dignidade de Marianna, principalmente pelas humilhações que sofreu. “Friso que a exposição ocorreu na rede mundial de computadores, o que amplia ainda mais as consequências do ato. Ainda, dada sua gravidade, os fatos foram amplamente divulgados na imprensa nacional, gerando consequências até mesmo na rotina da autora.”

Marianna contou ao **G1** que "isso assustou muito a minha família, foi muito chato de ter vivido. É triste, pois eu sei que não fui a primeira garota a sofrer isso. Muitas meninas me mandaram mensagens dizendo que já havia acontecido com elas em outros estados do Brasil. Eu acho que depois de tudo que aconteceu, para mim e para minha família, foi um choque, foi algo que não eu não esperava, algo que não tem como falar como foi horrível, me machucou muito. Tenho trauma em andar em público e se eu vejo uma pessoa com celular levantado eu entro em desespero, me sinto muito mal. Espero que isso não venha a acontecer de novo."

Outro lado

O G1 procurou o Exército e aguardava retorno até a publicação desta reportagem. À época, informou que "não discrimina qualquer pessoa em razão da raça, credo, orientação sexual ou outro parâmetro. O respeito ao indivíduo e à dignidade da pessoa humana, em todos os níveis, é condição imprescindível ao bom relacionamento de seus integrantes com a sociedade".

Ainda na nota de 2015, o Exército disse que "tem conhecimento do fato que envolveu a divulgação, sem autorização, das informações da pessoa em questão, durante o processo do Serviço Militar Obrigatório e já instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para esclarecer o ocorrido e os envolvidos serão responsabilizados por suas ações, dentro do que prescreve a legislação vigente".

Logo que as ligações ofensivas começaram a se repetir, Marianna buscou o apoio de sua mãe. Juntas, decidiram que iriam ao quartel falar com o comandante sobre o ocorrido. "Falamos com o capitão França. Ele pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e pediu para eu trocar o número do celular para cessar as ligações. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos", disse ela, na época.

O Exército disse, também em 2015, que "não compactua com este tipo de procedimento e empenha-se, rigorosamente, para que eventuais desvios de conduta, sejam corrigidos, imediatamente, dentro dos limites da lei. O autor das fotos e o responsável pela divulgação das imagens e dos dados pessoais da jovem ainda não foram identificados".

ANEXO Q - Matéria “Musa transexual do Fogo e Paixão passará seu primeiro carnaval após mudança de gênero” (G1, 09/02/2017)

Alice Pereira é baixista no bloco e apaixonada por música. Transição completará um ano no dia do desfile do Fogo e Paixão.

Alice Pereira tem 43 anos e está prestes a passar o carnaval mais marcante da sua vida. A ansiedade fala alto já que em 2017 será a primeira vez que ela cairá na folia depois que decidiu fazer sua transformação de gênero. A decisão, nada fácil segundo ela, foi tomada em 2016 e completará um ano no dia em que o bloco Fogo e Paixão irá desfilar.

“Eu decidi passar por essa transição de gênero no carnaval. Vai completar um ano exatamente no dia do desfile do Fogo e Paixão. Essa decisão foi tomada no dia 19 de fevereiro e coincidentemente vai cair no dia do desfile do Fogo e Paixão em 2017. Eu me surpreendi muito depois que me decidi. Eu tinha muito medo, passei a vida inteira para fazer isso, durante muito tempo eu pensava nisso todos os dias desde a hora que eu acordava até a hora de dormir. Só depois que eu tive um rompimento no meu relacionamento que eu resolvi que era o momento certo”, disse.

A candidata do concurso de musas do G1 afirmou que está surpresa com a quantidade de apoio recebido durante esse período de transição. Ela contou que estava preocupada com a reação das pessoas e chegou a pensar que as pessoas iriam se afastar dela. Após alguns meses, ela considera que está tendo muita sorte.

“Eu achava que ia sofrer muita discriminação, achava que ia ter que me afastar de grande parte das pessoas que eu conheço, achava que elas não iam mais falar comigo. Mas eu me surpreendi totalmente com o apoio que estou recebendo de todo mundo, da minha família, amigos, do Fogo e Paixão. Eu sinto que eu estou tendo muita sorte nesse processo porque são muitas pessoas me apoiando”, afirmou Alice.

De Paracambi para musa do Fogo da Paixão

Nascida em Paracambi, na Região Metropolitana do Rio, Alice falou que sempre esteve envolvida com as festas de carnaval. Ela contou ao **G1** que chegou até desfilar nas escolas de samba de sua cidade natal. A empolgação do carnaval é tanta que, para ela o ano começa apenas após a quarta-feira de cinzas.

“Quando eu era criança eu gostava muito de desfile de escola de samba, Paracambi tinha um mini desfile de escola de samba e eu até cheguei a participar. Eu sempre gostei muito de tudo, samba-enredo e etc. É uma época diferente, muito marcante. Para mim, o ano começa depois de carnaval. Várias coisas na minha vida aconteceram nessa virada de carnaval”, disse.

Depois de muitos carnavais, Alice está ansiosa para 2017 e também para representar o Fogo e Paixão, bloco que ela considera do coração. Ela contou que se sente orgulhosa e disse que “não sabe se merece” representar o público transexual no concurso.

“Eu estou ansiosa, acho que é muita responsabilidade. Não sei se eu mereço porque tem tantas trans por aí, tão bonitas e eu estou tendo a oportunidade de representar elas. Elas estão há tanto tempo e eu estou completando um ano nesse momento. Acho que é muita responsabilidade. Foi uma surpresa muito grande, não esperava que eles iam me escolher para representar o Fogo e Paixão. É muito orgulho”.

Música é algo espiritual

Alice Pereira é baixista do Fogo e Paixão, mas o “vício” por música é tanto que ela também toca outros instrumentos. Além disso, ela é fascinada por música em geral e disse que se um dia tivesse que escolher entre um amor ou a música, largaria a pessoa para trás sem pensar

duas vezes. A relação é tão forte que a musa considera a música a “coisa mais importante da vida”.

“A minha maior paixão é a música. Porque é o seguinte, se eu estiver com uma pessoa e ela falar para eu largar a música, eu vou largar a pessoa. A música é a coisa mais importante na minha vida. Desde criança eu tenho relação com a música, sempre gostei de cantar e comecei a aprender instrumento com 16 anos. Comecei com guitarra, depois violão, fui para o baixo e me encontrei. Toco baixo há muitos anos e é o instrumento que eu toco nas bandas” contou.

Não é só por lazer que a musicista mergulha neste universo. Alice Pereira considera essa interação uma terapia, algo que acalma sua mente e faz com que ela esqueça dos problemas. “A música é algo que me acalma, me faz sentir uma sintonia com o universo, você entra em transe. A relação com as ondas sonoras, a vibração, o grave, é uma vibração muito densa. Parece que você sai de você e está dentro de um todo. Ainda mais quando você está num lugar lotado e as pessoas estão vibrando. É muito espiritual”, contou.

ANEXO R - Matéria “Modern Family e a representatividade trans nas séries de TV” (CartaCapital, 21/10/2016)

Presença de ator trans no sitcom norte-americano e pedido de ganhador do Emmy por mais inclusão acendem debate sobre presença de transexuais na TV

Em seu discurso de aceitação do prêmio Emmy de melhor ator de comédia, Jeffrey Tambor pediu: "Por favor, deem aos talentos trans uma chance. Dê a eles audiência, dê a eles histórias. Eu ficaria feliz se fosse o último homem cisgênero a interpretar uma mulher trans na televisão". Tambor foi premiado pela segunda vez pelo seu retrato da mulher transgênera Moira Pfefferman no seriado *Transparent*, produzido pela Amazon.

O apelo pela representatividade foi atendido, em parte, no último dia 28, quando o sitcom norte-americano *Modern Family* apresentou o ator trans Jackson Millarker, de 8 anos, interpretando um personagem trans. Foi a primeira vez que o seriado, que gira em torno de famílias não-convencionais, trabalhou com a temática trans. Provavelmente, foi também a primeira vez que utilizou-se uma criança transexual para retratar outra na mesma condição na televisão norte-americana.

Apesar de tímida – o personagem de Millarker falou oito palavras e o ator esteve em cena por menos de um minuto – a série apresenta para uma audiência mais ampla as discussões acerca da transexualidade, conceito que abarca (mas não só) pessoas que se identificam como pertencentes ao gênero diferente do sexo biológico atribuído no nascimento e querem ser reconhecidas socialmente no gênero que desejam.

A diretora da série, Ryan Case, posou entusiasmada ao lado da criança em seu Instagram com a legenda "Esse é Jackson Millarker. Ele tem 8 anos, nasceu em Atlanta e é transgênero. Ele interpreta Tom, amigo de Lily, no episódio desta semana e é maravilhoso. É uma das muitas razões pelas quais eu amo esse seriado"

No episódio "A Stereotypical Day" ('Um dia de estereótipos'), o segundo da oitava temporada, Lily (Aubrey Anderson-Emmons) gera ansiedade nos pais Mitchell e Cameron ao supostamente discriminar o colega de escola Tom (Jackson Millarker), antes conhecido como Tina.

No início do episódio, o casal, formado por dois homens, estava orgulhoso das atitudes exibidas por sua filha diante do novo amigo. Uma pequena confusão, porém, leva os dois a uma crise existencial acerca das atitudes da criança e da família como um todo relacionadas a essa questão.

O episódio não vai fundo no tema. A certa altura, o patriarca da família, Jay Pritchett (Ed O'Neil) ironiza o filho: "Interessante. No tempo que levei para aceitar que meu filho estava vivendo uma vida diferente da que eu esperava, Mitchell me chamou de velho hétero branco preconceituoso. Agora, você é igual a mim".

Colunista de cultura pop na revista *The Atlantic*, Spencer Kornharber observa que os roteiristas optaram por realçar a ansiedade dos americanos brancos escolarizados de parecerem intolerantes, esmaecendo a complexidade da questão. "Foi uma mensagem tranquilizadora, para não dizer limitada para a audiência americana mainstream em 2016, afirmar que os conflitos identitários são, em sua maioria, mal-entendidos entre pessoas bem intencionadas".

De toda forma, cresceu nos últimos anos o clamor por uma escolha maior de atores e atrizes transexuais para representarem seus pares na televisão. Além da temática do próprio *Transparent*, que mostra os conflitos familiares diante do anúncio do pai (Jeffrey Tambor) de que agora deseja ser conhecido pela identidade feminina, a atriz Laverne Cox despontou como uma das personagens (e atrizes) mais interessantes da série *Orange is The New Black*, que trata do cotidiano e das histórias das internas de um presídio feminino de segurança mínima.

Aos 32 anos, a atriz mostra uma visão otimista sobre a representatividade trans na televisão. "Acho que demos um primeiro passo. Acredito que ser representada na TV é algo muito importante", explicou Laverne ao portal *iG*.

"Hoje, a maioria dos americanos entende que os homossexuais têm o direito de casar. No meu pensamento, essas pessoas mudaram seus corações e mentes por causa desse tipo de representação. Então, é algo realmente poderoso. Mas as políticas públicas também têm que mudar".

Responsável por encarnar a personagem transgênera Nomi na série *Sense8*, do Netflix, a atriz trans Jamie Clayton mostra entusiasmo ao obter o papel e, mais ainda, pela oportunidade de ser conduzida por uma diretora e roteirista trans, Lana Wachowski.

Lana é uma das idealizadoras da trilogia *Matrix* e de *V de Vingança*, cuja identidade de mulher transgênera passou a ser conhecida do grande público no início deste ano. "Sei que serei protegida e representada de uma maneira que os trans nunca antes foram representados na televisão", afirmou Clayton.

ANEXO S – Matéria “Caminhada trans: de que lado você está?” (CartaCapital, 03/02/2016)

Manifestação de comunidade de travestis e transexuais chama a atenção para a violência e exclusão da sociedade com que lidam diariamente

A transição de Amara Moira, 30 anos, ocorreu ainda à época da faculdade. Quando contou pela primeira vez para uma pessoa que a partir daquele momento gostaria de ser tratada

por um nome feminino, essa pessoa resistiu e despediu-se ainda usando os termos masculinos. No dia seguinte, quando se reencontraram, essa colega disse: “Oi, Amara”.

“E a notícia foi se espalhando, sem que eu precisasse me apresentar”, relata Amara, “quando alguém me tratava no masculino, os outros corrigiam. Não precisei me desgastar negociando a minha identidade com cada um que eu encontrava”.

A partir destas atitudes, ela começou a perceber que o papel das pessoas e da comunidade tem influência no tipo de vida que vão propiciar às pessoas trans. “A família vai expulsar, não vai ter trabalho, a sociedade vai cuspir na cara. Vocês vão estar de que lado?”.

Amara tem ciência de que sua história é exceção: “Eu pude transicionar dentro da Unicamp, um ambiente bastante protegido e privilegiado, onde o movimento trans já tinha mais força do que na sociedade”. Alguns dados reforçam a percepção de Amara sobre os muitos homens e mulheres trans terem uma trajetória bem diferente da sua, particularmente no Brasil.

Um levantamento feito pelo grupo Transgender Europe mostra que 51% (689) dos homicídios de pessoas trans na América Central e do Sul ocorreram no Brasil. De acordo com pesquisa do IBGE de 2013, a expectativa de vida desse grupo social não passa dos 35 anos, menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral. Só nos primeiros 31 dias de 2016, segundo o grupo Quem a homofobia matou hoje?, pelo menos 30 pessoas da comunidade LGBT foram assassinadas, sendo nove delas trans.

Para dar visibilidade a esta situação, o Centro de Apoio e Inclusão de Travestis e Transexuais organizou, em São Paulo, no sábado 30, a “1ª Caminhada Pela Paz: ‘Sou trans e quero dignidade e respeito’”, abraçando as outras siglas da bandeira LGBT, com a adesão de cerca de 500 pessoas. Com cartazes que diziam “Pessoas não-binárias existem”, “Você contrataria uma pessoa trans?” e “Sou ser humano e exijo respeito”, o grupo espalhou suas mensagens da Avenida Paulista à Câmara Municipal, no centro de São Paulo.

No caminho, pararam em frente ao shopping Center 3, lugar simbólico, no qual mulheres trans foram impedidas de utilizar o banheiro feminino em 2014, mas que hoje têm esse direito garantido. No fim do percurso, entregaram um abaixo assinado ao vereador Toninho Vespoli (PSOL-SP) pedindo uma audiência pública para debater a realidade social de trans. Em seguida, realizaram um ato em homenagem às vítimas da transfobia.

Durante o percurso, Renata Peron, organizadora da ação, usou o microfone para esclarecer as reivindicações da comunidade: “a gente não pede nem mais, nem menos, queremos direitos iguais. Vocês, donos dessas empresas aqui, contratem a gente. Trans também sabe trabalhar”.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil, muito mais por necessidade do que por escolha.

“Esse protesto acontece para mostrar que somos seres humanos, de carne e osso, que temos sentimentos, temos o direito de ir e vir sem apanhar, sem morrer”, declarou Viviany Beleboni. Ela fala por experiência própria. A performance na Parada do Orgulho LGBT de 2015, na qual apareceu crucificada, em uma alusão à crucificação de transexuais por religiosos, rendeu hostilidade e ameaças e agressões.

Para Beleboni, esse tipo de preconceito se deve à má educação e à bancada fundamentalista no Legislativo. “Eles não deixam passar nossos direitos e os que se dizem 'de deus' estimulam o ódio e distorcem a identidade de gênero”.

Thammy Gretchen, cuja transição vem sendo acompanhada com intensidade pela imprensa desde 2014, conta que foi por meio de pesquisas que descobriu sobre os homens trans. “Eu sabia o que eu sentia, mas não sabia que tinha esse nome”, disse o filho da cantora Gretchen. “E o respeito é um processo, quanto mais as pessoas vão conhecendo, mais elas vão respeitando”.

Luciano Palhano concorda que a busca pelo respeito à identidade de gênero é constante. “Por mais que a gente tenha um amigo, um parceiro, que aceita a nossa identidade, os sistemas de saúde, de educação, de habitação rejeitam as pessoas trans”.

Mas há quem queira acolher. A professora Luiza Coppieters, por exemplo, recebeu o apoio de um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais. “É um espaço em que comecei a me empoderar, a querer fazer com que ninguém mais passe pelo sofrimento que eu passei, a replicar e ampliar essa rede de apoio. Receber as pessoas, incorporar, empoderar, ir para a militância. É assim que a gente vai conquistando esse direito raro e difícil”.

ANEXO T - Matéria “LGBTs privados de liberdade: um olhar sobre o cárcere” (CartaCapital, 22/07/2017)

As opressões e vulnerabilidades são intensificadas dentro do sistema penitenciário. Apesar disso, gays, lésbicas e transexuais seguem esquecidos

“Se aqui fora existe preconceito, lá dentro é a treva de preconceito. Vi meninas se prostituírem por causa de um sabonete, para escovar os dentes. A saúde é totalmente precária, se você está com alguma coisa, vai morrer lá dentro”, relatou a trans Verônica Bolina durante o debate “Sistema Penitenciários e a População LGBT”, realizado em São Paulo no fim de junho.

Verônica passou dois anos na prisão após uma condenação por tentativa de homicídio e agressão em 2015. Quando foi detida, sofreu humilhação e foi torturada por policiais no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, em São Paulo. Foi quando se tornou conhecida, após fotos e vídeos da agressão viralizarem nas redes sociais. Seu relato deixa vislumbrar um pouco da realidade dos cerca de 450 travestis e transexuais atualmente cumprindo pena no estado de São Paulo.

O Brasil conta hoje com mais de 607 mil pessoas encarceradas, de acordo com os últimos dados do Ministério da Justiça, de 2014. Atualmente, a taxa de superlotação do sistema penitenciário ostenta um índice epidêmico de 166%, segundo dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de 2014.

Das 1.423 unidades prisionais, apenas 100 (15%) possuem alas destinadas ao público LGBT. A escassez de dados estatísticos sobre esta parcela da população prisional são um indício da invisibilidade sofrida por eles dentro e fora das cadeias.

Além dos problemas intrínsecos do sistema prisional brasileiro, entre os desafios enfrentados pelos LGBTs encarcerados estão a ausência de acompanhamento médico e

psicológico, a falta de recursos para cirurgias de redesignação sexual e a existência de poucas alas especiais. Além disso, quase não há acesso aos tratamentos com hormônios para trans e o desrespeito à utilização do nome social é constante.

“Fui até o inferno e voltei”, resume o homem trans Leo Moreira de Sá, que passou por quatro penitenciárias em São Paulo ao longo de cinco anos, cumprindo pena por tráfico de drogas. Em uma das diversas vezes em que foi agredido, ouviu de um policial: “Você não quer ser homem? Então vai apanhar que nem homem”.

Em seu caso, a formação em Ciências Sociais pela USP, abriu a possibilidade de lecionar na Penitenciária Feminina de Santana entre 2007 e 2009, quando ainda encontrava-se encarcerado. Além de receber um salário mínimo por mês, a cada três dias trabalhados, um era descontado do total de sua pena. “Eu tinha o respeito da comunidade como educador, já que eu não era do crime”, admite com orgulho.

Ser ou não “do crime” é um dos termos utilizados no sistema carcerário e explicado na pesquisa “O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário”, do mestre em Antropologia Social pela USP Marcio Zamboni.

Na pesquisa, o antropólogo analisa a relação entre as dinâmicas de organização do espaço prisional e as formas de identificação e diferenciação entre presos por conta do gênero e sexualidade. Para tanto, realizou entre 2015 e 2016 entrevistas com transexuais e travestis egressas do sistema penitenciário. No fim de 2016, passou a visitar prisões como agente da pastoral carcerária. Zamboni integra o grupo de trabalho “Mulher e Diversidade” da pastoral.

Ele acredita que é de extrema importância lançar um olhar sobre esta população, historicamente segregada e despida de seus direitos fundamentais no sistema penitenciário. “O crime é machista”, diz.

Convivendo com o PCC

Segundo a pesquisa, a população LGBT “não entra, mas fecha com o PCC”. Apesar de não integrarem o grupo, muitos conseguem negociar sua estadia nas casas de detenção, já que estão fora das disputas de poder entre facções rivais.

Segundo o pesquisador, a facção criminosa PCC impôs o fim da discriminação contra homossexuais nas cadeias. Ainda assim, paradoxalmente, é preciso se portar “como homem”. Em um dos relatos presentes no estudo, a trans Samanta fala sobre as relações entre a população carcerária LGBT e a facção.

“Eu já fiquei em cadeia do PCC, mas para gente que é homossexual é ruim demais, é muito sofrimento. A gente fecha com eles, mas tem que usar cabelo curto, não pode usar roupa feminina e nem ter relação”, conta.

Leo também ressalta as restrições nos códigos de conduta. “Eu assumi aos poucos um estereótipo de homem hétero, criminoso e machista para sobreviver dentro de um sistema, mesmo não admitindo-o. As relações de poder estão em todas as convivências do dia-dia”.

“É um ambiente que não pode ter o feminino”, conta Zamboni, explicando que os presos justificam o enquadramento dos LGBTs como decorrente do ciúmes das companheiras. “Eles

dizem: se as nossas mulheres encontram as trans, gays e travestis dentro das celas ficam com ciúmes e isso dá problema para a gente. Se elas virem a prostituição, não vão querer voltar”.

Dentro deste cenário surgem as “cadeias dos coisas”, objeto de pesquisa de Zamboni, penitenciárias destinadas para a população segregada pelo PCC, como idosos, ex-policiais, LGBTs, dependentes químicos e pequenos traficantes. Nesses locais, menos de 10% das penitenciárias paulistas, a lógica é outra, pois são de fato comandadas pelos funcionários, segundo o antropólogo.

Resistência e Perspectivas

Em abril de 2014, entrou em vigor a Resolução Conjunta 1, editada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, prevendo a possibilidade de transferência de “pessoas que passaram por procedimento cirúrgico de transgenitalização” para “Unidades Prisionais do sexo correspondente”.

A legislação visa institucionalizar a “atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário brasileiro”. Dentre outras medidas determinadas estão a visita íntima, a atenção integral à saúde e tratamento hormonal e o uso do nome social. Consta também sobre a necessidade de cursos de educação e qualificação profissional.

Dentre os principais objetivos da adoção das celas especiais para LGBTs está garantir a segurança ou, ao menos, minimizar a chance de violência para essa população. A medida, porém, não é consenso entre os especialistas.

As alas especiais funcionam em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e Mato Grosso. Em São Paulo, onde vive 40% da população prisional brasileira, não há política oficial de separação dos LGBTs dos demais.

“Não existe a tentativa de criar a aparência de uma política penitenciária pró-direitos humanos, em razão de qualquer concessão a essas demandas serem vistas como um amolecimento do rigor da justiça”, critica o antropólogo Marcio Zamboni, que é crítico à segregação. “Cria-se um efeito simbólico negativo com a falsa sensação da existência de um privilégio para as pessoas LGBT”, diz.

Andrey Lemos, presidente da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (UNALGBT), vê o sistema penitenciário brasileiro, de forma geral, como um antro de violações de direitos. “Penso que as travestis e mulheres trans, ao cometerem algum crime, devem ser acolhidas nas alas femininas, de acordo com a sua identidade de gênero”, afirma, ressaltando que, ao mesmo tempo, uma equipe multidisciplinar deveria avaliar casos específicos de encaminhamento para celas especiais.

Em Minas Gerais, a ala LGBT do presídio de Vespasiano participou de uma iniciativa jornalística que objetiva dar voz a essa população. Trata-se da revista *A Estrela*, editada pelos jornalistas Natália Martino e Leo Drummond, da agência Nitro.

Entre os relatos em primeira pessoa, está o de Luis Gustavo dos Santos sobre sua vivência em uma prisão masculina em 2000. Lá, compartilhava a cela com outros dois homossexuais, onde eram submetidos a abusos diários.

“Percebi que depois do jantar, um deles entrou no banheiro e os presos fizeram uma fila. Um após o outro, entravam para se saciar. Os homossexuais tinham que servir a todos que quisessem, sem camisinha. Também eram os únicos que não tinham copos e precisavam beber água em uma garrafa descartável cortada, porque os outros presos tinham nojo deles”, relata.

Ele evidencia a importância da ala especial em sua vida: “Após anos de carnificina, em 2006, essa cadeia foi fechada. Mas até isso acontecer, tive que criar um personagem para sobreviver. Por isso, criar alas homossexuais em presídios é tão importante. É pela sobrevivência”.

O encarceramento da população LGBT nos Estados Unidos nos permite traçar paralelos com o Brasil. Segundo o relatório "Coming Out Concrete Closets", de 2015, da organização Black & Pink, “as violências física e sexual ocorrem em maior proporção dentro da população LGBT”.

Dos 1200 presos ouvidos, todos relataram experiências de violência sexual, realizadas por outros encarcerados e funcionários. Ao menos 76% experimentaram situações de risco de violência dentro de suas próprias celas, devido à superlotação. Os EUA mantêm a maior população carcerária do mundo, com mais de 2 milhões de presos.

ANEXO U - Matéria “Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos” (CartaCapital, 30/11/2017)

A espera de Daniela Andrade já dura seis anos. Luiza Valentim contou com as economias da família para a cirurgia que se tornou uma emergência.

Daniela Andrade é programadora, ativista, tem 37 anos e está há pelo menos seis aguardando por uma cirurgia de transgenitalização. E se ela continuar esperando o atendimento pela rede pública de saúde, nada indica que conseguirá se submeter ao procedimento nos próximos quatro anos.

Segundo dados da Associação de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans - LGBT do Estado de São Paulo (Amapo-SP), a fila para obter procedimentos cirúrgicos, o último estágio do chamado "processo transsexualizador" do Sistema Único de Saúde (SUS), é de dez anos. "A rede até teve algumas expansões recentes, mas a dificuldade persiste e a cirurgia é uma necessidade", lembra Nicolle Mahier, presidenta da Amapo.

Desde 2008, o SUS oferece atendimento cirúrgico e ambulatorial para pessoas que necessitam do atendimento para redesignação sexual. Em 2009, Daniela iniciou seu atendimento por meio da Secretaria estadual de Saúde de São Paulo, que mantém o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids.

"Nessa época eu já me hormonizava por conta própria, o que é uma realidade de 11 em cada 10 pessoas trans no Brasil", conta. Dois anos depois, havia completado o protocolo ambulatorial – que inclui atendimento com endocrinologista, psicólogo, psiquiatra e assistente social – e foi considerada apta para se candidatar à cirurgia. Desde então, aguarda numa fila na qual não faz ideia de sua colocação.

"É cruel: se você precisa de um transplante, sabe em que lugar da fila está, sabe qual é a probabilidade daquela cirurgia ser realizada. Grande parte da população acredita que a cirurgia de transgenitalização é um luxo. Estou nesse processo desde 2009. Será que uma pessoa se submeteria a uma cirurgia tão invasiva, que vai revirar seu aparelho genital, por um capricho?", questiona.

O caminho para a cirurgia é longo e começa muito antes da fila. Para os procedimentos ambulatoriais, o SUS aceita pacientes a partir dos 18 anos. Para se tornar apta, a pessoa transexual deve se submeter ao tratamento ambulatorial por pelo menos dois anos, e a idade mínima exigida para as cirurgias é 21 anos.

O SUS oferece cirurgias de transgenitalização; de mastectomia (retirada de mama); plástica mamária reconstrutiva (incluindo próteses de silicone); e cirurgia de tireoplastia (troca de timbre de voz). Mas, com uma década de fila, é praticamente impossível que uma pessoa transexual adeque seu corpo ao seu gênero antes dos 31 anos.

E é preciso manter o vínculo ao sistema para continuar na fila. Daniela passa por atendimento desde 2009 apesar de já estar apta à cirurgia. Isso contribui para inchar o sistema.

Falta de acolhimento

Apesar de ter conseguido o laudo que autoriza a cirurgia no prazo mínimo exigido, de dois anos, o caminho de Daniela no sistema público de saúde foi bastante conturbado. Mesmo atendida em um ambulatório especializado, sofreu com a falta de empatia e acolhimento dos profissionais. Uma psicóloga chegou a sugerir que procurasse atendimento particular. Com o plano de saúde, completou essa parte do protocolo fora do ambulatório.

Atualmente, Daniela aguarda há quase um ano por uma consulta com um endocrinologista. "A última consulta foi em março, a endocrinologista disse que só teria agenda em novembro. Estive no ambulatório na data e me disseram que ela tinha saído. Preciso passar em janeiro ou fevereiro para ver em que data eles terão para me atender", conta.

O acompanhamento hormonal deve ser feito trimestralmente. "É bom frisar: às vezes a gente fala 'ah, tem o ambulatório em São Paulo' e parece que todos os problemas estão resolvidos. Mas esse atendimento é extremamente precarizado", critica.

A mineira Luiza Valentim, hoje com 27 anos, moradora da região da Serra do Cipó, a 100 quilômetros de Belo Horizonte, enfrentou uma verdadeira saga em busca de atendimento. O estado não conta, nem mesmo na capital, com um ambulatório especializado.

Ela teve um lance de sorte, no começo de 2013, quando buscou ajuda. "O primeiro contato que eu tive foi no posto de saúde. Tive a sorte de encontrar, logo no primeiro atendimento, uma psicóloga mais sensível e mais aberta. Conforme foi acontecendo a terapia, ela foi se capacitando, procurando saber mais sobre o assunto. Para ela também era uma coisa nova, pois nunca tinha atendido um caso assim", conta Luiza, que chegou ao atendimento ainda sem clareza de sua identidade de gênero. O acolhimento, no entanto, parou por aí.

"Quando eu comecei realmente a decidir ir para a transição hormonal e me encaminhar para a cirurgia, foi onde encontrei as principais barreiras". Luiza conta que o trabalho com a psicóloga foi fundamental para ela conseguir se soltar, agir naturalmente, mas ao buscar o encaminhamento para o endocrinologista as coisas se complicaram.

Sem contar com o atendimento multidisciplinar do processo transexualizador em sua região, era difícil até mesmo saber em que portas bater. "Eu tive que realmente pedir para as pessoas me atenderem. Eu já estava conseguindo me soltar, conseguia conversar bem com meus pais sobre a situação, já no momento de impor a minha identidade. Eu precisava desse tratamento hormonal", relembra.

Na primeira consulta, na rede pública de Belo Horizonte, para onde teve que se deslocar, ouviu do médico que ele "estava lá para atender outro tipo de pessoa". Segundo Luiza, o papo era sempre era esse, inclusive quando buscou a rede particular. Chegou a pagar uma consulta em que não foi atendida.

Experiência semelhante da vivida por Daniela, que procurou por cinco endocrinologistas pelo plano de saúde sem conseguir o atendimento, que só veio no ambulatório especializado. "Todos disseram que não tinham conhecimento para lidar com o assunto", resume.

Sem laboratório especializado, Luiza teve ainda de garimpar atendimento psiquiátrico e com assistente social. O primeiro, só obteve na rede particular. O segundo, só depois de muita argumentação em órgãos públicos pelos municípios da região.

Com todos os laudos nas mãos, o balde de água fria: Luiza foi informada que para a cirurgia ela teria de realizar todo o processo novamente em um ambulatório vinculado a uma das apenas cinco unidades hospitalares do País que realizam a cirurgia de transgenitalização. "Foi deixado claro pela rede pública: não há o processo transexualizador na região e se eu quisesse fazer essa cirurgia pelo SUS eu teria que ir para o Rio Grande do Sul, ou Goiás, ou Pernambuco, ou São Paulo, ou Rio de Janeiro e dar a entrada no meu processo transexualizador. E eu já tinha feito tudo", desabafa.

Saída paga

"Numa certa fase veio a necessidade de tirar aquele órgão de mim. Porque veio também a transfobia quando eu assumi minha identidade real e a vontade era tirar aquele órgão de mim eu mesma. Eu já estava chegando numa situação muito complicada, estava suprimindo muito o órgão, com início de gangrena", relata Luiza.

Natural da periferia de Belo Horizonte, sua família encontrou na Serra do Cipó meios de melhorar de vida e fazer uma reserva. Diante do desespero da filha, a família decidiu vender um terreno, a tal reserva, para levantar os 40 mil reais necessários para a cirurgia, a recuperação e a estadia, com a mãe, no Rio de Janeiro, onde passou pelo procedimento. "Eu cheguei num ponto que realmente eles viram a necessidade", lembra.

Diante da fila sem transparência que parece nunca andar, Daniela também espera que sua cirurgia possa vir da rede privada. De origem humilde, ela agora conta com o namorado advogado que entrou com uma ação na Justiça para obrigar o plano de saúde a arcar com as despesas da cirurgia. "Eu preciso fazer a cirurgia. Se vai ser pelo privado ou pelo SUS não importa, eu preciso da cirurgia. De onde vai sair é o que menos importa", reforça. "Eu entrei com a ação contra o plano porque eu não posso ficar esperando. Eu posso receber um telefonema amanhã ou posso morrer e não ser cirurgiada", ressalta.

Uma luta social

A operação de Luiza aconteceu no início de 2017 e ela está totalmente recuperada. Sua batalha, agora, é com a lei, que ainda não a reconhece como a mulher que é. A audiência definitiva demorou dois anos para ser marcada. "Enquanto isso, na rede médica o constrangimento, vontade de largar tudo e dar um tiro na cabeça. Você estar numa fila para fazer um exame, pedir para te chamarem pelo nome social e não ser atendida. Chamarem por um homem e levantar uma mulher. É muito constrangedor".

A última audiência foi há algumas semanas e ela espera ser Luiza, do sexo feminino, em todos os seus documentos até o fim do ano. A partir de então, vai retomar o curso técnico em Agrimensura para trabalhar com o pai, que atua na área. "É um jeito de trabalhar. Eu tenho de trabalhar com o meu pai porque ninguém vai me empregar. Eu praticamente me formei, mas ainda estou esperando meu nome de verdade sair para legitimar meu trabalho. Não posso assinar um nome que não é meu", lamenta. Por enquanto, por viver em uma região turística, Luiza tem como alternativa trabalhar como freelancer em bares, restaurantes e passeios turísticos.

Nesse quesito, a situação de Daniela é diferente. "Sou uma pessoa bem sortuda e consegui a mudança do nome e do gênero, tenho o sexo feminino na certidão de nascimento, em 2013. Eu consegui em primeira instância e o Ministério Público não recorreu. Eu sou uma privilegiada nesse sentido", afirma.

Num país em que quase 90% das mulheres transexuais são empurradas para a prostituição, de acordo com números da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Daniela também se destaca. Filha de um pedreiro com uma dona de casa, ela buscou profissionalização já no ensino médio, quando cursou o então técnico em Processamento de Dados, hoje Informática. "E já no ensino médio comecei a trabalhar com TI e não parei mais. Desde então eu segui esse rumo extraordinariamente difícil, porque é uma área quase que totalmente dominada por homens brancos hétero cis, gente privilegiada", resume.

Há quase três anos ela é analista programadora da multinacional ThoughtWorks, uma empresa de tecnologia que presa pela inclusão. Daniela é uma das quatro pessoas transexuais da companhia no Brasil. Antes de chegar lá, pensou em desistir da carreira. "E o problema não era só a profissão, porque uma vez transexual no Brasil você vai ser discriminada em qualquer lugar."

Caixa-preta

O processo transexualizador está disponível no SUS há quase 20 anos, mas é impossível obter números precisos sobre a demanda pelo atendimento e tempo de espera. Hoje, em todo o País, há apenas cinco hospitais que oferecem os procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais e há outros quatro ambulatorios especializados. E, embora seja o SUS o órgão responsável por esses atendimentos, o sistema não conta com dados sobre a fila de espera nem pode medir se há um cruzamento eficiente entre a fila única nacional e as de cada um dos estados.

De acordo com Inês Gadelha, médica e chefe de gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, os hospitais credenciados têm suas próprias filas internas e normalmente o indivíduo está em mais de uma, o que não é bom, porque dá impressão de um problema ou de uma fila muito maior do que a que existe.

"A fila se forma pela baixa oferta de serviços. E por que existe uma baixa oferta? Porque os hospitais não demonstram interesse em se habilitar", afirma Inês. "Mesmo as filas de cada hospital podem ser superestimadas, porque pode ter pessoas inscritas em mais de uma fila", completa. Superestimada ou não, a realidade é que transexuais não conseguem se submeter à cirurgia.

Entre agosto de 2008 a setembro de 2017 foram realizados 428 procedimentos hospitalares e 21.935 procedimentos ambulatoriais relacionados ao processo transexualizador, incluindo as cirurgias de transgenitalização. "Os hospitais que são habilitados desde o começo para procedimentos cirúrgicos são os mesmos cinco até hoje", lembra Inês.

ANEXO V - Matéria "Ser trans no Brasil, uma causa que vai além do gênero musical" (CartaCapital, 11/10/2017)

Em um ranking com 33 países, o Brasil lidera o número de casos de mortes de transgêneros

Camila, Linn, Pepita, Assucena e Raquel são cantoras transgênero brasileiras de estilos diferentes, para as quais a música é um meio de inclusão em um país recordista em homicídios de pessoas que, como elas, nasceram de um sexo, mas se identificaram com outro.

Segundo a rede Transgender Europe, o Brasil foi onde mais se matou transgêneros num ranking de 33 países. Entre 1º de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016, foram mortos 295, a maioria (123) no Brasil.

Embora o crime de discriminação sexual não seja tipificado no país, o serviço Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, registrou 23 denúncias de homicídios de trans entre junho e outubro de 2016. Entre março e agosto de 2017, o número mais que quadruplicou, chegando a 109. Este salto se deve, segundo a secretaria, ao aumento das denúncias, o que indicaria que os trans estão erguendo sua voz, como as retratadas a seguir.

Sobrevivente

Camila Monforte nasceu no Complexo do Alemão, conjunto de favelas da zona norte do Rio. Expulsa de casa adolescente, passou dois anos na Central do Brasil (terminal ferroviário no centro do Rio), onde se prostituiu para sobreviver. Agora mora em São Paulo com o filho adotivo de 21 anos e se apresenta em shows de funk como a MC Trans.

"Sempre soube quem eu era desde criança, como transexual e como artista. O funk abriu portas pra mim e com isso sustento meu filho e minha mãe", conta Camila, nos bastidores do primeiro baile LGBT da Rocinha, a maior favela do país, na zona sul do Rio. "Através da música, aprendi a cicatrizar meus traumas, refiz laços com minha família, reconstruí minha vida", afirma.

Sucesso nas redes sociais com músicas que abordam com sensualidade o universo LGBT, Camila tem mais de 600 mil seguidores no Facebook e seus vídeos no Youtubebeiram 5 milhões de visualizações. Ela fez várias cirurgias para se aproximar do gênero com o qual se identifica, mas descarta a de mudança de sexo, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2008. "Eu adoro" ser como sou, afirma. "Cheguei aos 30 anos, que é muito difícil para uma trans brasileira porque a maioria morre aos 25, 26 anos de tiro, de doença ou de transfobia.

Hoje me considero vitoriosa não só pela música, mas por ser uma sobrevivente em um país tão preconceituoso e transfóbico".

Segundo o IBGE, a expectativa de vida de transgêneros no Brasil era em 2013 de 35 anos, menos da metade da média nacional, de 74,9 anos.

Terrorista de gênero

Nascida há 27 anos no interior de São Paulo, Linn da Quebrada se apresenta com seu nome social, diferente do de registro. Poder usar nome social em documentos é uma das reivindicações dos trans brasileiros.

Ela também tem um histórico de ruptura na transição. "Aos 17 anos, vinha de uma educação religiosa muito rígida e, ao assumir meus desejos, fui desassociada", explica à AFP Linn, que foi Testemunha de Jeová.

"Deixei de atender às expectativas de ser homem ou ser mulher, então resolvi atender às expectativas de ser eu mesma", relata à AFP após um show no Museu de Arte do Rio (MAR), no centro da cidade. Ela se denomina "terrorista de gênero" pela violência discursiva com que reage às agressões.

"Meu corpo é extremamente violentado para que siga determinadas normas, e preciso muitas vezes responder com igual violência. Ser terrorista de gênero tem a ver com assumir riscos com seu próprio corpo, estar disposta a matar uma parte de si".

A canção A Lenda, que conta sua história, diz:

"Fraca de fisionomia, muito mais que abusada/ Essa bicha é molotov, o bonde das rejeitadas/ Eu fui expulsa da igreja (ela foi desassociada)/Porque 'uma maçã podre deixa as outras contaminada'".

Sua música, que mistura rap e funk, representa pessoas "relegadas ao espaço da rua, da marginalidade". "Os espaços ocupados pelos trans são espaços a serem invadidos. Não nos querem nas escolas, no mercado de trabalho. Agora estamos ocupando esses espaços", explica.

Bixa

Raquel Virgínia, 28 anos, nascida em São Paulo, e Assucena Assucena, 29, baiana de Vitória da Conquista, formam, com Rafael Acerbi, a banda As Bahias e a Cozinha Mineira, que lança o álbum "Bixa", um jogo de palavras com o termo bicha e a letra x, alusiva à neutralidade de gênero. Conheceram-se há sete anos quando estudavam História na USP. Elas cantam e compõem as músicas, inspiradas no ícone Gal Costa.

"A gente traz um novo olhar para a música popular brasileira - sob a nova perspectiva de duas mulheres trans", explica Assucena à AFP. Para Assucena, a transição "é um processo doloroso porque envolve conceitos fundamentais para qualquer vivência em comunidade: família, religiosidade, o conceito de ser homem ou mulher".

A dificuldade maior "é encarar a sociedade, que é extremamente transfóbica", reforça Raquel, mulher negra e trans. "Conforme minha transição ficava mais evidente, mais as pessoas achavam que eu era prostituta e que devia frequentar lugares destinados mulheres negras com o meu fenótipo", relata.

Diva ou militante

Priscila Nogueira foi registrada como Ângelo há 28 anos em Marechal Hermes, zona norte carioca. Conhecida como Mulher Pepita no mundo do funk, canta músicas de forte conotação sexual e se apresenta como militante trans.

“Diva nunca, militante sim”, define-se Priscila, que se apresenta em uma boate no centro da cidade. “Acho que a gente está conseguindo rachar essa barreira do preconceito”, garante. O sucesso - Priscila tem mais de cem mil seguidores no Facebook - não a blindou de ataques.

“Quando saiu meu primeiro vídeo, achavam que eu era uma mutante, me ofendiam”, afirma Pepita, que tomou hormônios sem acompanhamento médico para transformar o corpo, o que desaconselha devido às alterações no humor que sofreu. Mas ela não desanima: “nem que seja a última coisa que eu faça, ainda vou ver minha bandeira respeitada”.

ANEXO X – Matéria “Eu sou trans e religiosa” (CartaCapital, 20/02/2017)

Mulheres trans dividem suas experiências em espaços em que, por vezes, reina o conservadorismo

“Há alguns anos eu estava na fila do ônibus, cheia de gente. Passou um senhor e disse ‘Jesus te ama’ pra mim. Só pra mim. Foi à toa? Não foi”, diz Brunna Valin, 42, que cresceu em família evangélica.

Aos 12, cansada das violências, deixou de ir à igreja. “Eu era tida como demônio, do inferno, pecadora, uma aberração. Todos os meninos da minha idade, que também eram e ainda são evangélicos, tinham prática sexual comigo, mas eu era a pecadora. Parei de acreditar na religião”.

Thaís de Azevedo, 67 anos, conheceu o kardecismo por meio dos pais, que seguem a religião, e frequentou a Federação Espírita do Estado de São Paulo, onde são ministrados cursos e palestras sobre essa vertente do espiritismo.

Ela conta que não se sente acolhida de coração, embora haja uma aceitação social. “Em espaços religiosos o preconceito é velado, mas já ouvi coisas muito simplistas, como quando me disseram que hoje sou assim porque em outra vida fui uma mulher maldosa. Então quer dizer que no fundo eu sou uma pecadora, senão eu teria sido uma mulher maravilhosa? Não é bem assim”, diz.

Já no candomblé, uma das religiões que mais sofre perseguições no Brasil, Giu Nonato, travesti de 23 anos, encontrou seu espaço. “Nas brigas em casa, ou quando acontecia alguma coisa comigo na rua, era para o terreiro que eu ia, conversar com a minha mãe de santo”, conta.

Mas mesmo lá encontrou barreiras. Por vezes não respeitaram seu nome social e propositalmente a trataram no masculino. “Nunca vai ser tranquilo porque a gente sempre causa estranhamento em qualquer espaço, mas hoje me sinto acolhida e vou tentando desconstruir essas ideias lá”.

O candomblé e a cultura trans dividem pontos em comum, como o pajubá, expressões de origem africana muito utilizadas pela comunidade LGBT e pela religião, e a relação fluida

com o gênero. Alguns orixás ora são uma entidade feminina, ora masculina, outros têm histórias sobre homossexualidade e bissexualidade.

“A gente cresce com uma consciência transfóbica e isso acaba sendo reproduzido dentro de qualquer religião. Mas nos fundamentos do candomblé não tem nada que condene, e no geral têm muitas pessoas LGBT nos terreiros. A casa que eu frequento tem um homem trans e muitas mulheres lésbicas”, diz Giu.

Em um texto para a plataforma Medium, Giu pede: “Não nos valhamos das armas dos nossos opressores para oprimir quem está conosco. Culpa, pecado, são noções cristãs que não cabem ao Candomblé. Revisemos nossos valores para não cair no erro de reproduzir, dentro deste nosso espaço de resistência que é o Ilê Axé, uma discriminação tão caracteristicamente branca-cristã”.

Para Thaís, o kardecismo foi também uma ferramenta para se compreender como mulher trans. “Eu tive mais segurança para modificar o meu redor e desfazer mal entendidos”, conta, reafirmando que acredita que o mundo está se tornando um lugar melhor. “Eu sou travesti, preta e idosa. São todos fatores de exclusão. E há 20 anos eu não estaria aqui dando entrevista, eu sequer saía à noite na rua”.

Brunna se reconciliou com a crença de sua família, mas só anos mais tarde, quando conheceu uma igreja evangélica inclusiva. “Lá, primeiro vem a Brunna, depois a minha orientação sexual. Não é como outras igrejas que te aceitam para tentar te mudar”.

Relembrando aquela cena no ponto de ônibus, que ocorreu alguns anos atrás, Brunna tem uma certeza: “Eu entendi que a prática da religião é o amor, e o que aquele homem fez na fila do ônibus é preconceito, não é amor, então não é religião”.